

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PROJETO DE CONSERVAÇÃO URBANA
DA ÁREA DE ENTORNO DA CAPELA DE SANTO
ALEIXO - MAGÉ / RJ.

Tainá de Castro Marchon

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

TAINÁ DE CASTRO MARCHON

**PROJETO DE CONSERVAÇÃO URBANA DA ÁREA
DE ENTORNO DA CAPELA DE SANTO ALEIXO - MAGÉ / RJ**

Dissertação de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Projeto e Patrimônio.

Orientador: Dr. Cláudio Antônio Santos Lima Carlos.

RIO DE JANEIRO

MARÇO DE 2021

**PROJETO DE CONSERVAÇÃO URBANA DA ÁREA
DE ENTORNO DA CAPELA DE SANTO ALEIXO - MAGÉ / RJ**

TAINÁ DE CASTRO MARCHON

ORIENTADOR: DR. CLÁUDIO ANTÔNIO SANTOS LIMA CARLOS

Dissertação de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Projeto e Patrimônio.

Aprovada por:

Presidente, Prof. Dr. Cláudio Antônio Santos Lima Carlos

Prof. Dra. Rosina Trevisan Martins Ribeiro

Prof. Dr. Leonardo Marques de Mesentier

RIO DE JANEIRO

MARÇO DE 2021

CIP – Catalogação na Publicação

M318p

Marchon, Tainá de Castro
Projeto de conservação urbana da área de entorno
da Capela de Santo Aleixo – Magé / RJ / Tainá de
Castro Marchon. -- Rio de Janeiro, 2021.
204f.

Orientador: Claudio Antônio Santos Lima Carlos.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura,
2021.

1. patrimônio cultural. 2. conservação de
entornos. 3. Capela de Santo Aleixo. I. Lima
Carlos, Claudio Antônio Santos, orient. II. Título.

Ao meu avô, Elmaci de Castro Ribeiro. Seu sorriso com esta conquista é a estrela mais forte a brilhar no céu.

Agradecimentos

Uma dissertação é, sem dúvida, um trabalho individual. Mas não deixa de representar um esforço coletivo, em que as pessoas que estão por perto influenciam das mais diferentes formas.

Ao olhar para esta trajetória, não posso deixar de reconhecer a primeira grande influência, que se deu através do Ivanildo Ribeiro de Moura, o *Padre Moura*, que despertou em uma criança o amor pela Capela de Santo Aleixo.

Agradeço aos meus pais, Alceir e Jane, e a minha irmã, Thaís, por todo o carinho e pela contribuição para que pudesse ter um caminho mais fácil e prazeroso durante estes anos e à minha família, que sempre me apoiou e incentivou em cada etapa;

Agradeço ao Rodrigo Vignoli, devo toda a compreensão pelas vezes em que tivemos que abdicar de nossos

momentos e a dedicação e amor, fundamentais para esta conquista;

Agradeço ao Luís Otávio, a Ms. Bia Petrus e Eduardo Lima que, além de patrões, foram amigos e professores;

Agradeço aos meus amigos, que souberam suportar mais uma vez a minha ausência e permaneceram ao meu lado;

Agradeço ao Felipe da Paz, que mais uma vez foi meu braço direito no desenvolvimento deste trabalho;

Agradeço a Ms. Érika Machado, com quem tive a oportunidade, ainda na graduação, de aprender sobre o ofício do arquiteto e o amor pelo patrimônio, e de quem sempre tive total apoio.

A maior gratidão, contudo, é ao Dr. Cláudio Antônio Santos Lima Carlos, por sua paciência e dedicação ao me orientar. Com maestria, guiou meu sentimentalismo e paixão e os transformou neste trabalho.

Não longe da estrada comum para Constancia, está o formoso vale de Santo Aleixo, onde um americano estabeleceu uma fábrica de tecidos de algodão, no meio do mais 'belo cenário tropical. Para alguns seria uma profanação que essas solidões fossem perturbadas por outro som que não o murmurio das águas que vêm da Serra, ou os cantos dos pássaros e o som estrídulo da cigarra; mas talvez haja poucos que não se mostrem satisfeitos em ver a indústria tomando o lugar da indolência, e os que assim não pensam talvez nada sejam capaz de fazer em amor das coisas belas (KIDDER e FLETCHER, 1941, p. 311).

Resumo

A Capela de Santo Aleixo, tombada pelo INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – localizada no município de Magé/RJ, foi construída no período de 1743-1747 e é provavelmente a única igreja dedicada a este santo em todo território nacional. Ao longo do último século, seu entorno sofreu diversas intervenções que, pela falta de dispositivos legais ou regulamentações específicas voltadas ao controle de uso e ocupação urbana de entorno de bens culturais, resultaram no crescimento desordenado e interferiram de forma negativa na ambiência da Capela. Este trabalho tem como objetivo elaborar um projeto de conservação urbana que atenda as particularidades inerentes à proteção e valorização da ambiência do bem cultural em questão. Para isto, o trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica sobre a proteção do patrimônio material no que tange à conservação de entorno de bens culturais arquitetônicos e pesquisa

histórica sobre o edifício e seu entorno. Após, foi realizada uma análise do entorno da Capela para identificação dos principais problemas relacionados à sua interferência na fruição do bem cultural. Tudo isto resultou na elaboração de um projeto urbano para a área de entorno onde se considerou a compreensão da dinâmica da transformação das paisagens e a identificação de suas particularidades como ferramentas para a ordenar e valorizar a Capela de Santo Aleixo.

Palavras-chave: patrimônio cultural, conservação de entornos, Capela de Santo Aleixo.

Abstract

The Chapel of Santo Aleixo, INEPAC's cultural heritage – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - located in the municipality of Magé/RJ, was built in the period 1743-1747 and is probably the only church dedicated to this saint in the entire national territory. Over the past century, its surroundings have undergone several interventions that, due to the lack of legal provisions or specific regulations aimed at controlling urban use and occupation of cultural assets, resulted in disorderly growth and negatively interfered in the Chapel's ambience. This work aims to elaborate an urban conservation project that meets the particularities inherent to the protection and enhancement of the ambience of the cultural asset in question. For this, the work was developed based on bibliographic research on the protection of material heritage with regard to the conservation of the surroundings of architectural cultural assets and historical

research on the building and its surroundings. Afterwards, an analysis was carried out around the Chapel to identify the main problems related to its interference in the fruition of the cultural asset. All of this resulted in the elaboration of an urban project for the surrounding area where it was considered the understanding of the dynamics of the transformation of the landscapes and the identification of their particularities as tools to order and value the Chapel of Santo Aleixo.

Palavras-chave: cultural heritage, conservation of surroundings, Chapel of Saint Aleixo.

Sumário

INTRODUÇÃO	1
------------------	---

CAPÍTULO 1: O Conceito de Entorno.....	5
--	---

1.1 Primeira fase: O Monumento	7
--------------------------------------	---

1.2 Segunda fase: O Entorno	8
-----------------------------------	---

1.3 Terceira fase: A Ambiência	20
--------------------------------------	----

CAPÍTULO 2: Capela de Santo Aleixo.....	40
---	----

2.1 Um olhar para a área de estudo.....	42
---	----

2.2 Um olhar para a Capela através do tempo.....	43
--	----

2.2.1 Da colonização ao ciclo do ouro.....	44
--	----

2.2.2 Do apogeu à decadência.....	47
-----------------------------------	----

2.2.3 Do rural ao urbano.....	52
-------------------------------	----

2.2.4 A entrada do novo milênio	63
---------------------------------------	----

2.3 Um olhar para a Capela e sua envoltória	64
---	----

2.3.1 Censitários do município de Magé	64
--	----

2.3.2 Análise normativa	70
-------------------------------	----

2.3.3 Análise da Morfologia Urbana	75
--	----

2.3.3.1 Análise do crescimento urbano	77
---	----

2.3.3.2 Análise do tecido urbano.....	80
---------------------------------------	----

2.3.4 Análise visual	94
----------------------------	----

2.3.5 Diretrizes do Estatuto da Cidade.....	105
---	-----

2.3.6 Problemas e potencialidades.....	108
--	-----

CAPÍTULO 3: Proposta de Intervenção	114
---	-----

3.1 Diretrizes projetuais.....	115
--------------------------------	-----

3.2 Zonas de entorno	116
----------------------------	-----

3.2.1 Zona de Proteção Rigorosa	118
---------------------------------------	-----

3.2.2 Zona de Proteção ou Respeito.....	120
---	-----

3.2.3	Zona de Proteção da Paisagem Urbana...	122
3.3	Estratégias de gestão	124
3.3.1	Mobilidade urbana.....	125
3.3.2	Engenhos publicitários e outros meios de poluição visual.....	128
3.4	Estudo preliminar para projeto urbano	128
3.4.1	O Campo	130
3.4.2	A Quadra de Eventos.....	135
3.4.3	A Praça da Capela.....	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		152
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		155
APÊNDICES.....		166
APÊNDICE 1: Levantamento realizado em setembro de 2018		167

APÊNDICE 2: Atualização do levantamento realizada em dezembro de 2020.....	170
APÊNDICE 3: Projeto de Conservação Urbana da Área de Entorno da Capela de Santo Aleixo	173
ANEXOS	179
Anexo 2: Ofício nº 39/2014 do Conselho Municipal de Política Cultural de Magé	181
Anexo 3: Mapa do FUNDREM (1984) com topografia de Santo Aleixo	182
Anexo 4: Folha 62 do processo de tombamento da Capela de Santo Aleixo	183
Anexo 5: Ficha cadastral da Capela de Santo Aleixo feita pela FUNDREM	184

Lista de Figuras

Figura 1 – Etapas do conceito de Entorno	7
Figura 2 – Sintetização dos valores de Riegl	13
Figura 3 – Percepção do patrimônio urbano	22
Figura 4 – Sintetização do ensaio teórico.....	36
Figura 5 – Colégio antes do condomínio com o galpão em estrutura metálica da Exposição de Paris, atrás.....	38
Figura 6 – Colégio antes da Linha Amarela.....	38
Figura 7 – Colégio depois do condomínio	38
Figura 8 – Colégio depois da Linha Amarela.....	38
Figura 9 – Etapas do estudo sobre a área.....	41
Figura 10 – Capela de Santo Aleixo	42
Figura 11 – Localização da Capela de Santo Aleixo.....	42
Figura 12 – Entorno da Capela de Santo Aleixo.....	43

Figura 13 – Mapa conjectural da área de estudo no final do século XVIII	46
Figura 14 – Fábrica de Santo Aleixo	49
Figura 15 – Mapa conjectural da área de estudo no final do século XIX.....	51
Figura 16 – Estrada entre Magé e Santo Aleixo	54
Figura 17 – Bonde que ligava Magé e Santo Aleixo.....	55
Figura 18 – Ônibus que ligava Magé e Santo Aleixo	55
Figura 19 – Escola da Fábrica de Andorinhas.....	56
Figura 20 – 1. Cine Andorinhas ⁵³ e 2. Cine Recreio ⁵⁴	56
Figura 21 – Festa do Interior	57
Figura 22 – Festa da Capela com topografia já alterada pelos aterros.....	58
Figura 23 – Dinâmica econômica em Magé.....	58

Figura 24 – Estrada entre Santo Aleixo e Piabetá.....	59	Figura 36 – Mapa do local a ser estudado em duas escalas diferentes.....	77
Figura 25 – interior da Fábrica de Santo Aleixo	61	Figura 37 – Modos de crescimento.....	78
Figura 26 – exterior da Fábrica de Santo Aleixo	61	Figura 38 – Análise do crescimento urbano de Santo Aleixo	81
Figura 27 – Mapa conjectural da área de estudo no final do século XIX	62	Figura 39 – Conexão entre vias primárias.....	82
Figura 28 – Mapa de Magé com divisão territorial.....	63	Figura 40 – Croqui conjectural da caixa das vias primárias	83
Figura 29 – Mapa de Magé com vias e confrontantes	65	Figura 41 – Passeios de pedestres da via primária Estrada Santo Aleixo/Piabetá.....	83
Figura 30 – População por distrito.....	65	Figura 42 – Croqui conjectural da caixa das vias secundárias	84
Figura 31 – População por idade.....	66	Figura 43 – Passeios de pedestres de vias secundárias... ..	84
Figura 32 – População por cor ou raça.....	67	Figura 44 – Rede de vias no recorte de estudo com destaque para via incorporada na praça	85
Figura 33 – População por domicílio	68		
Figura 34 – Renda por domicílio.....	69		
Figura 35 – Parâmetros para a Zona Residencial do município de Magé.....	75		

Figura 45 – Parcelamento fundiário no recorte de estudo	86
Figura 46 – Edificações no recorte de estudo com baixa densidade na ocupação	87
Figura 47 – Gabaritos no estudo onde predomina construções com 1 pavimento.....	88
Figura 48 – Usos no recorte de estudo onde predomina o uso residencial.....	89
Figura 49 – Capela de Santo Aleixo e salão paroquial.....	90
Figura 50 – Capela de Santo Aleixo e salão paroquial.....	91
Figura 51 – Capela de Santo Aleixo e construções nos fundos.....	91
Figura 52 – Capela de Santo Aleixo e construções nos fundos.....	92
Figura 53 – Tipologias no recorte de estudo	93
Figura 54 - Seção conjectural na área de estudo	93

Figura 55 – Análise visual no recorte de estudo.....	95
Figura 56 – início da conexão entre a estrada Santo Aleixo/Piabetá e a estrada Santo Aleixo/Magé	96
Figura 57 – conexão entre a estrada Santo Aleixo/Piabetá e a estrada Santo Aleixo/Magé	96
Figura 58 – estacionamento irregular no trecho da conexão	97
Figura 59 – vista da Serra dos Órgãos da ponte.....	98
Figura 60 – Praça da Capela	98
Figura 61 – Início do percurso entre a via Piabetá/Santo Aleixo.....	99
Figura 62 – Fim do percurso entre a via Piabetá/Santo Aleixo.....	99
Figura 63 – Fim do percurso entre a via Piabetá/Santo Aleixo.....	99

Figura 64 – Início do percurso da subida da Capela de Santo Aleixo (1).....	100	Figura 73 – Marco: Capela de Santo Aleixo (3).....	104
Figura 65 – Início do percurso da subida da Capela de Santo Aleixo (2).....	100	Figura 74 – Marco: Quadra de eventos (4).....	104
Figura 66 – Meio do percurso da subida da Capela de Santo Aleixo.....	101	Figura 75 – Marco: Ponte da Capela (5).....	104
Figura 67 – Fim do percurso da subida da Capela de Santo Aleixo.....	101	Figura 76 – Anúncio da Festa de Santo Aleixo.....	111
Figura 68 – Início do percurso da Santa Rosa.....	101	Figura 77 – Praça da Capela.....	112
Figura 69 – Calçamento com estacionamento na Santa Rosa.....	102	Figura 78 – Rio Roncador.....	112
Figura 70 – Fim do percurso da Rua Santa Rosa.....	102	Figura 79 – Espaços de uso coletivo no entorno imediato.....	117
Figura 71 – Mapa de análise visual com marcação dos setores, pontos nodais e marcos.....	103	Figura 80 – Zona de Proteção Rigorosa.....	119
Figura 72 – Ponto nodal e marco: Praça da Capela (1) (2).....	104	Figura 81 – Zona de Proteção ou Respeito.....	121
		Figura 82 – Zona Proteção da Paisagem Urbana.....	123
		Figura 83 – Croqui conjectural da caixa das vias primárias.....	126
		Figura 84 – Croqui conjectural da caixa das vias secundárias.....	126

Figura 85 – Croqui conjectural da das baias de transpasse	127
Figura 86 – Croqui conjectural da faixa de pedestres elevada	127
Figura 87 – Espaços livres para intervenção	129
Figura 88 – Estudo Proposta de intervenção para o estacionamento.....	132
Figura 89 – Perspectiva da proposta de intervenção para o estacionamento com vista de voo de pássaro	133
Figura 90 – Perspectiva da proposta de intervenção para o estacionamento vista do alto da Praça da Capela	134
Figura 91 – Estudo Proposta de intervenção para a quadra de eventos	137
Figura 92 – Perspectiva da proposta de intervenção para a quadra de eventos com vista voo de pássaro	138

Figura 93 – Perspectiva da proposta de intervenção para a quadra de eventos vista do telhado da Capela de Santo Aleixo.....	139
Figura 94 – Perspectiva da proposta de intervenção para a quadra de eventos	140
Figura 95 – Estudo Proposta de intervenção para a Praça da Capela.....	144
Figura 96 – Perspectiva da proposta de intervenção para a Praça da Capela com vista voo de pássaro	145
Figura 97 – Perspectiva da proposta de intervenção para a Praça da Capela vista do estacionamento	146
Figura 98 – Perspectiva da proposta de intervenção para a Praça da Capela vista da ponte.....	147
Figura 99 – Perspectiva da proposta de intervenção para a Praça da Capela vista para a área de recreação infantil	148
Figura 100 – Perspectiva da proposta de intervenção para a Praça da Capela vista para a quadra de areia	149

Figura 101 – Perspectiva da proposta de intervenção para a Praça da Capela vista para a quadra de areia e Capela 150

Figura 102 – Perspectiva da proposta de intervenção para a área de entorno da Capela de Santo Aleixo com vista de voo de pássaro 151

Lista de Abreviaturas

APA – Área de Proteção Ambiental

APAC – Área de Proteção do Ambiente Cultural

APERJ – Acervo Público do Estado do Rio de Janeiro

CEDAE – Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro

CET – Conselho Estadual de Tombamento

CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

FUNDREM – Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Hab. – habitantes

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Máx. – máximo

PCH – Programa de Cidades Históricas

RJ – Rio de Janeiro

s.d. – sem data

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

TCE – Tribunal de Contas do Estado

UC – Unidade de Conservação

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

Introdução

O objetivo central da pesquisa é elaborar um projeto de conservação urbana que atenda as particularidades inerentes à proteção e valorização da ambiência da Capela de Santo Aleixo, em Magé/RJ, protegida pelo tombamento estadual desde 1984. As argumentações que se seguem buscam analisar, à luz do referencial teórico estabelecido, questões pertinentes à conservação de entornos e ambiências de bens culturais, com um olhar que abrange temáticas conceituais sobre os valores do monumento edificado, sua relação com a sociedade local, a paisagem e a cidade.

A partir disso, a pesquisa se depara com a sua questão central: como valorizar o monumento edificado através da conservação do seu entorno, diante dos problemas incidentes nas cidades brasileiras, dentre os quais, por exemplo, legislações urbanísticas e edíficas incompatíveis com seu valor histórico e as ocupações irregulares?

Observa-se que a Capela de Santo Aleixo, localizada no interior do Estado do Rio de Janeiro e erguida por José dos Santos Martins, em 1743, é possivelmente a única igreja dedicada a esse Santo em todo o território nacional. O templo foi protegido pela esfera estadual em 1984 através do tombamento, encontrando-se sob tutela do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC – em conjunto com outras nove igrejas distribuídas nos municípios de Magé e Guapimirim tidas como “guardiãs solitárias do fundo da Baía, e dos caminhos solitários que nos levam para Minas”¹. Ao decorrer do tempo, a devoção encontrada na região assumiu uma dimensão simbólica que pode ser observada na presença de nomes peculiares derivados do nome do Santo, como Aleixo, Aleixa e Aleixina, que trazem consigo valores pertinentes ao monumento e apontadores da sua relação com a comunidade (RIBEIRO, MARCHON e LIMA, 2018, p. 21).

¹ Trecho do ofício nº 54 do Processo nº E-18/300.049 de 2 de maio de 1984. Acervo: INEPAC/RJ.

A expansão da indústria têxtil na região e a instalação da Fábrica Nacional de Santo Aleixo [1848] e Fábrica Unidas de Tecidos, Rendas e Bordados S.A. [1870], ocasionaram o abandono da região e a intensificação da ocupação nas proximidades dos conjuntos fabris (RIBEIRO, 2013, p. 2; FIGUEIREDO, 2008, p. 67). O quadro resultou, dentre outros, no abandono da Capela de Santo Aleixo.

Após a Segunda Guerra Mundial [1939-1945], com o enfraquecimento das indústrias têxteis, o olhar da população se voltou para a região onde está a Capela de Santo Aleixo. Seu entorno sofreu então mais um processo de ocupação, caracterizado pelo adensamento populacional, realizado principalmente através de ocupações irregulares.

O tombamento não menciona critérios ou parâmetros de uso e ocupação do entorno do templo em questão e a Prefeitura Municipal de Magé, responsável pelo planejamento urbano, é bastante negligente em relação às questões urbanas, especialmente quanto à preservação

dos patrimônios culturais dispostos em seu território. Não há qualquer dispositivo legal ou regulamentação específicos voltados ao controle do uso e da ocupação urbana de entornos de bens culturais, o que os compromete significativamente.

A falta de regulação e o crescimento desordenado da cidade refletiram na ausência de diretrizes urbanas precisas da prefeitura, especialmente, no que tange à proteção da ambiência da Capela de Santo Aleixo, tombada pelo estado. A situação poderia ter sido mitigada caso o INEPAC estabelecesse uma área de entorno, que sugerisse critérios de ocupação, o que não ocorreu, contribuindo para a desassociação do Bem Tombado Estadual do seu contexto urbano.

Em face da trajetória da Capela de Santo Aleixo e do objetivo principal proposto, o trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica sobre a proteção do patrimônio material no que tange à conservação de entornos de bens culturais arquitetônicos, com destaque

para o conceito de ambiência, introduzido pelas Recomendações de Nairóbi (1976). Realizou-se também uma pesquisa histórica sobre o edifício e seu entorno através de livros, documentação primária, registros *in loco*, fotografias de época obtidas através de moradores locais, levantamento físico e relatório fotográfico. O entorno da Capela de Santo Aleixo possui uma ocupação urbana espontânea que abriga população de média e baixa renda. Seus eixos de expansão são facilmente reconhecidos no desenho urbano e reforçados por laços de pertencimento firmados entre o monumento e a comunidade.

Em face do exposto, a pesquisa foi dividida em três capítulos. No Capítulo 1, são discutidas as questões teóricas e conceituais que embasam as análises do entorno da Capela de Santo Aleixo. Para isso, foram utilizados os pensamentos de Camillo Sitte, Gustavo Giovannoni, Roberto Pane, Aldo Rossi, dentre outros. No Capítulo 2, aborda-se o contexto histórico do templo, com destaque para a cronologia da construção do atual espaço envoltório,

composto por áreas pertencentes aos distritos de Santo Aleixo e Rio do Ouro – segundo e terceiro distritos do município de Magé, respectivamente.

Em seguida, é realizada a análise do entorno da Capela para identificação dos principais problemas relacionados à sua interferência na fruição do bem cultural, tendo em vista seu processo não planejado de ocupação urbana, tais como, gabaritos, implantação, usos das edificações existentes, presença de engenhos de publicidade, distribuição de energia, entre outros.

O Capítulo 3 apresenta um projeto urbano para a área de entorno da Capela de Santo Aleixo, em que se considerou a compreensão da dinâmica da transformação das paisagens e a identificação de suas particularidades como fatores primordiais para ordenar seu entorno e valorizar o bem (SILVA, 2012, p. 48). Entende-se que a relação entre o suporte físico, a ação do indivíduo e a Capela de Santo Aleixo são componentes de uma única paisagem.

CAPÍTULO 1

O Conceito de Entorno

Neste capítulo investigam-se as principais correntes de pensamento e conceitos que conduziram à ampliação do conceito de patrimônio cultural urbano que destacou, além dos monumentos, seus entornos, como elementos fundamentais para sua conservação. Para tal, verificam-se os pensamentos de Camillo Sitte, Gustavo Giovannoni, Roberto Pane, Aldo Rossi, dentre outros, bem como por cartas e recomendações, nacionais e internacionais, que estabeleceram as principais premissas teóricas de conservação de monumentos, entornos e áreas urbanas em geral, bem como sua aplicação no Brasil.

Percebe-se que a origem do termo 'entorno' remete à locução adverbial 'em torno' que traz a ideia de 'algo que está em volta de'. O amplo emprego do termo pela literatura especializada em patrimônio cultural para se referir à vizinhança de monumentos fez com que fosse definido, pelo Novo Dicionário Aurélio Buarque de Holanda, como uma “[arquitetura] área contígua que

circunda um monumento e/ou um local determinado ou protegido; espaço ao redor de um bem tombado ou em processo de tombamento” (FERREIRA, 1986, p. 663). Entretanto, sua concepção teórica vai além da materialidade do espaço que circunda o monumento e envolve fatores ligados à relação da sociedade com o patrimônio (PAZIANELLI LEITE, 2017, p. 21).

A busca pelo estabelecimento de limites, parâmetros de proteção e conservação dessas áreas, que podem ser urbanas ou rurais, assumiu assim, um importante papel como forma mais abrangente e eficaz de preservar aspectos tangíveis e intangíveis do patrimônio cultural.

A sistematização desse ensaio teórico seguiu uma linha cronológica, relacionando as ideias e filosofias com as cartas e recomendações, além de traçar um paralelo com o cenário internacional e sua repercussão no Brasil, principalmente através de instrumentos legais que passaram a nortear a preservação do patrimônio cultural material.

Para auxiliar a análise, o ensaio foi dividido em três partes, como pode ser observado na Figura 1. A Primeira Fase aborda o surgimento do conceito de preservação do patrimônio, com um olhar para o monumento. A Segunda Fase expõe a ampliação do olhar para abranger a conservação do entorno, ao compreender este como um elemento fundamental para a preservação do monumento. Por último, a Terceira Fase evolui na relação da sociedade com esse entorno, expondo a necessidade da conservação da ambiência e do espírito do lugar.

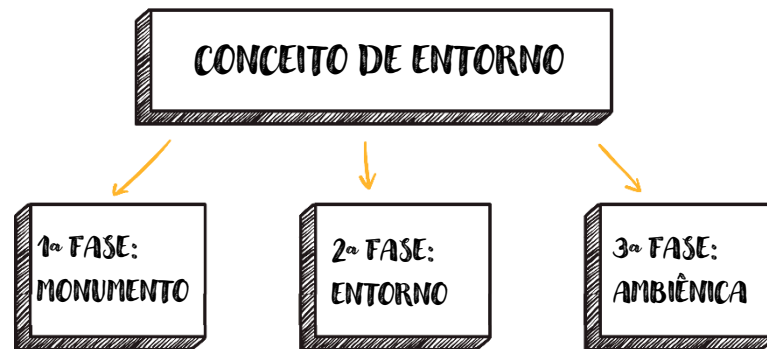


Figura 1 – Etapas do conceito de Entorno

Fonte: Elaborado pela autora

1.1 Primeira fase: O Monumento

A pesquisa inicia-se a partir da identificação dos principais pensamentos e percepções acerca da proteção do patrimônio. No século XIX, esses pensamentos se tornaram diálogos – e até mesmo debates – entre os principais teóricos que, fomentados por diferentes quadros sociais, seguem a característica marcante dos tempos de mudança (ALMEIDA, 2009, p. 118). Eles desenvolveram filosofias antagônicas que deram origem à teoria contemporânea de conservação e a consolidaram como uma ciência que embasa o atual conceito de conservação de patrimônio cultural arquitetônico. Dois personagens auxiliam a compreensão do surgimento desse pensamento: o francês Viollet-le-Duc [1814 – 1879] e o inglês John Ruskin [1819 – 1900] que, apesar de seguirem em caminhos antagônicos, são influenciados pelos efeitos das revoluções Francesa e Industrial, que resultaram no início do debate moderno sobre preservação patrimonial.

Apesar das premissas lançadas por Ruskin e Le-Duc, suas teses enfatizaram especificamente questões relacionadas à manutenção da autenticidade de monumentos, objeto de intervenções de restauração. Somente a partir da metade do século XIX, após o efeito causado pelas grandes reformas urbanas, cujo principal paradigma foi Paris², que o pensamento se expandiu para a preservação não só de arquiteturas, mas de entornos e ambientes urbanos.

1.2 Segunda fase: O Entorno

O êxodo rural e o adensamento populacional das cidades europeias, ocasionados principalmente pela Revolução Industrial, foram os pontos chave para o surgimento de novas concepções que fundamentaram a urbanística moderna. A insalubridade existente no centro superpovoado de Paris, em meados do século XIX, e a segunda epidemia de cólera³ na cidade foram fatores que

² A Reforma Urbana de Paris foi um programa de obras públicas realizado por Georges-Eugène Haussmann no período de 1852 a 1870 cujo principal foco foi liberar o tecido urbano e modernizar a capital francesa.

influenciaram as mudanças realizadas pelo então prefeito do departamento de Sena, Georges-Eugène Haussmann [1809 – 1891] (BENEVOLO, 2014, p. 589-614).

Para Haussmann, a arquitetura é um problema administrativo, de interesse apenas do governo e deveria atender às questões militares. Com isso, surgem os primeiros pensamentos sobre o urbanismo racionalista, que visa apenas a salubridade, a funcionalidade e técnica do centro urbano. Ele explora o desenho urbano e a circulação e desconsidera seu aspecto histórico. Sob essa mentalidade, a cidade passou a ser cortada por grandes eixos viários que resultam na criação de quarteirões delimitados por vias que, ao não respeitar o traçado orgânico e estreito das ruas medievais, transfiguraram a cidade. A criação de praças, monumentos e jardins públicos assume um caráter cenográfico que também se liga à

³ A primeira epidemia de cólera na cidade de Paris, em 1832, causou 20 mil vítimas. A segunda epidemia, em 1848 causou 19 mil vítimas.

salubridade urbana. Para isso também são eliminados bairros considerados degradados, congestionados e adota-se uma linha arquitetônica eclética, com ênfase nas composições neoclássicas (BENCHIMOL, 1992, p. 193).

O ideal urbanístico adotado por Haussmann em Paris foi empregado em várias cidades do mundo no decorrer do século XIX e no princípio do século XX, sendo responsável, dentre outros problemas, pela gentrificação dos centros históricos. É possível visualizar suas premissas racionalistas no plano de reforma urbana realizada na cidade do Rio de Janeiro, nos primeiros anos do século XX, nas gestões do presidente Rodrigues Alves⁴ e do prefeito Pereira Passos⁵ (BENCHIMOL, 1992, p. 131). Além do Rio de Janeiro, outras cidades ocidentais seguiram as premissas do urbanismo racionalista desenvolvido por Haussmann que foram, posteriormente, aprofundados por arquitetos e urbanistas europeus, tais como: Walter

Goupius [1883 – 1969] e Le Corbusier [1887 – 1965]. No Brasil, Belo Horizonte foi completamente edificada de acordo com a filosofia racionalista; sua construção começou em 1894 e a cidade foi inaugurada em 1897.

Enquanto isso, na Áustria, Camillo Sitte [1843 – 1903] se posicionou contrário à reforma de Viena, projetada por Otto Wagner [1841 – 1918], que se apropriou das premissas projetuais do urbanismo racionalista, utilizadas por Haussmann, em Paris, e direcionou seu pensamento para a valorização da estética tradicional das cidades, externando preocupação com a perda artística (LIMA CARLOS, 2016, p. 96). Na busca para traçar um meio termo entre a demanda da modernidade e o congelamento histórico de John Ruskin, Sitte desenvolveu o que ficou conhecido como o “urbanismo culturalista” que, ao contrário do pensamento racionalista, volta o olhar da cidade para o passado, tendo-o como reflexo cultural e

⁴ Rodrigues Alves foi advogado, conselheiro do Império e político. Foi presidente do Brasil nos anos de 1902 a 1906.

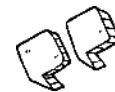
⁵ Pereira Passos foi um engenheiro e prefeito do Rio de Janeiro (na época, Distrito Federal) nos anos de 1902 a 1906.

utilizando-o como uma referência, tanto para o presente, quanto para o futuro, buscando aproximar a sociedade de seu habitat: a cidade. Com isso, Sitte entendia que era necessário se distanciar do conjunto moderno, alinhado e geometrizado do pensamento racional e se debruçar nos modelos antigos, buscando entender seus motivos e aplicar a filosofia nas necessidades modernas sem realizar reproduções (CHOAY, 2018, p. 215).

Em seu trabalho, Sitte reconheceu diversas vantagens trazidas pelo racionalismo no pensamento urbano, principalmente no que se refere à saúde pública, porém questiona se não há outra forma de alcançar tamanho ganho sem a necessidade de eliminar o aspecto artístico das cidades. Também reconheceu a questão econômica encontrada na cidade e as vantagens oferecidas pelo traçado regular em sua comercialização, mas sem se sentir preso a essa solução. Para Sitte, a geometria rigorosa nos centros urbanos afasta a sociedade da alegria de morar e

impede o crescimento de um sentimento de pertencimento (CHOAY [1965], 2018, p. 214-215).

Com uma severa crítica à descontextualização dos monumentos realizada pelo urbanismo racionalista, com especial destaque para o isolamento de monumentos que pôde observar na reforma urbana de Viena, Sitte condenou o descarte dos entornos e buscou a preservação da autenticidade da paisagem urbana (LIMA CARLOS, 2016, p. 98). Retomou um discurso ensaiado por Quatremère de Quincy [1775 – 1849] quase cem anos antes, quando este vislumbra uma preocupação com o contexto em sua publicação *Lettres à Miranda* [1796], em que criticou a remoção de obras de arte do seu local de origem:



[...] Serão trazidas, com esses pedaços destacados de cada escola, as razões físicas e morais das diferentes maneiras de desenhar e de cor que distinguem cada escola? Será trazida a harmonia de cada uma dessas maneiras com o lugar, o clima, as fisionomias, a cor local, as formas da natureza? Será trazida essa potência que exerce sobre os sentidos o espetáculo

grande e geral de um gosto nacional e essa força do hábito que, como o ar ao redor, penetra por todas as partes e essa virtude instrutiva que os estudantes recebem, sem perceber, de todos os objetos que os cercam? Se não lhes trouxerem tudo isso, o que lhes será trazido? (QUATREMÈRE DE QUINCY [1796] IN: KHUL, 2016, p. 121).

Ao destacar o medo do desaparecimento da antiga unidade orgânica das cidades pré-industriais, Sitte proporcionou um vislumbre do romantismo irreverente de John Ruskin e sua resistência às “modernidades” proporcionadas pela Revolução Industrial de uma forma mais madura ao defender a preservação dos monumentos históricos e o urbanismo como uma manifestação artística. O ar nostálgico e romântico adotado por Sitte ao olhar a conformação urbana, não contempla o congelamento dos centros antigos, o ideal de replicá-las ou em ignorar os avanços da sociedade e suas novas demandas. Sitte propõe uma releitura da cidade medieval e uma adequação desta às demandas da modernidade, na tentativa de utilizar os

traçados medievais pelos quais era apaixonado, como uma forma de potencializar a funcionalidade dos espaços defendida por Haussmann, realizando assim a adequação dos centros urbanos antigos às novas necessidades e preservando sua essência (JULIÃO, 2011, p. 20).

Sitte saiu do campo teórico e buscou a aplicabilidade de suas ideias dentro das necessidades modernas. Com uma atenção especial para a vida em sociedade e, conseqüentemente, as praças; surgem diretrizes para que estas sejam criadas a partir de uma reunião de residências ou edifícios, mas que estes formem a composição de espaço fechado (CHOAY, 2018, p. 215-216).

Sitte foi pioneiro na visão artística e memorial da cidade com a cultura urbana ao destacar a necessidade de um plano urbano para direcionar e regulamentar o crescimento das cidades. Para ele, esse plano deve ser realizado sobre uma projeção de expansão que busque mapear tanto o potencial de crescimento populacional quanto suas formas e desdobramentos dentro do espaço

urbano. Em seu ideal, as irregularidades devem ser conservadas, pois estas servem para dar personalidade, diminuir a força do vento e criar vínculo da sua individualidade com o indivíduo (CHOAY, 2018, p. 216)⁶.

Sitte construiu seu pensamento calcado na premissa de que, a arquitetura como arte, deve ser estudada não apenas pelo técnico, mas também pelo artista (CHOAY [1965], 2018, p. 206), de forma completamente divergente do pensamento de Haussmann, quando este destaca a arquitetura como um problema administrativo, de interesse apenas do governo. Sitte trouxe a questão urbana novamente para a esfera humana, sem renunciar à técnica existente e afirmou ser a arquitetura um problema administrativo e uma arte feita por todos e para todos.

Em meio a esse cenário, a contribuição de Alois Riegl [1858 – 1905] para a discussão acerca da preservação do

patrimônio redirecionou o olhar: não é sobre o monumento, nem sobre seu envoltório; a preservação deve ser voltada ao valor relativo do patrimônio, conferido pela sociedade (ALMEIDA, 2009, p. 134).

Riegl, em *O Culto Moderno dos Monumentos* ([1903] 2014) discriminou esses valores e estabeleceu critérios para sua determinação baseado em percepções psicológicas realizadas sobre a interação sociedade–monumento. Para ele, a natureza dessa interação deve levar em conta não apenas sua passagem temporal, mas também a evolução desta na passagem temporal (RIEGL [1903], 2014, p. 29).

Apesar de se tratar de aspectos intangíveis, o autor estabelece uma metodologia através de características que podem ser observadas na interação patrimônio–sociedade, separando os valores em duas linhas.

⁶ Patrick Geddes [1854 – 1932] ao desenvolver a base do planejamento urbano, traz em seu trabalho muitas características abordadas pela metodologia de Camillo Sitte.

Nessa divisão, para os Valores de Contemporaneidade, o monumento pode ter: Valor Instrumental (quando estes ainda são utilizados), Valor Artístico de Novidade (quando o bem é essencialmente novo) e Valor Artístico Relativo (quando possui aparência nova, se esta for positiva). Já para os Valores Rememorativos, o monumento pode ter: Valor Histórico (quando se destaca o passado), Valor de Antiguidade (quando a identificação cultural vem de seu estado deteriorado) e Valor Rememorativo Intencionado (quando o monumento é em memória a algo). Essa divisão pode ser observada na Figura 2.

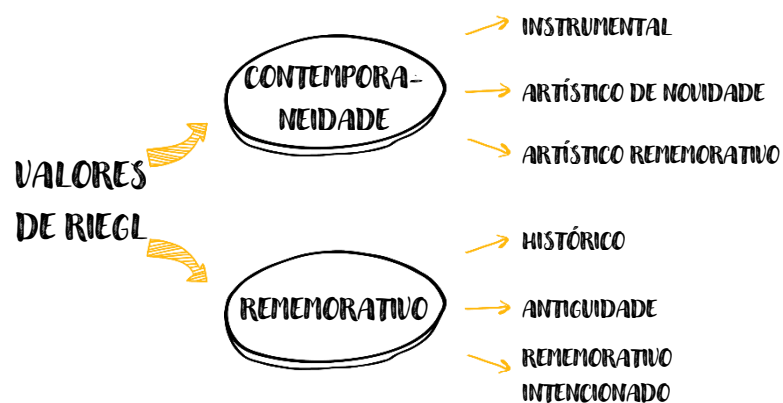


Figura 2 – Sintetização dos valores de Riegl

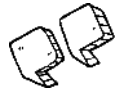
Fonte: Elaborado pela autora

A percepção sentimentalista de Riegl ao definir esse sistema atribuiu um novo olhar para as práticas de conservação: não se deve proteger apenas aquilo que possui forma ou estilo do passado; também se deve olhar para aquele monumento modesto, cheio de significância para a sociedade (ALMEIDA, 2009, p. 135).

Ao analisar a Capela de Santo Aleixo a partir desse sistema proposto por Riegl, foi possível determinar a existência de Valor Instrumental – pois a Capela é utilizada intensamente pela comunidade; Valor Histórico – a edificação está diretamente ligada a todo o desenvolvimento do lugar e sua história faz parte da identidade local; e Valor Artístico de Novidade – derivado de uma série de intervenções realizadas no templo ao longo dos últimos dois séculos que minimizaram o máximo a pátina do tempo e causam muito orgulho à comunidade, apesar de serem discutíveis sob o ponto de vista da Teoria Moderna da Restauração. A identificação desses valores sociais é essencial para estabelecer a demarcação da

intervenção no patrimônio e para a definição dos limites e da operacionalidade do entorno a ser conservado.

Entretanto, o ensaio realizado por Riegl teve sua análise restrita ao monumento. Leal (2011, p. 15) entende que o entorno possui:



condição não monumental, ou seja, o monumento detentor dos valores atribuídos pelos sujeitos é o elemento que demanda o entorno. E, é a partir do monumento, seu tipo e suas necessidades de preservação, que se devem traçar os precedentes para aplicação da ferramenta (LEAL, 2011, p. 15).

A interpretação do entorno como uma ferramenta de preservação para um monumento detentor de valores trata da individualidade do objeto e não contempla a existência de valores a serem preservados no ambiente construído que compõe o entorno.

O amadurecimento do pensamento sobre a necessidade de proteger as cidades antigas em contrapartida ao necessário avanço provocou a discussão sobre a noção de

ambiente e sua importância no âmbito do patrimônio cultural. Em meio a essa filosofia, destacou-se o pensamento de Gustavo Giovannoni [1873 – 1947] que trouxe a “carícia” do olhar de Sitte sobre as cidades antigas para a noção de preservação formal – que Camillo Boito [1836 – 1914] já havia estabelecido para os edifícios – ao entender que o entorno é parte indissociável do monumento histórico (CABRAL, 2013, p. 37).

No campo urbano, sua atuação se concentrou no desenvolvimento de políticas públicas, através de legislações e outros instrumentos voltados à integração de áreas urbanas consolidadas à dinâmica da cidade, opondo-se ao seu congelamento e museificação. Para Giovannoni:



os núcleos urbanos antigos possuem especificidades morfológicas, escalas compositivas e qualidades históricas e estéticas que requerem uma atuação e uma destinação de usos apropriada (RUFINONI, 2009, p. 83).

Para isso, eram necessários instrumentos legais e normativos que direcionassem o crescimento – já previsto pelo planejamento urbano – de forma a preservar os centros antigos e direcionar a expansão das cidades.

Em relação à cidade moderna do urbanismo racionalista, Giovannoni fez críticas voltadas tanto à formação retilínea, que resultava em falta de personalidade e de vínculo humano, como para as demasiadas obras na busca do terreno perfeito através de cortes e aterros – ou até mesmo vias com inclinações absurdas para manter-se no traçado retilíneo. Abraçou as adversidades urbanas causadas pelas extensas e largas vias abertas, desde a segurança e problemas de saúde até o custo de manutenção e a fração territorial ocupada, entre outras dificuldades, inclusive para a administração municipal (KUHL, 2013, p. 13).

Ao enxergar o “elemento cinemático”⁷ como uma solução para a coexistência das cidades ‘antiga’ e ‘nova’, Giovannoni propôs direcionar ao antigo centro funções que fossem compatíveis com sua formação, a fim de manter sua ambiência em tempo que se adotasse também soluções viárias para integrar a “cidade velha” com a “cidade nova” (KUHL, 2013, p. 13) – uma nova leitura em escala urbana da adaptação do uso ao lugar, e não ao contrário – ao tempo em que definiu a necessidade de zonas de interesse para preservação.

Em complemento ao plano urbano de Sitte, além de prever e planejar a expansão urbana, Giovannoni também defendeu o que Rufinoni (2009) descreve como um ‘desadensamento construtivo’: trata-se da preservação da antiga malha urbana através do crescimento do novo centro nas periferias da cidade antiga, criando assim uma ligação coordenada entre os polos. As intervenções devem

⁷ Em seu trabalho, Giovannoni usa o ‘elemento cinemático’ para fazer referência as ferrovias, bondes, automóveis, etc.

ser planejadas em diferentes esferas e suas interferências no antigo centro devem ser sempre na busca de melhorias à condição de vida – focada em problemas sanitários – enquanto as demolições deveriam ocorrer apenas em casos de extrema necessidade, em atenção para o perigo de um isolamento desnecessário (RUFINONI, 2009, p. 97).

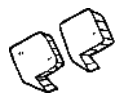
Para trabalhar a hierarquia necessária na harmonização dos centros, Giovannoni relaciona o entorno do monumento com a ambiência gerada para a sociedade em duas escalas, sendo uma mais imediata ao monumento, e a outra no nível urbano (CABRAL, 2015, p. 2). Desta forma, ele cria a noção de monumento coletivo e, conseqüentemente, de patrimônio urbano.

A partir do cenário esboçado, a dinâmica da discussão acerca da conservação do patrimônio foi ampliada. O Escritório Internacional dos Museus e a Sociedade das Nações organizaram a Conferência de Arquitetos e

Técnicos de Monumentos Históricos na cidade de Atenas em outubro de 1931, que marcou o início das formulações internacionais e deu início a criação de instrumentos normativos, que possibilitaram a difusão e sistematização das conceituações e estratégias.

A Carta de Atenas (1931)⁸ – produto da conferência acima referida – oferece uma síntese do diálogo acerca da conservação do patrimônio cultural desenvolvida no século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Seu maior foco foi definir princípios norteadores para a ação de conservação do patrimônio edificado, abordando os aspectos administrativos, legais e técnico-construtivos. Gustavo Giovannoni possuiu uma importante contribuição no desenvolvimento desta Carta que, no que se refere à conservação de entornos, estabeleceu as primeiras preocupações relativas ao tema, ao recomendar o respeito:

⁸ Primeiro documento internacional sobre patrimônio e restauro que reúne deliberações de consenso entre vários países.



[...] na construção dos edifícios, o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais. Em certos conjuntos, algumas perspectivas particularmente pitorescas devem ser preservadas. [...] Recomenda-se, sobretudo, a supressão de toda publicidade, de toda presença abusiva de postes ou fios telegráficos, de toda indústria ruidosa, mesmo de altas chaminés, na vizinhança ou proximidade dos monumentos, da arte ou de história (CARTA DE ATENAS, 1931. in: CURY, 2000, p. 2).

Com seu olhar voltado ao monumento, a Carta de Atenas (1931) utilizou o entorno como uma ferramenta para valorizá-lo, sem abranger os ensaios realizados por De Quincy e Giovannoni no que diz respeito a ambiência e sua importância, não somente estética, mas também histórica e cultural para o monumento (CABRAL, 2013, p. 147).

Contemporâneo a este Congresso realizado em 1931, em julho de 1933 aconteceu o IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – CIAM, realizado também na cidade



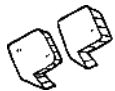
de Atenas, que tinha como principal tema a cidade funcional. Seu texto sofreu influência direta do arquiteto e urbanista Le Corbusier, que defendeu os ideais característicos do planejamento racionalista. Consagrando o olhar de Haussmann, a Carta de Atenas (1933) priorizou o desenvolvimento urbano em face da conservação do patrimônio. Seu discurso defendeu a proteção do monumento apenas se este não interferisse no “avanço” da cidade, caso contrário, permitiu que o patrimônio fosse modificado, remanejado, isolado ou até mesmo demolido:

[...] Se os interesses da cidade são lesados pela persistência de determinadas presenças insígnies, majestosas, de uma área já encerrada, será procurada a solução capaz de conciliar dois pontos de vista opostos: nos casos em que se esteja diante de construções repetidas em números exemplares, algumas serão conservadas a título de documentário, as outras demolidas; em outros casos poderá ser isolada a única parte que constitua uma lembrança ou um valor real, o resto será modificado de maneira útil. Enfim, em certos excepcionais, poderá ser aventada a

transplantação de elementos incômodos por situação, mas que merecem ser conservados por seu alto significado estético ou histórico (CARTA DE ATENAS, 1933. *in*: CURY, 2000, p. 52).

A oposição entre os pensamentos registrados nas Cartas de Atenas, de 1931 e de 1933, reafirma a indeterminação existente no meio técnico no que diz respeito à conservação nas cidades antigas estabelecendo as duas principais correntes de pensamento urbanístico desenvolvidas no século XX.

Ao analisar essas duas Cartas de Atenas, Françoise Choay as descreve como:



[...] o paradigma de uma ambivalência que caracterizou nossa época depois da Primeira e, sobretudo, da Segunda Guerra Mundial: período

⁹ O órgão, criado em 13 de janeiro de 1937 e vinculado ao Ministério da Cultura, recebeu diversos nomes em sua trajetória histórica. Como não é objetivo deste trabalho se debruçar na caminhada histórico-política da instituição, optou-se por se referir a esta autarquia federal

durante o qual se tem destruído e conservado a uma escala sem precedentes (CHOAY, 2006, p. 8).

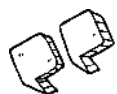
No Brasil, o Movimento Modernista ascendia na busca da identidade nacional, dando, assim, muitas das vezes, destaque para as premissas do patrimônio cultural defendidas pela Carta de Atenas de 1933 (BORGES, 1999, p. 114). Em meio a este cenário, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional⁹, atual Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – IPHAN, alinhado às políticas públicas da Era Vargas¹⁰. O órgão tinha como um dos seus objetivos “eleger um acervo que representasse a tradição brasileira e a imagem do passado da nação, criando, desta forma, um ideal de brasilidade” (MASSUCATE, 2007, p. 2).

O IPHAN abraçou a dualidade presente nas Cartas de Atenas de 1931 e de 1933 em suas políticas acerca do

durante toda esta redação por seu nome atual: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

¹⁰ A Era Vargas é o período de 1930 a 1945 em que o país foi governado pelo presidente Getúlio Vargas.

patrimônio nacional. O Decreto-lei nº 25/1937¹¹ incluiu em sua redação as recomendações de vizinhança e visibilidade enunciadas pela Carta de Atenas de 1931 (MOTTA e THOMPSON, 2010, p. 16) ao determinar no seu Artigo 18:

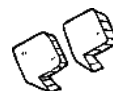


[...] não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto [...] (BRASIL, 1937).

No entanto, o corpo técnico do órgão possuía vínculos com o Movimento Modernista – principalmente através de Lúcio Costa [1902 – 1998], representante do Brasil no CIAM e braço direito de Rodrigo Melo Franco de Andrade [1898 – 1969]¹², o que influenciou o órgão a seguir diretrizes estabelecidas pela Carta de Atenas de 1933, em

¹¹ Legislação federal que dispõe sobre proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

especial na permissão do isolamento do monumento, como abordado por Motta e Thompson:



[...] Essa influência pode ser observada ao longo das décadas de 1940 até o final de 1980, correspondendo a diferentes momentos de abordagem do entorno realizada pela Instituição, como nos seguintes casos: no Outeiro da Glória, na década de 1940; na demolição de área significativa da Lapa, para dar visibilidade ao Aqueduto da Carioca, nos anos de 1970; e na discussão sobre o entorno dos prédios tombados do atual Arquivo Nacional (Casa da Moeda) e da Casa de Deodoro, no final da década de 1980, que versou sobre a opção de se restituir a volumetria perdida com a demolição do casario na sua vizinhança ou de se aproveitar a área demolida para criar uma superfície verde. (MOTTA e THOMPSON, 2010, p. 17).

Choay (2017, p. 194) em seu trabalho *A Alegoria do Patrimônio*, evidencia que, apesar de contestada na Europa,

¹² Rodrigo Melo Franco de Andrade foi um advogado, jornalista e escritor brasileiro. Foi presidente do IPHAN de 1937 até 1967.

a tese do isolamento dos monumentos foi amplamente disseminada em diversas cidades no mundo, como foi o caso do Rio de Janeiro. Essa preferência no campo prático pelas diretrizes defendidas na Carta de Atenas de 1933 se deu pela busca para atender os interesses comerciais e imobiliários.

Apesar do discurso visionário exposto por Sitte e Giovannoni, foi apenas na segunda metade do século XX, com a destruição das duas Guerras Mundiais nas cidades europeias, com destaque para Varsóvia¹³, que o tratamento ao patrimônio urbano deixou de ser limitado ao monumento.

¹³ Varsóvia, na Polônia, sofreu diversos bombardeios durante a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) onde cerca de 90% da cidade foi destruída.

1.3 Terceira fase: A *Ambiência*

A destruição e o rompimento emocionais causados pelas Guerras Mundiais marcaram o princípio de um novo olhar para o patrimônio, sobretudo no olhar urbano.

Giulio Carlo Argan [1909 – 1992], em sua busca de “legitimar a arquitetura moderna como expressão artística” (RUFINONI, 2009, p. 97) traz o debate sobre a relação antigo x novo com a inserção da arquitetura moderna em ambientes antigos. Essa discussão questiona Giovannoni e suas soluções urbanísticas, com ênfase para o ‘desadensamento construtivo’ e a separação entre o novo e o antigo centro. Para Argan, a nova arquitetura deveria proporcionar novas composições e uma releitura do centro antigo através do diálogo antigo x novo. Esse discurso foi impulsionado pelo pós-guerra, juntamente com a reflexão acerca da recomposição do que se foi perdido na busca de

recuperar a identificação social com a paisagem urbana. Esse novo olhar representou uma significância do patrimônio urbano como monumento coletivo ao proporcionar uma valorização da paisagem (RUFINONI, 2009, p. 97).

Para isso, Argan se baseou em ensaios realizados por Christopher Alexander [1936 – atual] e Kevin Lynch [1918 – 1984] sobre os conceitos de espaço e ambiente, em que observou aspectos contrastantes e compreendeu o espaço como algo extenso, no qual o ambiente atua como um agente aglutinador de valores provenientes das diversas relações entre a psique humana e o lugar (LIMA CARLOS, 2017, p. 18).

Nesse contexto, destacou-se o teórico Roberto Pane [1897 – 1987], que compreendeu o ambiente da cidade antiga como “um conjunto expressivo de valor uníssono, que imprime a feição peculiar de uma dada civilização” (MELLO JÚNIOR, 2016, p. 34) e definiu a relevância deste

ambiente histórico como a principal questão do restauro pós-guerra.

Pane foi crucial para a percepção do patrimônio urbano como um organismo mutável e autônomo em relação aos monumentos isolados, fato que impossibilita sua conservação na íntegra. Para Pane, a divisão entre novo e antigo centro, proposta por Giovannoni, era uma forma de repelir a continuidade da cultura. Dessa forma, Pane compreende a necessidade do diálogo entre o antigo x novo na cidade, desde que se preserve a harmonia do ambiente urbano. (MELLO JÚNIOR, 2016, p. 35).

Com essa nova forma de enxergar a cidade e o patrimônio urbano, Pane não rejeitou nenhum dos conceitos defendidos pelas Cartas de Atenas de 1931 e 1933. Ele foi capaz de relacionar as ideias, utilizando dos novos traçados sem destruir a harmonia do ambiente com os monumentos. Com isso, foi capaz de proporcionar autenticidade e continuidade ao meio urbano (Figura 3).

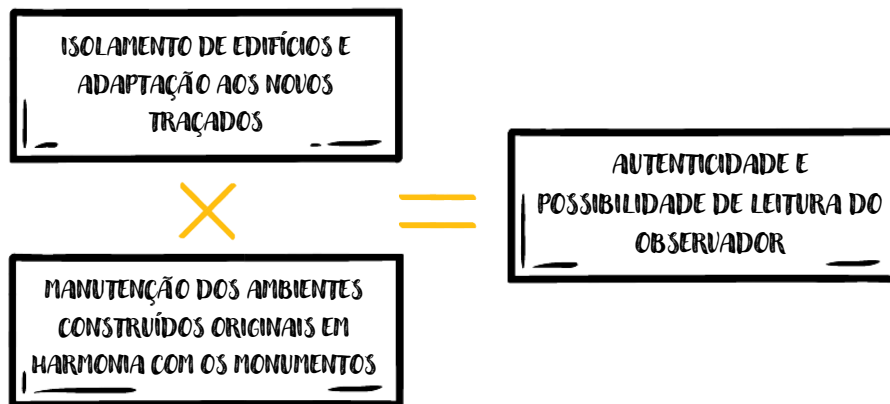


Figura 3 – Percepção do patrimônio urbano
 Fonte: Elaborado pela autora

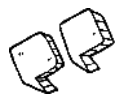
Na década de 1960, o tema “entorno de monumentos” ganhou ênfase nas referências internacionais, dentre as quais se destaca a Recomendação de Paris, produto da décima segunda sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, realizada em 1962. O documento recomenda uma proteção especial para as áreas próximas ao monumento e determina que, em casos de novas

construções, estas devem evitar a cópia e manter harmonia com a ambiência (RECOMENDAÇÃO DE PARIS, 1962. *in*: CURY, 2000, p. 83).

Em seguida, a Carta de Veneza (1964)¹⁴ contou com grande contribuição do Pane em sua redação. Ela foi fruto do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, realizado na cidade de Veneza, no período de 25 a 31 de maio de 1964.

Vista como um marco para a preservação do entorno dos monumentos, a Carta de Veneza considera como monumento histórico todo “[...] sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico” (CARTA DE VENEZA, 1964. *in*: CURY, 2000, p. 92), reconhece a importância do meio em que se situa e associa a conservação à preservação de sua ambiência:

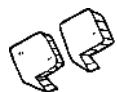
¹⁴ O documento foi responsável pela fundação do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS).



Artigo 6º - A conservação de um monumento implica a preservação de um esquema em sua escala. Enquanto subsistir, o esquema tradicional será conservado, e toda construção nova, toda destruição e toda modificação que poderiam alterar as relações de volumes e de cores serão proibidas.

Artigo 7º - O monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa. [...] (CARTA DE VENEZA, 1964. IN: CURY, 2000, p. 93).

As Normas de Quito, fruto da reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse Histórico e Artístico, realizada pela Organização dos Estados Americanos em novembro/dezembro de 1967, reafirmou a necessidade da criação de zonas de proteção de entorno, compreendida pela Recomendação de 1962, e estabeleceu uma metodologia para essa proteção através de medidas legais com a criação de:



[...] zona de proteção rigorosa, que corresponderá à de maior densidade monumental ou de ambiente;
zona de proteção ou respeito, com maior tolerância;

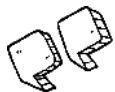
zona de proteção da paisagem urbana, a fim de procurar integrá-la com a natureza circundante (NORMAS DE QUITO, 1967. in: CURY, 2000, p. 120).

Nesse cenário, se destacou o arquiteto e teórico Aldo Rossi [1931 – 1997], que interpretou a cidade como uma sobreposição das camadas temporais capazes de perpetuar memórias (ROSSI [1966], 2001, p. 198). A memória coletiva, que consiste na transmissão dessa trajetória temporal aos habitantes, é observada por Santos (1988, p. 53-54) como combustível ao sentimento de pertencimento entre o indivíduo e a cidade. Essa abordagem histórica permitiu uma melhor compreensão do fenômeno urbano, abrangendo tanto a estrutura material da cidade como sua trajetória histórica (LIMA CARLOS, 2011, p. 28).

O reconhecimento do sítio urbano como monumento histórico e a necessidade de se proteger a paisagem urbana, destacados pela Carte de Veneza e pelas Normas

de Quito, respectivamente, influenciados pela preocupação com o entorno, a ambiência e o significado, marcaram a expansão do conceito de patrimônio cultural para abranger também o ambiente urbano na busca de se preservar o equilíbrio da paisagem e sustentar as relações pessoais.

No âmbito estadual, o Rio de Janeiro procurou atender as recomendações internacionais sobre a preservação dos entornos. Embora não tenha sido adotada a metodologia proposta pelas Normas de Quito, o Estado buscou preservar o laço entre o monumento e o meio em que se situa. Essa postura pode ser observada através do Decreto-Lei nº 2 de 11 de abril de 1969¹⁵, cujo Art. 7º introduziu diretrizes para regulamentar o entorno do bem tombado edificado:



Artigo 7º – Sem a prévia audiência da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico não se expedirá nem

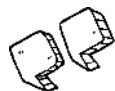
¹⁵ O decreto em questão define os bens integrantes do Patrimônio do Estado da Guanabara e sofreu diversas regulamentações posteriores.

se renovar a licença para obra, para afixação de anúncios, cartazes, ou letreiros, ou para instalação de atividade comercial ou industrial, em imóvel tombado.

Parágrafo único – O disposto neste artigo aplica-se também às licenças referentes a imóveis situados nas proximidades do bem tombado, e à aprovação, modificação ou revogação dos projetos urbanísticos, inclusive os de loteamento, desde que possam repercutir de alguma forma na segurança, na integridade estética, na ambiência ou na visibilidade do bem tombado, assim como sua inserção no conjunto panorâmico ou urbanístico circunjacente (RIO DE JANEIRO, 1969, p. 4).

Nesse cenário, foram criados o Compromisso de Brasília, em 1970 e o Compromisso de Salvador, em 1971, resultantes de reuniões de governadores de estados. O Compromisso de Brasília buscou envolver estados e municípios na política de proteção aos bens culturais, enquanto no Compromisso de Salvador foram postuladas

medidas específicas em relação às zonas de proteção (MOTTA e THOMPSON, 2010, p. 43-44):



Recomenda-se a criação de legislação complementar, no sentido de ampliar o conceito de visibilidade do bem tombado, para atendimento do conceito de ambiência.

Recomenda-se a criação de legislação complementar no sentido de proteção mais eficiente dos conjuntos paisagísticos, arquitetônicos e urbanos de valor cultural e de suas ambiências (COMPROMISSO DE SALVADOR, 1971. *in*: CURY, 2000, p. 140).

A evolução dos pensamentos elucidados pelos documentos supracitados, em conjunto com a visão existente de que a preservação do patrimônio cultural ajudaria a manter a qualidade de vida, leva o IPHAN a

buscar uma “atuação eficiente” nas áreas urbanas. A primeira estratégia adotada pelo órgão foi a criação da Portaria nº 29, de 23 de outubro de 1974 que, assim como as demais Portarias a respeito do entorno publicadas pelo órgão, utiliza de base legal o artigo 18 do Decreto-lei nº 25/1937¹⁶ e determina que os projetos em áreas de interesse ou em suas imediações devam passar por análise do Instituto após as análises na esfera estadual¹⁷ em relação aos logradouros, loteamentos, entre outros¹⁸. A nova postura adotada também pode ser observada na criação do PCH – Programa de Cidades Históricas¹⁹ – que teve diversos de seus projetos baseados nas Normas de Quito (MOTTA e THOMPSON, 2010, p. 44, 49-50).

¹⁶ O artigo 18 do Decreto-lei nº 25/1937 dispõe acerca da proteção da vizinhança da coisa tombada.

¹⁷ As determinações realizadas neste documento são voltadas ao Estado da Guanabara, hoje Município do Rio de Janeiro.

¹⁸ O documento não abrange parâmetros de Uso e Ocupação do Solo, uma vez que estes são atribuídos a esfera municipal pelo Art. 30 da Constituição (BRASIL, 1988, p. 44).

¹⁹ Implementado em 1973, o Programa Integrado das Cidades Históricas do Nordeste buscou a recuperação de cidades históricas da região Nordeste do Brasil e a descentralização da política de preservação cultural. Em 1975 o programa foi estendido para as demais regiões do país sob o nome Programa das Cidades Históricas.

Também é possível observar as diretrizes para a proteção dos entornos sendo aplicadas em estudos para sítios urbanos, realizados na década de 1970, para as cidades de Ouro Preto²⁰, em Minas Gerais, Recife, em Pernambuco (1978) e São Cristóvão, em Sergipe (1980), onde o planejamento urbano foi utilizado como instrumento de preservação (MOTTA e THOMPSON, 2010, p. 45).

Nos planos desenvolvidos para as três cidades, pode-se observar que se buscou atender as recomendações das Normas de Quito ao delimitar áreas como “zonas de preservação perigosa” onde se encontravam os monumentos e “zonas de preservação ambiental” vistas como áreas de transição para atender o conceito de ambiência, conforme o Compromisso de Salvador recomendava. Para isso, foram utilizadas normas urbanísticas (MOTTA e THOMPSON, 2010, p. 48-49).

²⁰ Foram elaborados dois planos para a cidade de Ouro Preto, um em 1970 e outro em 1975.

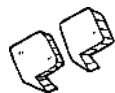
A partir desse contexto, Castriota (2007, p. 18) define a preservação como a atuação que “pressupõe a limitação da mudança” enquanto a conservação está ligada à “inevitabilidade da mudança e à sua gestão”. Dessa forma, a busca pela preservação de uma ambiência se distancia do ideal da manutenção de um estado original, relacionado à materialidade do patrimônio e se aproxima da procura pela conservação das características que apresentem um significado cultural. Esses ensaios destacaram a volubilidade do patrimônio urbano e tornaram indispensável a integração das práticas de conservação com políticas de desenvolvimento urbano, que foi essencial para a formulação do conceito de “Conservação Integrada”.

Nesse ponto, surgiram novas abordagens em relação à cidade contemporânea que se afastam do funcionalismo racionalista e se esboça a concepção da cidade como um

organismo global, relacionando os problemas urbanos com outros campos, que dá origem a Conservação Integrada, baseada no urbanismo progressista italiano, com destaque para o Plano do Centro Histórico de Bologna²¹.

Essa proposta foi adotada como diretriz para o planejamento urbano pelo Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu realizado em 1975, que teve como produto a Declaração e o Manifesto de Amsterdã (ZANCHETI, 2003, p. 108).

A Declaração de Amsterdã destacou a preocupação para com a perenidade do patrimônio, considerado ameaçado pela ignorância, antiguidade, abandono, entre outros (DECLARAÇÃO DE AMSTERDÃ, 1975. *in*: CURY, 2000, p. 201).



Nossa sociedade poderá, brevemente, ser privada do patrimônio arquitetônico e dos sítios que foram
Nossa sociedade poderá, brevemente, ser privada do

²¹ A cidade de Bologna, na Itália, passou por um processo de reabilitação do centro histórico no final da década de 1960. Este plano

patrimônio arquitetônico e dos sítios que foram seu quadro tradicional de vida, caso uma nova política de proteção e conservação integradas desse patrimônio não seja posta em ação imediatamente. O que hoje necessita de proteção são as cidades históricas, os bairros urbanos antigos e aldeias tradicionais, aí incluídos os parques e jardins históricos. A proteção desses conjuntos arquitetônicos só pode ser concebida dentro de uma perspectiva global, tendo em conta todos os edifícios com valor cultural, dos mais importantes aos mais modestos, sem esquecer os da época moderna, assim como o ambiente que o integram. Essa proteção global completará a proteção pontual dos monumentos e sítios isolados (DECLARAÇÃO DE AMSTERDÃ, 1975. *in*: CURY, 2000, p. 201, grifo da autora).

A Declaração ainda define a Conservação Integrada como “um dos pressupostos do planejamento urbano e regional” (DECLARAÇÃO DE AMSTERDÃ, 1975. *in*: CURY, 2000, p. 201). Relaciona a preservação da ambiência como

foi elaborado e conduzido por políticos e administradores do Partido Comunista.

facilitador da relação monumento x sociedade e com a manutenção da identidade local. Considera a relação dos valores Instrumental e Histórico como agentes para a aplicação da conservação integrada e aponta medidas para impedir que a conservação integrada não provoque um processo de gentrificação (DECLARAÇÃO DE AMSTERDÃ, 1975. *in*: CURY, 2000, p. 201).

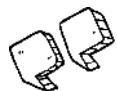
Enquanto isso, o Manifesto de Amsterdã apresenta o assunto de forma mais sistemática. Ao destacar novamente o perigo em que se encontra o patrimônio urbano e reforçar a Conservação Integrada como uma forma de afastar tais ameaças, o Manifesto elucida recursos jurídicos, administrativos, financeiros e técnicos a serem adotados (MANIFESTO DE AMSTERDÃ, 1975. *in*: CURY, 2000, p. 213). Sua metodologia apela à integração do centro histórico no contexto urbano, tendo como uma de suas estratégias a aplicação de novos usos a edifícios, de forma a inseri-lo na vida contemporânea (FLORES, 2003, p. 12).

As Recomendações de Nairóbi, resultado da décima nona sessão da UNESCO realizada em novembro de 1976, definiram ambiência como: [...] o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou que a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais (RECOMENDAÇÕES DE NAIRÓBI, 1976. *in*: CURY, 2000, p. 220-221).

As Recomendações de Nairóbi estabeleceram diretrizes para garantir a harmonia dos conjuntos e condenou o isolamento do monumento. Seu texto faz menção à Carta de Atenas de 1931, porém amplia a necessidade de suprimir toda publicidade para os conjuntos históricos.

Apesar do avanço no cenário internacional, o Estado do Rio de Janeiro manteve o posicionamento por um longo período. Essa postura fica clara na Lei nº 509, de 3 de dezembro de 1981, que repete a redação do Parágrafo Único do Art. 7º da Lei nº 2 de 11 de abril de 1969, ao

estabelecer como competência do Conselho Estadual de Tombamento:



[...] 3 – à concessão de licença para obras em imóveis situados nas proximidades de bem tombado pelo Estado e à aprovação modificação ou revogação de projetos urbanísticos, inclusive de loteamento, desde que, umas ou outras, possam repercutir de alguma forma na segurança, na integridade estética, na ambiência ou na visibilidade do bem tombado pelo Estado, assim como em sua inserção no conjunto panorâmico ou urbanístico circunjacente (RIO DE JANEIRO, 1981, p. 6).

O único avanço que pode ser observado no cenário estadual está no Art. 5, § 3º desse instrumento, o qual enfatiza a necessidade de se proteger a ambiência do monumento. Entretanto, o documento não determina metodologias ou estratégias para que essa proteção seja realizada:



[...] § 3º - Quando houver necessidade de proteção da ambiência onde se encontra o imóvel a ser tombado, o ato de tombamento, provisório ou definitivo,

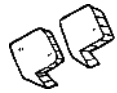
identificará também os imóveis próximos e que sejam suscetíveis igualmente de tutela (RIO DE JANEIRO, 1981, p. 7).

Ainda na esfera estadual, a Constituição do Estado do Rio de Janeiro (1989) buscou elucidar as atividades competentes ao Estado em relação à proteção do patrimônio cultural. O Documento estabeleceu a preservação desse patrimônio como uma função social, que é determinada como direito de todo cidadão e, para garantir esse direito, estabelece sua proteção (RIO DE JANEIRO, 1989, p. 12).

Apesar da Constituição do Estado do Rio de Janeiro reconhecer a importância das áreas de interesse histórico e cultural e pregar sua preservação, o documento pouco relaciona esta prática à conservação dos entornos ou do planejamento urbano.

A maior abrangência sobre o conceito de ambiência nos dispositivos legais do Estado do Rio de Janeiro foi

observada no Decreto nº 23.055, de 16 de abril de 1997, cujo Art. 3º, considera uma violação do patrimônio cultural:



[...] II – executar obras, instalações ou serviços em área de ambiência delimitada por ato de tutela, incluindo intervenção de caráter urbanístico e/ou ambiental, em prejuízo do bem ou conjunto de bens protegidos pelo tombamento (RIO DE JANEIRO, 1997, p. 17).

De acordo com Lima Carlos (2011, p. 97), o município do Rio de Janeiro apresentou um avanço considerável acerca do tema “ambiência” através do Decreto nº 5.459, de 8 de novembro de 1985, que teve sua base em pleitos realizados por movimento social urbano, liderado por associações de moradores que buscavam a melhoria da qualidade de vida em seus bairros e resultou na proteção ambiental dos bairros da Saúde, Santo Cristo, Gamboa e

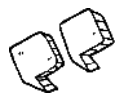
²² Trata-se de um instrumento urbanístico de proteção de áreas urbanas definido e regulamentado pelo Decreto nº 7.612, de 5 de maio de 1988. Apesar de ser previsto como um instrumento para proteção do ambiente natural, o município do Rio adaptou para abranger também a proteção de áreas urbanas ao relacionar a área com

parte do Centro. O autor ainda destaca que: “com relação às áreas urbanas, foi evidenciada a inadequação do instrumento de tombamento como meio de proteção das áreas do Corredor Cultural e dos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo” (LIMA CARLOS, 2011, p. 97) e resultou na criação da APA²² – Área de Proteção Ambiental, que tornou a cidade do Rio de Janeiro referência em relação à proteção urbana em todo o Brasil.

Com a elaboração do Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, promulgado em 1992²³, a APA tornou-se um instrumento específico para a proteção de ambientes naturais e foi criada a APAC – Área de Proteção o Ambiente Cultural, cuja função é proteger as áreas urbanas. Lima Carlos (2011, p. 99) a atribui a esse instrumento:

características notáveis não apenas nos aspectos naturais, mas também nos aspectos culturais.

²³ A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu Art. 182, § 1º, exige a elaboração de planos diretores para todas as cidades brasileiras com mais de 20.000 habitantes (BRASIL, 1988, p. 102).



[...] a preocupação de não “engessar” uma área urbana. Ao contrário, a intenção de uma APAC seria justamente flexibilizar e ao mesmo tempo, disciplinar, eventuais processos de renovação e adaptação de usos, sem prejuízo da paisagem urbana considerada culturalmente relevante para a cidade (LIMA CARLOS, 2011, p. 99).

A APAC surgiu para suprir as limitações do instrumento do tombamento na proteção de áreas urbanas e, para esse fim, estabeleceu outras duas categorias de proteção denominadas “bem preservado” e “bem tutelado”, que foram definidas pelo Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro (1992) como:



§ 2º - Entende-se por bem preservado aquele que, situado em Área de Proteção do Ambiente Cultural, deverá manter as características que tenham sido identificadas como de importância para a ambiência e identidade cultural da Área, segundo critérios estabelecidos pelo órgão de tutela.

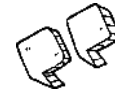
§ 4º - Entende-se por bem tutelado aquele que, situado em Área de Proteção do Ambiente Cultural,

integra a ambiência do bem ou conjunto preservado, podendo ser modificado ou demolido, ficando a nova edificação sujeita a restrições para evitar a descaracterização do conjunto preservado a critério do órgão de tutela (RIO DE JANEIRO, 1992, p. 45).

Apesar do avanço teórico proporcionado pelo instrumento de proteção urbana APAC no município do Rio de Janeiro, sua aplicabilidade através da interpretação realizada pelos técnicos da cidade, foi destacada por Lima Carlos [2008] como “uma verdadeira contradição aos objetivos originais do instrumento” o que impossibilitou, na prática, a combinação harmônica entre a proteção, conservação e a renovação urbana. Uma das causas diz respeito ao fato de a prefeitura carioca não estabelecer políticas de conservação abrangentes a todas as realidades sociais e econômicas das APACs, localizadas nas zonas norte, sul, oeste e central da cidade. Como único estímulo à conservação do acervo arquitetônico protegido, a prefeitura acena apenas com a expectativa de direito à isenção de IPTU. O benefício é concedido aos proprietários

e/ou ocupantes, a título precário, mediante o cumprimento de exigências relacionadas à conservação dos imóveis. Levando-se em conta que as obras de restauração possuem um grau de complexidade e custos maiores que as convencionais, os proprietários e/ou ocupantes dos imóveis protegidos devem desembolsar, previamente, quantias muitas vezes incompatíveis com suas realidades econômicas. (LIMA CARLOS, 2011, p. 100).

Enquanto o município do Rio de Janeiro avançou na proteção do patrimônio urbano, o município de Magé não demonstrou a mesma preocupação. O primeiro Plano Diretor realizado em parceria com a FUNDREM entre 1975 e 1979 não contemplava em seu texto, nada referente ao patrimônio cultural. Apenas em 2006, com a promulgação do segundo Plano Diretor, é que foram incluídas questões referentes ao tema, porém sem abordar as áreas de entorno dos monumentos (CARVALHO, 2017, p. 85):



Art. 125 - A Política de Patrimônio Cultural visa planejar e valorizar todo o legado cultural existente na cidade, protegendo-o, tanto o patrimônio material, entendido como as expressões artísticas, históricas, arquitetônicas, paisagísticas e urbanísticas, quanto o patrimônio imaterial, representado pela cultura local, festas típicas, a religiosidade e manifestações musicais, plásticas, cênicas e literárias.

Art. 126 - Os principais objetivos da Política de Patrimônio Cultural estão relacionados a: - Reconhecer o valor cultural do patrimônio; - Garantir o patrimônio arquitetônico e os seus usos compatíveis; - Desenvolver e incentivar o potencial existente em termos de patrimônio cultural e histórico.

Art. 127 - Para atingir os objetivos expostos no Art. anterior, deverá ser realizado um inventário dos bens culturais existentes, definidos os imóveis de interesse do patrimônio para fins de preservação bem como a busca de parcerias através de incentivos fiscais e de projetos para preservação e conservação deste patrimônio (PLANO DIRETOR DA CIDADE DE

MAGÉ, 2006, *apud* CARVALHO, 2017, p. 85, grifo da autora).

Carvalho ainda destaca que, apesar desse segundo Plano Diretor citar políticas para o patrimônio cultural, o caráter “genérico” do documento o torna incapaz de comunicar os locais aos quais estas políticas devem ser aplicadas (CARVALHO, 2017, p. 86).

Apesar do previsto no Plano Diretor de 2006, apenas em 2013 o município adotou medidas referentes ao patrimônio cultural e institui o Conselho Municipal de Política Cultural de Magé²⁴ que, em sua X Sessão Ordinária, realizada no dia 03 de junho de 2014 (ver Anexo 1), aprovou deliberações sobre o tombamento de 10 bens culturais no município. No que se referiu a Capela de Santo Aleixo, o documento criado pelo Conselho aprova deliberações acerca do tombamento municipal do templo e

determina uma área de entorno de 500 metros quadrados de raio a partir do bem e que qualquer intervenção pretendida deve ser analisada e aprovada pelo órgão (SEIXAS e BRANDÃO, 2014, p. 11)²⁵. Entretanto, nenhum instrumento de poder legislativo foi publicado para oficializar esses tombamentos pela Prefeitura Municipal de Magé, o que manteve as deliberações realizadas pelo Conselho apenas como uma indicação que não foi concretizada.

Em 2016, um novo Plano Diretor Participativo foi elaborado para o município de Magé e sancionado através da Lei Complementar nº 0006/2016. Neste, foram estabelecidas diversas estratégias, políticas e instrumentos para a preservação do patrimônio cultural do município. Entretanto, apesar do Plano Diretor estar em vigor desde sua promulgação, em 15 de dezembro de

²⁴ Criado pela Lei Municipal nº 2.181, de 11 de janeiro de 2013.

²⁵ Além das deliberações aprovadas e publicadas no Boletim Informativo Oficial nº 470, o Conselho Municipal de Política Cultural

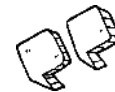
de Magé encaminhou ao IPHAN-RJ o Ofício nº 39/2014 onde informa que foram tombados, a nível municipal, dez bens culturais e onde foram publicadas as deliberações acerca do tombamento (ver Anexo 2).

2016, essas ações ainda não foram implementadas e as demais leis que compõem a legislação urbana municipal não foram revisadas.

Carvalho (2017, p. 86) destaca que “é importante que se crie no município, dotado de uma série de APAs (Área de Proteção Ambiental), a mesma empatia pelo patrimônio cultural que se tem pelo ambiental”²⁶, bem como a importância de haver instrumentos de gestão eficientes para a preservação do patrimônio cultural, propõe a criação de ‘Zonas Especiais destinadas à Preservação Cultural’ – que, na teoria, se assemelhariam às APACs do município do Rio de Janeiro – no município de Magé e ressalta a necessidade de se identificar e respeitar as particularidades de cada área para garantir a preservação (CARVALHO, 2017, p. 86).

²⁶ De acordo com o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – o município de Magé abriga cinco UCs – Unidade de Conservação – sendo estas: parte do Parque Nacional da

Em face do exposto, cabe destacar que a partir da Carta de Veneza (1964), foram abordados diversos aspectos entendidos como necessários para a valorização do monumento histórico. Mas é na Declaração de Xi’an sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do patrimônio cultural redigida na XV Assembleia Geral do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS – que os citados aspectos assumem um caráter mais detalhado. O documento compreende que o entorno contribui para o patrimônio além dos aspectos físicos e visuais:



[...] o entorno supõe uma interação com o ambiente natural; práticas sociais ou espirituais passadas ou presentes, costumes, conhecimentos tradicionais, usos ou atividades, e outros aspectos do patrimônio cultural intangível que criaram e formaram o espaço, assim como o contexto atual e dinâmico de natureza

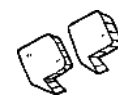
Serra dos Órgãos (esfera federal); parte da APA de Petrópolis (esfera federal); parte da APA de Guapimirim (esfera federal); a APA Suruí (esfera municipal) e a APA Estrela (esfera municipal).

cultural, social e econômica (DECLARAÇÃO DE XI'AN, 2006, p. 2).

A partir dessa interpretação, se compreende todo elemento que integra um monumento como aspecto integrante de seu valor, sejam as práticas sociais, os costumes da sociedade, a natureza dos usos e até mesmo as atividades.

É importante perceber que a diferenciação entre o patrimônio protegido e o seu entorno está na atribuição de valores atribuídos a cada. Enquanto o patrimônio recebe valores sociais, a vizinhança recebe valor de entorno adequado ao atribuído no patrimônio. Esse caráter volúvel impossibilita a criação de parâmetros estáticos e reforça a necessidade de se estudar caso a caso de forma interdisciplinar e multidisciplinar (MOTTA e THOMPSON, 2010, p. 96).

²⁷ “[...] the intangible ‘adheres’ itself to the tangible and becomes the historical document of the future [...]” (HASSARD, 2009, p. 162).



Sob esse contexto, a Declaração de Québec (2008) desenvolveu ainda mais a visão da ambiência do monumento ao entender que “[...] o intangível ‘adere’ ao tangível e se torna documento histórico do futuro [...]” (HASSARD, 2009, p. 162, tradução da autora)²⁷ e trabalha a proteção da relação entre estes, chamada de “espírito do lugar”, que consiste:

[...] no conjunto de bens materiais (sítios, paisagens, edificações, objetos) e imateriais (memórias, depoimentos orais, documentos escritos, rituais, festivais, ofícios, técnicas, valores, odores), físicos e espirituais, que dão sentido, valor, emoção e mistério ao lugar, de tal modo que o espírito constrói o lugar e, ao mesmo tempo, o lugar constrói e estrutura o espírito (DECLARAÇÃO DE QUÉBÉC, 2008, p. 3).

O documento parte da associação do ‘lugar’ não apenas à sua relação espacial, mas também ao seu caráter e a sua atmosfera que proporcionam uma “qualidade ambiental”,

compreendida por Norberg-Schulz como a essência do lugar (NORBERG-SCHULZ, 1976, *in*: NESBITT, 2006, p. 445). Norberg-Schulz vai além e discorre sobre a vinculação da sociedade com o lugar. Para o autor, o desenvolvimento de uma relação amistosa com o ambiente e seus objetos de identificação é a base do sentimento de pertencer (NORBERG-SCHULZ, 1976, *in*: NESBITT, 2006, p. 457-459).

Pode-se observar que, desde a Carta de Atenas (1931), o conceito de entorno esteve sempre relacionado à noção de patrimônio e sua concepção teve abordagens que deram um caráter cada vez mais abrangente e complexo. Inicialmente, o monumento era o único objeto visto como detentor de valores a serem preservados. Entretanto, o avanço da cidade moderna e a renovação ocorrida para implementar os novos conceitos racionalistas no meio urbano, ocasionaram a ampliação do pensamento acerca da conservação, que foi estendida para as áreas de entorno na busca de reafirmar os valores atribuídos ao monumento.

A partir desse momento, o olhar a respeito da concepção do que é patrimônio foi ampliado, abrangendo também os conjuntos urbanos, vinculados principalmente à relação humana com esse meio, que torna a área de entorno o elo entre o indivíduo ao patrimônio edificado, determina seu significado cultural e o sentimento de pertencimento. Esse avanço pode ser observado na Figura 4.



Figura 4 - Sintetização do ensaio teórico
Fonte: Elaborado pela autora.

Entretanto, apesar do avanço no campo teórico, na prática as cidades continuam a executar o urbanismo de *tábula rasa* para proteger interesses políticos e econômicos de setores hegemônicos das sociedades urbanas. No Rio de Janeiro, um exemplo dessa prática realizada recentemente pode

ser observado no Colégio Estadual Olinto Gama Botelho (antiga sede das Oficinas do Trajano)²⁸.

O prédio que, atualmente, abriga o Colégio Estadual Olinto da Gama Botelho foi construído em 1913, recebendo parte do Palácio das Indústrias da Exposição Universal de Paris, adquirido como sucata, pelo proprietário após o evento internacional²⁹. O conjunto arquitetônico foi tombado pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro em 1996, porém esta cedeu aos interesses do capital imobiliário e o conjunto foi destombado em 2005 (RIO DE JANEIRO, 1996; RIO DE JANEIRO, 2005). O destombamento resultou no desmonte e desaparecimento da estrutura dos

galpões e na construção de um conjunto habitacional no local (LIMA CARLOS, 2013, p. 101).

O caso desse colégio, além de exemplificar a derrota do patrimônio para o capital imobiliário, também mostra seu “esmagamento” pelas novas adições (como viadutos e prédios de condomínios), em que a ambiência do conjunto foi completamente desprezada para a construção da Linha Amarela [1994 – 1997], que compunha o projeto das linhas policromáticas do Plano Doxiadis³⁰. O resultado dessas transgressões pode ser observado na Figura 6, Figura 8, Figura 5 e na Figura 7.

²⁸ Originada no latim: “taboa raspada”, significa “folha de papel em branco” (apagada). A expressão é utilizada pela historiadora francesa Françoise Choay em seu livro *A alegoria do patrimônio* (2017, p. 194) e no prefácio do livro *O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua origem* (2006, p. 7) para se referir ao posicionamento urbanista do CIAM, que envolve o desejo de abrir espaço para a criação através da destruição do existente.

²⁹ A Exposição Universal de Paris foi um evento industrial e comercial realizado em virtude das comemorações do centenário da Revolução Francesa.

³⁰ O Plano Doxiadis, realizado pelo arquiteto e urbanista Constantino Doxiadis e publicado em 1965, foi encomendado pelo então governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda (1960 – 1965) e destinava-se a reformulação das linhas mestras do urbanismo da cidade do Rio de Janeiro, como forma de prepará-la para o crescimento previsto para o século XXI.



Figura 6 - Colégio antes da Linha Amarela
Fonte: João Bosco Setti, 1994 (RODRIGUES, 2004, p. 26)



Figura 5 - Colégio antes do condomínio com o galpão em estrutura metálica da Exposição de Paris, atrás
Fonte: Google Maps, s.d. (LIMA CARLOS, 2013, p. 103)



Figura 8 - Colégio depois da Linha Amarela
Fonte: Acervo pessoal de Mariana Felgas, 2019



Figura 7 - Colégio depois do condomínio
Fonte: Google Earth, 2019

A exposição conceitual abordada neste capítulo não buscou esgotar o tema e sim, investigar as principais correntes de pensamentos e conceitos referentes à ampliação do conceito de patrimônio cultural urbano, com destaque para os entornos.

A análise do tema da conservação de entornos através da passagem temporal por meio de autores, documentos e seu desdobramento no Brasil, permitiram compreender sua concepção, suas premissas e sua aplicabilidade e conduzir o olhar para o objeto de estudo a fim de identificar sua potencialidade como ferramenta para a preservação do monumento e, posteriormente, embasar o Projeto de Conservação Urbana da Área de Entorno da Capela de Santo Aleixo.

Dessa forma, entende-se que na conservação dos entornos de bens culturais deve levar em conta os valores relativos conferidos pelo indivíduo ao monumento do qual o entorno é parte, pois estes corroboram a memória coletiva que fortalece o sentimento de pertencimento.

Se o ato de ‘conservar’ está ligado à salvaguarda de algo perante a mudança iminente, para realizar a conservação do Entorno da Capela de Santo Aleixo, buscou-se adotar o conceito de Entorno, a fim de explorar seus desdobramentos na elaboração de diretrizes para um plano urbano que preserve a paisagem e possibilite uma adequação da cidade às demandas atuais. Para isso, trabalhou-se com a criação de zonas de interesse para a preservação em duas escalas, sendo uma mais imediata ao monumento, e a outra no nível urbano.

Buscou-se também aplicar o conceito de Ambiência (Recomendações de Nairobi, Unesco, 1976), com o intuito de valorizar a paisagem, preservar a harmonia do ambiente urbano, favorecer a legibilidade do monumento e fomentar o sentimento de pertencimento. A compreensão do patrimônio urbano como um organismo mutável e autônomo destaca ainda a importância de trabalhar a relação antigo x novo para proporcionar autenticidade ao ambiente e incitar a identificação cultural.

CAPÍTULO 2

Capela de Santo Aleixo

Neste capítulo busca-se conhecer e analisar o patrimônio cultural Capela de Santo Aleixo, com destaque para sua área de entorno.

A Declaração de Xi'an (2006) ampliou a percepção feita por Camillo Boito na Exposição de Turim [1884] (2002), quando diz que “para bem restaurar, é necessário amar e entender o monumento” (BOITO [1884], 2002, p. 31) ao relacionar a necessidade desse entendimento, não apenas para a restauração de monumentos edificadas, mas também para a conservação de todos os patrimônios culturais. Dessa forma, se vincula esta necessidade de entendimento (que abrange história, evolução e caráter) também à área de entorno.

À vista disso, dividiu-se a análise sobre a Capela de Santo Aleixo em duas etapas (Figura 9), sendo a primeira etapa análise dos principais aspectos históricos que condicionaram a construção do atual tecido urbano envoltório. Na segunda, foi feita uma análise da situação atual, problemas e ameaças à ambiência da capela.

Na primeira etapa conforme já dito, buscou-se compreender o contexto histórico do templo e a evolução do espaço urbano envoltório, abordando o cenário histórico, político e econômico da região, em que foram utilizados acervos documentais, livros, documentação primária, registros *in loco*, fotografias de época e relatos obtidos através de moradores locais, entre outros meios. Na segunda etapa, buscou-se realizar uma análise do contexto urbano atual da área de entorno da Capela de Santo Aleixo, no qual foi utilizado o método de análise urbana desenvolvido por Panerai (2006) e os Princípios de La Valletta (2014).



Figura 9 – Etapas do estudo sobre a área
Fonte: Elaborado pela autora

2.1 Um olhar para a área de estudo

A Capela de Santo Aleixo (ver Figura 10) está situada no topo de uma colina do bairro Capela, na divisa territorial entre o segundo distrito – Santo Aleixo – e o terceiro distrito – Rio do Ouro – do município de Magé, que se localiza na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro³¹, como pode ser observado na Figura 11.



Figura 10 – Capela de Santo Aleixo
Fonte: Acervo da autora, 2020.

³¹ Além de Magé, a região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro compreende os municípios de Rio de Janeiro, Belford Roxo, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri,



Figura 11 – Localização da Capela de Santo Aleixo
Fonte: Elaborado pela autora sobre base do Google Earth, 2020

Sua área de entorno é composta pelo encontro de duas vias principais – a estrada Municipal Antônio Além Bergara (que faz a conexão entre o terceiro e o segundo distrito) e a estrada Municipal Adam Blumer (que faz a conexão entre o primeiro e o segundo distrito) – e possui uso misto, apresentando residências entre um e dois pavimentos e comércio variado de pequeno porte para abastecimento

Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio Bonito, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.

local, como padaria, mercado, açougue, papelaria, casa de rações, entre outros. A área ainda conta com uma praça com quadra, uma área de eventos e um campo, tudo isso ao redor da Capela de Santo Aleixo (ver Figura 12).



Figura 12 – Entorno da Capela de Santo Aleixo
Fonte: Acervo da autora, 2020.

2.2 Um olhar para a Capela através do tempo

A pesquisa exposta neste tópico foi realizada em conjunto com os historiadores Felipe Augusto dos Santos Ribeiro³² e Vagner Lima³³ e publicada, em 2018, no livro “Capela do Povo: 275 Anos de História e Devoção” (2018), que apresenta uma narrativa da história do templo³⁴.

Dentro desta pesquisa, foram consultadas diversas fontes para construção de um traçado histórico. No acervo do Arquivo Nacional, o processo de dívida do padre Durão e o livro de notas nº 40 apresentaram informações que auxiliaram na construção desta narrativa. Também foram coletadas informações no acervo de periódicos da Biblioteca Nacional. Os relatórios de visitas pastorais presentes no Acervo da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, registros paroquiais de terras do século XIX no Acervo do Arquivo

³² Doutor em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas.

³³ Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense.

³⁴ Este tópico não buscou esgotar o tema em relação a trajetória história da Capela de Santo Aleixo e sua área adjacente. Para um estudo mais aprofundado sobre o assunto, consultar o livro supracitado.

Público do Estado do Rio de Janeiro, processos encontrados no Arquivo Central do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e diversas outras fontes que contribuíram para a pesquisa e permitiram avançar em uma linha cronológica que se estende desde o início do povoamento da região até o final do século XIX.

A queda dos engenhos de açúcar e a Revolução Industrial redirecionaram a pesquisa para mapear o século XX. Para isso, foram utilizados trabalhos acadêmicos que abordam temas referentes à chegada e instalação das fábricas têxteis em Santo Aleixo, seguido por uma pesquisa documental a respeito da proteção que o templo recebe na esfera estadual através do instrumento de tombamento.

Pôde-se contar também com o auxílio de iconografia para compreender o desenvolvimento do espaço e do templo. Para fechar recorte temporal proposto no presente estudo, foram realizadas pesquisas *in loco*.

Os fatores históricos e a dinâmica ocupacional observados na contextualização histórica do bem culminaram em uma reflexão crítica sobre a sua localização, que contribuem para a compreensão das divisões territoriais do município.

Ampliando a compreensão do estudo, realizou-se a análise das legislações urbanísticas e edilícias vigentes sobre o templo e seu entorno, isto é, critérios de conservação e parâmetros de uso e ocupação do solo permitidos. Com isso, foram pesquisados os instrumentos legais e o processo de tombamento realizado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC – onde o templo é reconhecido como objeto de valor e as demais legislações que abrangem o objeto e seu entorno.

2.2.1 Da colonização ao ciclo do ouro

O processo de ocupação da região teve início com a doação de uma sesmaria a Manuel Martins de Oliveira, em 1721, contendo a extensão de 3 mil braças quadradas subindo o

Rio Roncador³⁵. Mais tarde, essa sesmaria veio pertencer por herança a José dos Santos Martins. As terras passam a ser conhecidas como a Fazenda de Santo Aleixo e, em 1743, foi dada a provisão para a construção de uma capela. Inserida em uma paisagem predominantemente rural, o templo foi implantado sobre uma pequena elevação de frente ao engenho de açúcar da fazenda, aos pés da Serra dos Órgãos (RIBEIRO, MARCHON e LIMA, 2018, p. 42-44).

Dessa forma, estima-se que, no final do século XVIII, o entorno da Capela de Santo Aleixo possuísse configuração conforme ilustrada na Figura 13. O fato de não haver uma

cartografia oficial relacionada ao desenvolvimento urbano regional, acabou determinando que se adotasse uma representação gráfica conjectural em relação ao processo de ocupação da área de entorno da Capela. Os mapas esquemáticos, representados nas Figura 13, Figura 15 e Figura 27, foram baseados em levantamento topográfico publicado no “Inventário dos bens culturais do município de Magé, Rio de Janeiro” (ver Anexo 3) (FUNDREM, 1984, p. 191) e em imagens de satélite obtidas na plataforma Google Earth, que permitiram uma representação fiel da topografia, da hidrografia, da localização dos marcos geográficos (como a Capela de Santo Aleixo e a Fábrica de Santo Aleixo) e da malha urbana.

³⁵ A doação de sesmarias pela Coroa Portuguesa foi o principal fator impulsionante para a primeira onda povoadora que surgiu na Baixada Fluminense, em conjunto com a produção de açúcar facilmente escoada pelo porto do Rio.

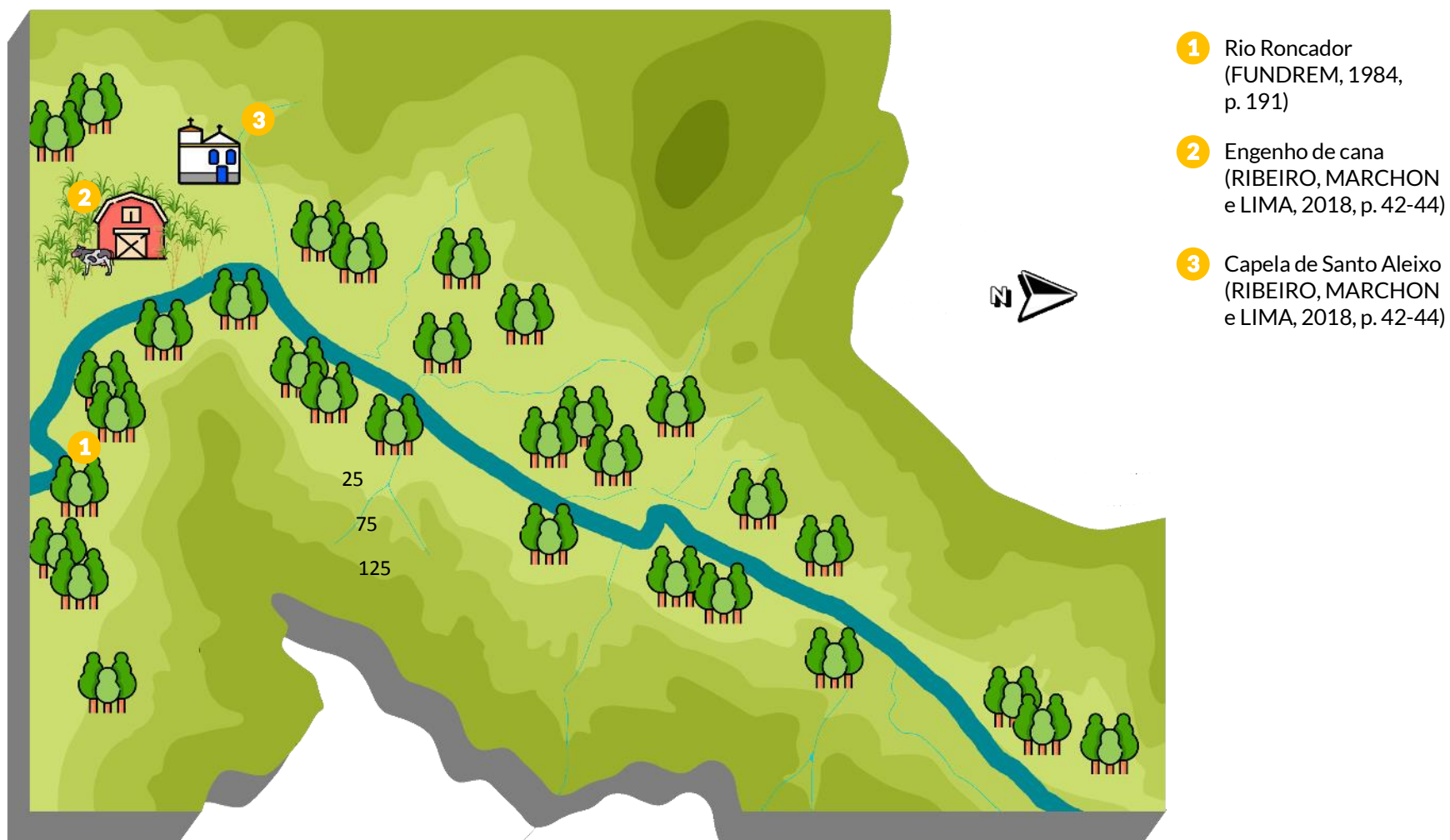


Figura 13 – Mapa conjectural da área de estudo no final do século XVIII
Fonte: Elaborado pela autora, 2020

O desenvolvimento econômico da Freguesia de Guia de Pacobaíba³⁶ proporcionou avanços no quadro geral do município³⁷. Não foram encontrados registros ou cartografias que ilustrassem a forma como esse crescimento afetou a região adjacente ao templo, porém acredita-se ter ocorrido um crescimento populacional, pois no final do século XVIII constatou-se o estreitamento do vínculo entre o templo e a comunidade, que pode ser observado com o surgimento de nomes como Aleixo e Alexina na região (RIBEIRO, MARCHON e LIMA, 2018, p. 46).

2.2.2 Do apogeu à decadência

A entrada do Ciclo do Café e a chegada da Revolução Industrial no Brasil, trazendo consigo as linhas férreas e as

indústrias, foram responsáveis por um novo cenário, principalmente no contexto econômico.

A decadência do cultivo de cana em conjunto com o esgotamento das terras, fizeram com que a Baixada Fluminense não ganhasse expressividade com o plantio do café que se espalhava no Rio de Janeiro. Entretanto, a região foi fortemente influenciada pela monocultura cafeeira, principalmente após a instalação da Corte Portuguesa na cidade do Rio de Janeiro, em 1808³⁸, que impulsionou o desenvolvimento da Baixada Fluminense através do transporte fluvial de mercadorias das regiões adjacentes, principalmente do Vale da Paraíba, para o Rio de Janeiro (BRITTO, QUINTSLR e PEREIRA, 2019, p. 55; FIGUERÊDO, 2004, p. 6).

³⁶ Em 1755, a região abrangia o território de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Guapimirim, Petrópolis, Teresópolis, Sapucaia e Paraíba do Sul.

³⁷ Este desenvolvimento se deu através do crescimento agrícola baseado no cultivo de cana de açúcar e do trabalho escravo; a descoberta do ouro; transferência da capital do país de Salvador para o

Rio de Janeiro; a obrigatoriedade do Caminho da Estrela como rota para as riquezas de Minas Gerais, entre diversos outros fatores.

³⁸ O ano de 1808 foi marcado pelo nascimento da imprensa brasileira, com a criação da Imprensa Régia e da Gazeta do Rio de Janeiro. Entretanto, a abertura para novos veículos só acontece em 1821.

Essa nova movimentação econômica na Baixada Fluminense favoreceu os arraiais e povoados próximos aos portos. Entretanto, as fazendas se depararam com um cenário econômico inverso: os fazendeiros agora tinham que lidar com a improdutividade do solo e a diminuição da população escrava. Dessa forma, ocorreu uma evasão de algumas áreas de Magé. (SAMPAIO, 1994, p. 13).

A Fazenda de Santo Aleixo também sofreu com o declínio da fertilidade do solo, fato que acarretou diversas trocas de proprietários, que puderam ser acompanhadas através da imprensa e que dificultaram a delimitação de suas terras (RIBEIRO, MARCHON e LIMA, 2018, p. 48).

Enquanto as fazendas buscavam se adaptar a esse cenário, um novo agente atingiu a Baixada Fluminense: a indústria³⁹. Magé, que até o momento era visto como o

³⁹ O Alvará de Liberdade para as Indústrias, decretado em 1808 por D. João VI, permitiu a instalação de manufaturas e indústrias no Brasil.

⁴⁰ Por sua produção de alimentos estar ligada ao abastecimento da cidade-capital.

“Celeiro da Corte” (RIBEIRO, 2013, p. 2)⁴⁰, ganha destaque pela instalação de diversas fábricas atraídas pela água em abundância da região, necessária para o funcionamento dos maquinários a vapor⁴¹.

A Fábrica Nacional de Santo Aleixo, instalada em 1848, (ver Figura 14) foi referenciada como “a primeira fábrica de tecidos do Brasil, quiçá da América do Sul” (SANTOS, 1988, p. 45); essa afirmação não é verídica, pois em 1844 se iniciou a construção da Fábrica Todos os Santos na Bahia (FELÍCIO, 2016, p. 1). Mantendo-se como a primeira fábrica têxtil do Rio de Janeiro (RIBEIRO, 2013, p. 2), a Fábrica de Santo Aleixo teve grande importância no desenvolvimento industrial do Brasil e, em pouco tempo se tornou a maior indústria do sudeste (SOARES, 1993, p. 173).

⁴¹ Foram, ao todo, quatro fábricas instaladas na região durante o século XIX: a Fábrica Nacional de Santo Aleixo, em 1848, a Companhia de Fiação e Tecidos Andorinhas, em 1870; a Fábrica de Tecidos de Pau Grande, em 1878; e a Companhia de Fiação e Tecidos Mageense, em 1891 (RIBEIRO, 2018, p. 6).

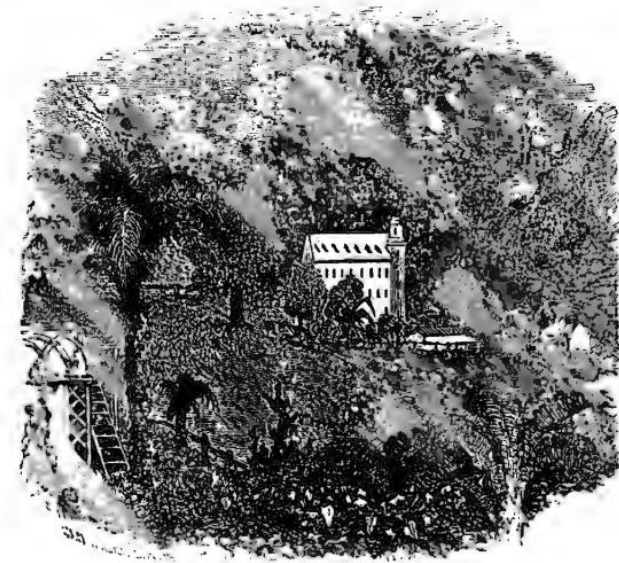


Figura 14 – Fábrica de Santo Aleixo

Fonte: O Brasil e os Brasileiros (KIDDER e FLETCHER [1867], 1941, p. 312)

Acredita-se que a instalação da Fábrica Nacional de Santo Aleixo tenha fomentado, ainda em seus primeiros anos, um adensamento populacional na região, resultante da demanda de operários, pois em 1856, a região possuía mais de 2.000 habitantes. O aumento significativo dessa

população estava diretamente ligado à instalação da Fábrica Nacional de Santo Aleixo (RIBEIRO, MARCHON e LIMA, 2018, p. 59-60).

A intensificação do uso dos portos da Baixada Fluminense também acentuou as inconveniências naturais do transporte fluvial⁴², que levaram à busca por novas soluções para o transporte, culminando na instalação da primeira estrada férrea no Brasil, em 1854 pelo Barão de Mauá (FIGUERÊDO, 2004, p. 8).

As dificuldades financeiras da Fazenda de Santo Aleixo só ficam claras com o falecimento do Padre Durão, em 1852, que fez com que a fazenda se tornasse alvo de diversas disputas judiciais. Em 1857, a Irmandade da Capela de Santo Aleixo perdeu a disputa jurídica e o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro autorizou o leilão das terras da fazenda. Apesar da derrota no tribunal, toda a mobilização realizada fortaleceu a relação comunidade x monumento e,

⁴² Entre algumas destas inconveniências estão a baixa do nível nos tempos de seca, a maré, os ventos, etc.

logo após o final do processo, apareceu o primeiro registro da Festa de Santo Aleixo (RIBEIRO, MARCHON e LIMA, 2018, p. 50-60).

Enquanto as fazendas passavam pela adaptação para o ciclo cafeeiro e com a crise escravista⁴³, as indústrias traçavam um salto tanto econômico quanto social e urbanístico na região. O grande número de funcionários nas manufaturas foi responsável pela criação das vilas operárias, igrejas, escolas e até mesmo o desenvolvimento de novas atividades agrícolas (FIGUERÊDO, 2004, p. 9).

O marco da transição da região agrícola para industrial se deu com a instalação da Fábrica de Andorinhas, que teve sua construção iniciada em 1870. Com isso, se percebeu uma deficiência no transporte local: pelo Rio Roncador era

possível transitar pequenas embarcações até o porto da Capela de Santo Aleixo (RIBEIRO, MARCHON e LIMA, 2018, p. 44)⁴⁴; porém a partir desse ponto era necessário trafegar por carroças, cavalos ou a pé. Essa situação, no entanto, só receberá melhorias no próximo século (FIGUEIREDO, 2008, p. 67).

Dessa forma, acredita-se que, no final do século do século XIX, o entorno da Capela de Santo Aleixo possuísse configuração conforme ilustrada na Figura 15 mostrada abaixo:

⁴³ A promulgação de leis abolicionistas, como a Lei Eusébio Queirós (1850) e Lei do Ventre Livre (1871) acabaram com qualquer lucratividade que o escravismo ainda pudesse representar a elite.

⁴⁴ Não foram encontrados documentos que indicassem com precisão a localização deste porto, apenas trechos mencionando sua existência.



Figura 15 – Mapa conjectural da área de estudo no final do século XIX
Fonte: Elaborado pela autora, 2020

Os últimos anos do século XIX foram marcados por diversos conflitos que mudaram completamente o cenário brasileiro para o início do século XX, principalmente pelo golpe militar que extinguiu a monarquia constitucional parlamentarista e instaurou a Primeira República Brasileira, em 1889 (NEVES, 2003, p. 15-16). Os anos subsequentes foram marcados pela ocorrência de guerras civis republicanas. Magé se tornou um ponto estratégico no agrupamento de forças e abastecimento de navios rebeldes no movimento armado contra o governo de Marechal Floriano Peixoto⁴⁵ (FIGUEIREDO, 2008, p. 60).

A economia, que já sofrera impactos com a queda da produtividade do solo e com as políticas antiescravagistas, entra em colapso com a abolição da escravatura e com os

bombardeios seguidos de saques e a destruição da cidade em 1894. A decadência da região culminou no abandono por parte da população em busca de cidades vizinhas e da Capital. A cidade, que iniciou o século XIX com as promessas de avanço da Revolução Industrial, o encerra com o sucesso da missão de destruir Magé⁴⁶.

2.2.3 Dorural ao urbano

Com o fim da Revolta da Armada, a entrada do século XX foi marcada pela reestruturação de Magé que, com o fortalecimento das indústrias têxteis, se distanciou da cultura agrícola difundida no século anterior e começou a apresentar o “perigo do exclusivismo industrial” (RIBEIRO, 2018, p. 257).

⁴⁵ Segundo presidente do Brasil, seu governo foi de 1891 a 1894. Era vice-presidente do primeiro presidente do Brasil, Marechal Deodoro da Fonseca, desde a Proclamação da República, em 1889 até sua abdicação em 1891, quando Marechal Floriano Peixoto assume o cargo.

⁴⁶ Ao coronel Manoel Joaquim Godolphim, responsável pela invasão de Magé em 1894, atribui-se a frase “Eu vim destruir Magé; essa é a minha

missão.” Relatos de moradores locais, realizados em reportagem do Jornal do Brasil colocam suas últimas palavras ao sucessor: “tinha destruído Magé; quem viesse depois d'elle e quisesse que a reconstruísse” Cf. HORRORES de Magé. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 11 de jan. 1895. Ano V. n. 5. p. 1. Disponível em: memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_01&pesq=horrores%20de%20mage. Acesso em: 20 abr. 2020.

O processo de urbanização foi impulsionado pelo sucesso das ferrovias na segunda metade do século XIX, que tornou vários portos da Baixada Fluminense sem função e resultou nas suas extinções, como foi o caso do Porto de Caxias. Matos (1949), ao falar sobre esse fenômeno diz que “foi como se desviassem as nascentes de grandes rios, cessando no leito e a foz de cada um deles e a massa d’água corrente” (MATOS, 1949, p. 69). A decadência que atingiu a região corroborou para uma imagem de hostilidade e insalubridade para a região (BRITTO, QUINTSLR e PEREIRA, 2019, p. 58).

A imagem de região insalubre foi fortalecida nos primeiros anos do século XX, em que ainda buscando se reestruturar pelos ataques da Revolta da Armada sofridos no final do século XIX, a cidade de Magé foi acometida por três surtos de varíola⁴⁷. No período, a área circunvizinha a Capela de Santo Aleixo é escolhida para abrigar o hospital de

⁴⁷ Os surtos de varíola em Magé no século XX ocorreram nos anos de 1908, 1911 e 1913.

variolosos. O espaço é descrito pelo Dr. Eduardo Portella⁴⁸ como “uma bela chácara, cujo terreno bastante extenso e arborizado (árvores fructíferas), dista apenas 500 metros da cidade” (PORTELLA, 1913, p. 32) e chamado de “Isolamento”. Ainda hoje a área entre os bairros de Capela e Cachoeirinha é chamada de “Isolamento” pelos moradores.

O cultivo de laranja, iniciado de forma discreta nas últimas décadas do século XIX na Baixada Fluminense ganhou um pouco mais de expressividade na virada do século resultou em obras de drenagem e recuperação de regiões pantanosas para o plantio (FIGUERÊDO, 2004, p. 10-11). Entretanto, a cultura agrícola não acompanha o surto industrial da região. A mão de obra recém-libertada pela Lei Áurea se desloca para Santo Aleixo e Pau Grande, para trabalhar nas indústrias impulsionadas pelo avanço tecnológico (FUNDREM, 1984, p. 20).

⁴⁸ Dr. Eduardo Portella foi clínico e delegado de higiene no município de Magé no início do século XX.

Enquanto o Governo Federal e o Governo Estadual buscavam melhoramentos para impulsionar a produção agrícola, as fábricas do município de Magé procuravam realizar obras que atendessem às suas necessidades e a de seus operários, desenvolvendo suas regiões circundantes. Foi nesse cenário que, em 1906, Adam Blumer⁴⁹, responsável pela Companhia de Fiação de Tecidos Mageenses e pela Fábrica de Andorinhas, iniciou a construção da estrada ligando Magé a Santo Aleixo, passando pela entrada da Capela (ver Figura 16), para o transporte de algodão entre as fábricas de Andorinhas, Santo Aleixo e Magé. A estrada foi inaugurada em 1910, porém teve uma curta duração e, no final da década de 1920, já havia relatos de seu completo abandono (FIGUEIREDO, 2008, p. 68).

⁴⁹ O nome de Adam Blumer é encontrado em diferentes grafias; neste trabalho, optou-se pela forma utilizada nos documentos atuais da Prefeitura Municipal de Magé.

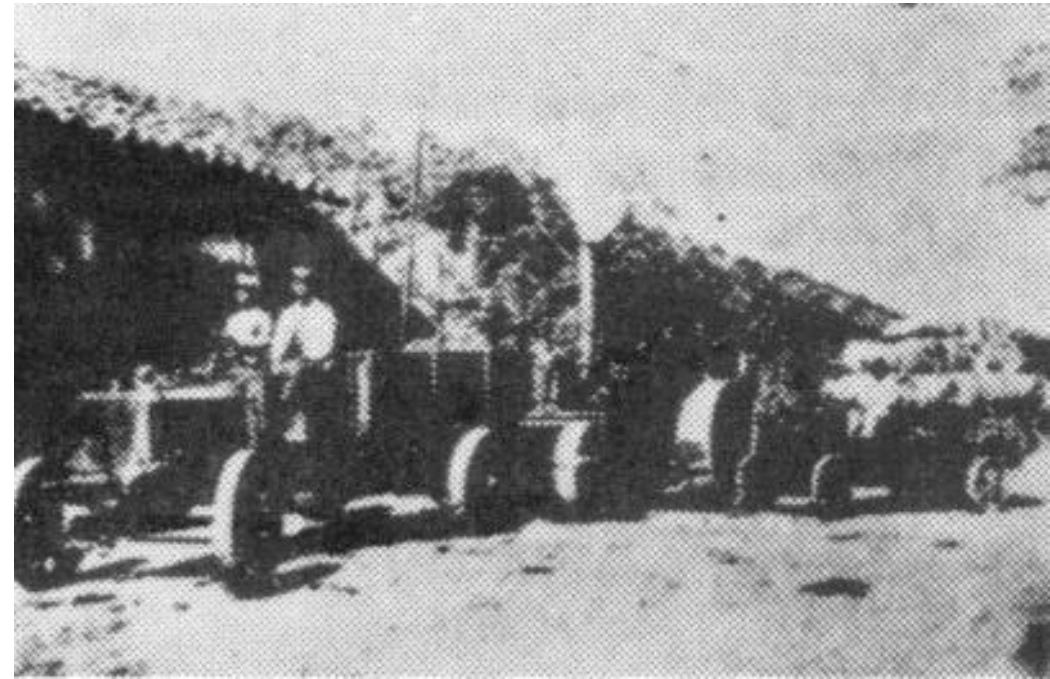


Figura 16 – Estrada entre Magé e Santo Aleixo
Fonte: *Álbum do Estado do Rio – Exposição Nacional de 1908*. Acervo: Memória de Santo Aleixo

No ano de 1915, a Companhia Mageense construiu um bonde a partir de um antigo caminhão (ver Figura 17) para operar na Estrada Adam Blumer e transportar com maior

facilidade as matérias primas, produtos e até mesmo a população entre as fábricas (FIGUEIREDO, 2008, p. 68).

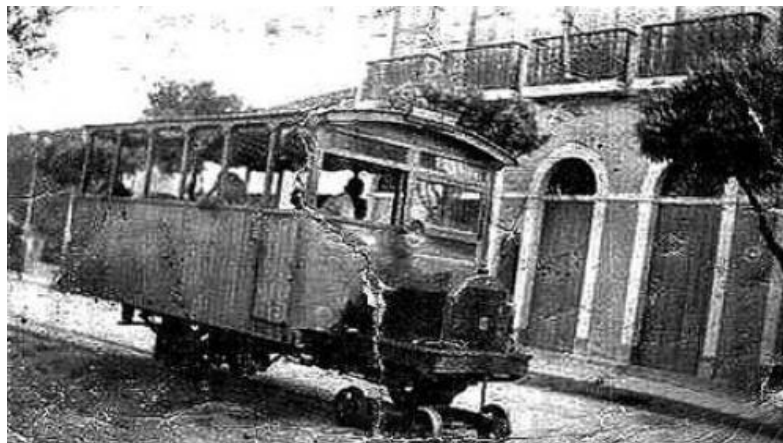


Figura 17 – Bonde que ligava Magé e Santo Aleixo

Fonte: Acervo de Edson Golinelhi, s.d. (FIGUEIREDO, 2008, p. 69)

Além Além da abertura da Estrada e construção do bonde, as fábricas foram responsáveis por uma série de melhoramentos na região para acentuar a relação de dependência dos operários, como a fundação das

⁵⁰ A Companhia Melhoramentos – Santo Aleixo / Magé foi criada pelo casal Martiano e Durvalina Pereira Soares e possuía três carros substituindo o transporte realizado pelo bonde, que deixou de funcionar em 1934.

associações recreativas, como o Guarany Futebol Clube, em 1913 – patrocinado pela Fábrica de Santo Aleixo – e o Andorinhas Futebol Clube, em 1917 – patrocinado pela Fábrica de Andorinhas (MELLO, 2009, p. 173).

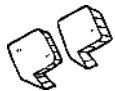
Porém, foi apenas a partir da década de 1930 que se percebeu mudanças significativas na urbanização em Santo Aleixo. Em 1931 criou-se a primeira linha de ônibus no município (ver Figura 18)⁵⁰ e, logo em seguida, a estrada passou por um processo de reconstrução, desta vez através de um acordo entre as fábricas e a prefeitura (FIGUEIREDO, 2008, p. 69).

Figura 18 – Ônibus que ligava Magé e Santo Aleixo

Fonte: Acervo de Edson Golinelhi, s.d. (FIGUEIREDO, 2008, p. 69)



As décadas de 1930 e 1940 foram marcadas pelos novos empresários que tomaram a frente dos conjuntos fabris⁵¹ (RIBEIRO, 2015, p. 52). As fábricas foram responsáveis pela expansão e aperfeiçoamento da geração hidroelétrica, fornecimento de água e esgoto, construção de escolas (ver Figura 19), igrejas, ruas, praças, médicos, creches, cinemas (ver Figura 20), as próprias vilas operárias, entre outros (RIBEIRO, 2015, p. 56).



Hermann Mattheis melhorou o lugar em cem por cento. Construiu casas, cinema, clube, postos de saúde [...]. Foi um grande administrador.⁵²

Os Bezerra de Mello eram excelentes. Construíram a vila, o cinema, ajudavam os clubes, fizeram a cidade.⁵³ (MELLO, 2011, p. 4).

⁵¹ Hermaann Mattheis comprou a Fábrica de Andorinhas e Othon Lynch Bezerra de Mello comprou a Fábrica de Santo Aleixo.

⁵² Entrevista realizada com Nelly Gualandi de Mello, concedida a Dr. Juçara da Silva Barbosa de Mello em 15 jan. 2005.

⁵³ Entrevista realizada com Nito Lima Teixeira, concedida a Dr. Juçara da Silva Barbosa de Mello em 05 jan. 2005.

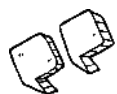
Figura 19 – Escola da Fábrica de Andorinhas
Fonte: Acervo do grupo Memória de Santo Aleixo, s.d.



Figura 20 – 1. Cine Andorinhas⁵³ e 2. Cine Recreio⁵⁴
Fonte: Acervo do grupo Memória de Santo Aleixo, s.d.



O crescimento dos conjuntos fabris nas primeiras décadas do século XX e alavancado pelo Esforço de Guerra⁵⁶, em conjunto com a queda da agricultura no município resultou em um processo de abandono na Capela de Santo Aleixo, principalmente após a construção de novas igrejas⁵⁷. Este abandono refletiu inclusive na frequência da realização da Festa de Santo Aleixo (ver Figura 21 e Figura 22), que chegou a não acontecer anualmente. O Dr. Felipe Augusto dos Santos Ribeiro colheu alguns relatos de moradores antigos da região que mostram este abandono:



Quando queriam fazer a festa, capinavam tudo em volta da Capela e até aproveitavam para batizar as

⁵⁴ Próximo a Fábrica de Andorinhas, seu prédio sofreu poucas alterações e hoje abriga a Igreja Mundial do Poder de Deus.

⁵⁵ Próximo a Fábrica de Santo Aleixo, seu prédio foi também sofreu poucas alterações e hoje abriga o centro administrativo do Segundo Distrito da Prefeitura Municipal de Magé.

⁵⁶ Período em que o governo brasileiro decretou um conjunto de leis que suspendia os direitos trabalhistas para estimular a produção durante a guerra.

⁵⁷ A Igreja de Nossa Senhora da Conceição, foi inaugurada em 1928 e a Igreja de São Sebastião, inaugurada em 1965.

⁵⁸ Entrevista realizada com Dona Dominga Almerinda da Silva, concedida ao Dr. Felipe Augusto dos Santos Ribeiro em 1999.

⁵⁸ Entrevista realizada com Dona Maria Astézia de Oliveira Pereira, concedida ao Dr. Felipe Augusto dos Santos Ribeiro, s.d.

crianças, que com a demora chegavam a ter mais de quatro ou cinco anos de idade⁵⁸.

Ceguei em Santo Aleixo em 1944 e morei muito tempo na Capela, junto com minha família. Quando chegamos, a Capela de Santo Aleixo estava cercada por um matagal. Quem olhava de baixo, via menos da metade dela. Daí meu pai resolveu capinar tudo em volta, pois a Capela estava abandonada. Naquele ano, nem teve festa, o povo foi apenas rezar no dia do Santo. No ano seguinte é que passou a ter festa todo ano⁵⁹.

Figura 21 – Festa do Interior

Fonte: *Festa do Interior*. Acervo: *O Malho*. Rio de Janeiro. 03 de ago. de 1939. p. 5



A dinâmica econômica das primeiras décadas do século se resumia em: as fábricas pagavam os operários que compravam no comércio local que se abastecia no Rio de Janeiro. Dessa forma, a riqueza produzida pelas fábricas raramente ficava no município. A preocupação do governo com esse exclusivismo industrial pautava-se não apenas na necessidade de manter este capital no município, mas também na apreensão de depender de um único setor. Para solucionar este problema, o governo buscou resgatar a atividade agrícola para abastecer o comércio local (ver Figura 23) (RIBEIRO, 2013, p. 3).

Figura 22 – Festa da Capela com topografia já alterada pelos aterros
Fonte: Acervo da autora, 2017

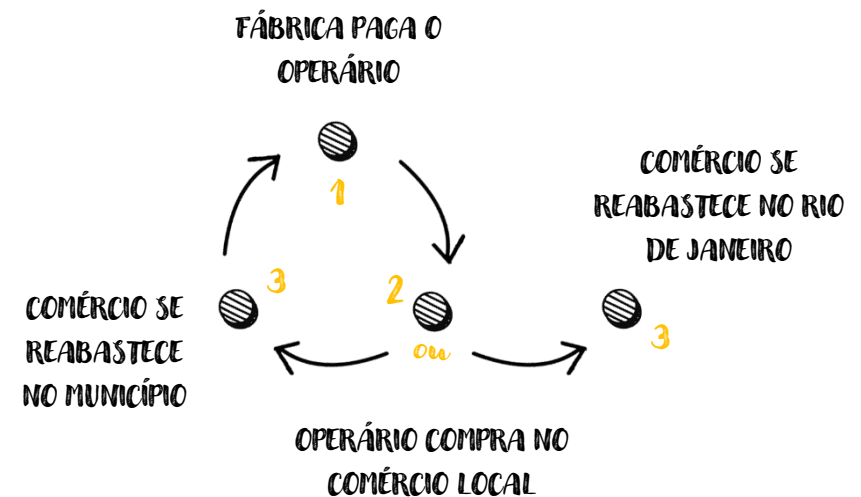


Figura 23 – Dinâmica econômica em Magé
Fonte: Elaborado pela autora, 2020

Dentre as ações executadas pelo governo municipal nesse período para resgatar essa atividade agrícola, Ribeiro (2013, p. 9) destaca que a criação da Associação Rural de Magé, em 1952 e a construção da estrada Santo Aleixo – Piabetá, em 1955 (ver Figura 24), contribuíram para o desenvolvimento da agricultura local.



Figura 24 – Estrada entre Santo Aleixo e Piabetá
Fonte: Reprodução (RIBEIRO, 2013, p. 10)

O final da década de 1970 trouxe consigo a decadência das indústrias têxteis. Em Magé, a Companhia América Fabril foi a primeira entrar com concordata⁶⁰ e finalizar suas atividades tanto em Magé, quanto em Pau Grande. (RIBEIRO, 2015, p. 265).

No pós-golpe a movimentação dos trabalhadores rurais ganhou expressividade. Uma nova onda de desapropriação

⁶⁰ Acordo realizado pelo comerciante com a maioria/totalidade de seus credores, para evitar a falência.

aconteceu nas terras mageenses, com ênfase para a desapropriação realizada nas terras da Companhia América Fabril e da Fazenda Conceição de Suruí e com elas os despejos, que nem sempre ocorriam na legalidade (TEIXEIRA, 2014, p. 12).

Já no final da década de 1970, os trabalhadores rurais conseguiam resultados em suas lutas pelo direito à terra que afastou o trabalho rural da condição camponesa e se aproximou do sistema assalariado, como ocorreu na Fazenda Santa Rosa – onde hoje se encontra a Rua Santa Rosa, na Capela. Nesse caso, o padre Antônio Teixeira Pinto, responsável pela Paróquia de Santo Aleixo⁶¹, entrou em disputa com os lavradores locais por alegar que parte das terras dessa fazenda pertenciam à Igreja, levando os trabalhadores a solicitarem o afastamento do sacerdote (RIBEIRO, 2015, p. 268).

⁶¹ A Paróquia de Santo Aleixo (hoje Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e Santo Aleixo) foi criada em 08 de dezembro de 1960 com a igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Andorinhas, funcionando como matriz.

Apesar do aumento da população rural no território adjacente à Capela de Santo Aleixo, o templo ainda apresentava sinais de abandono e negligência, fato que foi impellido pela tendência conservadora da Diocese de Petrópolis, que levou inclusive a venda dos lustres da Capela a fim de arrecadar fundos para obras realizadas na igreja de Andorinhas (MARCHON, 2017, p. 69).

Enquanto isso, os trabalhadores têxteis vivenciavam momentos difíceis. O processo de falência nas fábricas têxteis se estendeu por um longo período, impactando toda a dinâmica social dos tecelões e até mesmo a ameaça de despejo. (RIBEIRO, 2015, p. 269). A preocupação em relação à moradia, que levou a questionamentos sobre a posse da terra pela fábrica e até mesmo uma possível condição de “quase proprietário”⁶², só foi resolvida quando

⁶² Termo utilizado por Figueiredo (2008, p. 95) ao abordar o questionamento dos operários quanto ao desconto realizado nos seus pagamentos representar um investimento parcial em cima da propriedade.

a fábrica comunicou que realizaria a venda das casas para os operários (FIGUEIREDO, 2008, p. 95-96).

Muitos dos operários voltaram sua vida para as áreas rurais em busca de uma nova forma de vida. Este movimento trouxe o olhar para a região próxima à Capela de Santo Aleixo⁶³ em busca de terras menos adensadas e com possibilidade para plantio e agricultura, que retomou o povoamento e aqueceu o crescimento, agora com eixos de acesso para os principais centros do município.

O século XX se despede de Magé e, principalmente de Santo Aleixo, com o impacto da paralisação das atividades dos conjuntos fabris na vida da população e o rompimento de uma identidade social construída por um século no estilo de vida operário, deixando para trás ruínas e um lugar de memória (ver Figura 25 e Figura 26).

⁶³ Foi possível identificar uma série de intervenções realizadas no templo durante a década de 1980, na tentativa de melhorar as condições de uso e modernizar o templo.



Figura 25 – interior da Fábrica de Santo Aleixo
Fonte: Tear, 2011 [documentário]. Direção de fotografia: Ricardo



Figura 26 – exterior da Fábrica de Santo Aleixo
Fonte: Acervo de Tai Linhares, 2011.

Com a migração dos operários para a agricultura, o entorno da Capela cresceu consideravelmente. Porém, com a falta de fiscalização por parte dos órgãos governamentais e o baixo poder aquisitivo da população que migrou para este local, o desenvolvimento urbano ocorreu de forma irregular e modesta.

Desta forma acredita-se que, no final do século do século XX, o entorno da Capela de Santo Aleixo possuísse configuração conforme ilustrada na Figura 27 mostrada abaixo:



Figura 27 – Mapa conjectural da área de estudo no final do século XIX
Fonte: Elaborado pela autora, 2020

Apesar das políticas nacionais de preservação do patrimônio cultural existirem há bastante tempo, como observado no capítulo anterior, foi apenas no início da década de 1980 que tais políticas avançaram no estado do Rio de Janeiro, através do Projeto de Inventário de Bens Culturais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, realizado em 1983 pela FUNDREM em conjunto com o INEPAC. Nesse projeto, foi realizado um inventário dos bens culturais do território de Magé⁶⁴, dos quais dez igrejas foram selecionadas, dentre elas, a Capela de Santo Aleixo, porém, nenhuma medida para a conservação da área de entorno foi estabelecida pelo órgão.

2.2.4 A entrada do novo milênio

As duas primeiras décadas do século XXI não trouxeram nenhuma mudança significativa para o aspecto físico da região. O fechamento das indústrias têxteis transformou o distrito de Santo Aleixo em “dormitório”, onde as pessoas

⁶⁴ O território compreendido no período como Magé hoje abrange dois municípios: Magé e Guapimirim.

trabalham em outras partes da cidade ou até mesmo cidades vizinhas e permaneçam no local apenas para dormir. Como resultado, Santo Aleixo apresenta um setor comercial e de serviços simples e escasso.

Em 2002, é criado o distrito agrícola Rio do Ouro, a partir da Lei nº 1.532/2002 (ver Figura 28). A sobreposição do curso histórico do lugar culminou em um questionamento: a Capela de Santo Aleixo pertence ao distrito industrial (Santo Aleixo) ou ao distrito agrícola?

Figura 28 – Mapa de Magé com divisão territorial
Fonte: Elaborado pela autora, 2020



2.3 Um olhar para a Capela e sua envoltória

Neste tópico busca-se compreender o contexto urbano atual da área de entorno da Capela de Santo Aleixo. Para esse fim, se buscou primeiro ampliar o olhar, analisando as características geográficas e socioeconômicas do município. Essa análise foi possível através de consulta aos dados do IBGE, com destaque para os dados do censo de 2010⁶⁵.

Após essa análise, realizou-se pesquisas acerca das legislações estadual e municipal, com ênfase para as especificidades relacionadas ao segundo e terceiro distrito, por englobarem a área de entorno da Capela de Santo Aleixo, objeto deste estudo. Então, foi aplicado o método de análise urbana desenvolvido por Panerai (2006).

⁶⁵ Optou-se pelo censo de 2010 por ser o censo mais atual disponibilizado pelo IBGE.

⁶⁶ Foram utilizadas as informações disponibilizadas pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:

Por fim, relacionou-se os problemas existentes no espaço envoltório do templo, bem como suas potencialidades, com a finalidade de utilizar essas características como base para traçar as diretrizes voltadas para o projeto de conservação urbana que atenda as particularidades inerentes à proteção e valorização da ambiência da Capela de Santo Aleixo.

2.3.1 Censitários do município de Magé

O município de Magé localiza-se na região metropolitana do Rio de Janeiro e possui área total de 390,775km² sendo confrontante dos municípios de Duque de Caxias, Petrópolis e Guapimirim. Seu território é cruzado pela BR-116 (Rio-Teresópolis), BR-493 (Rio-Magé e Magé-Manilha) e a RJ-107 (Avenida Coronel Sisson e Serra Velha), como se vê na Figura 29⁶⁶.

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/mage/panorama>. Acesso em: 18 maio 2020.

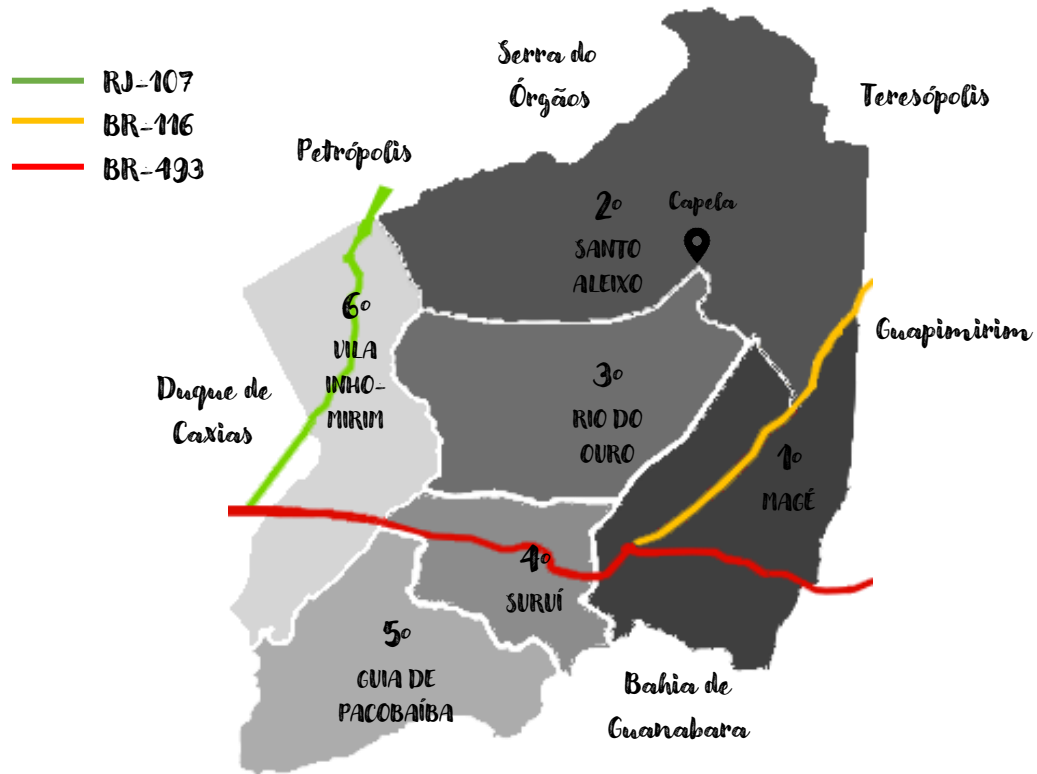


Figura 29 – Mapa de Magé com vias e confrontantes
Fonte: Elaborado pela autora com base no Google Earth, 2020

A população de Magé, no censo de 2010, era de 227.322 habitantes em 2010, sendo 11.813 moradores de Santo Aleixo (ver Figura 30)⁶⁷ com uma densidade demográfica de 585,13/km².

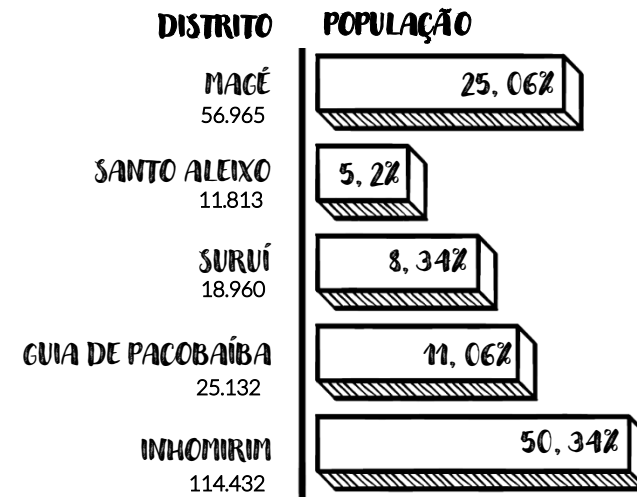


Figura 30 – População por distrito
Fonte: Elaborado pela autora com base no censo de 2010 do IBGE, 2020

⁶⁷ Os dados do IBGE não mencionam o distrito de Rio do Ouro, criado em 2002. Porém, a soma da população confere com o valor total do município.

Do total de habitantes do município (227.322 hab.), 94,68% (215.236 hab.) são residentes na zona urbana e apenas 5,32% (12.086 hab.) na zona rural. 48,62% (110.516 hab.) correspondem ao público masculino e 51,38% (116.806 hab.) ao público feminino.

O alto índice de urbanização de Magé, demonstrados pelos dados citados, justificam o processo de ocupação desordenada, especialmente no entorno da Capela de Santo Aleixo. O êxodo rural ocorrido com grande intensidade e velocidade nas últimas décadas do final do século XX até as primeiras décadas do século XIX impossibilitou um planejamento prévio e adequado dos órgãos competentes, resultando em formas subnormais de habitação. Apesar de a Capela de Santo Aleixo não ser localizada no centro do município ou nos distritos mais povoados, sua centralidade para a comunidade rural local acarretou, dentre outros, uma intensa ocupação de seu entorno imediato.

A faixa etária predominante é entre 15 e 29 anos, conforme pode ser observado na Figura 31. Em relação ao censo de 2000, houve um crescimento de 9,45% (21.492 hab.).

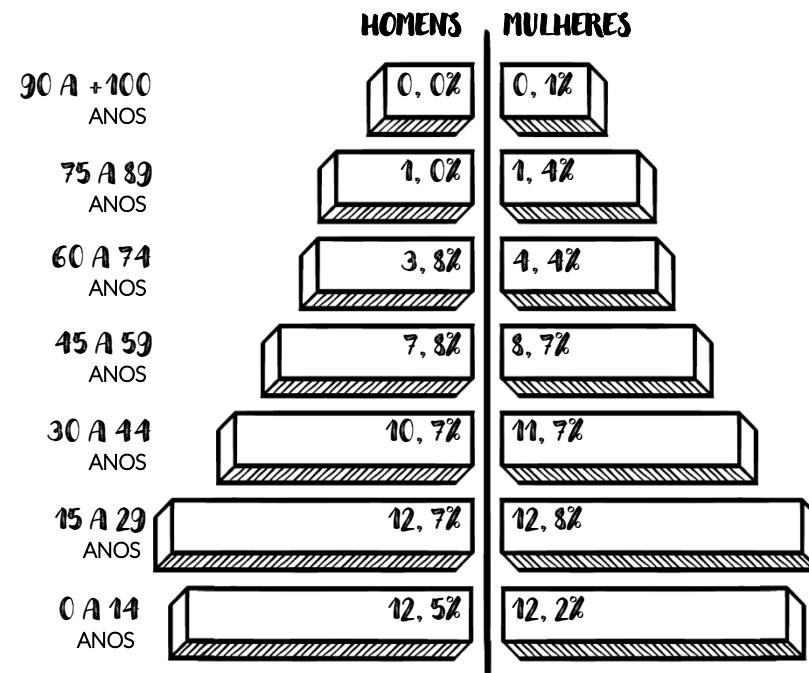


Figura 31 – População por idade

Fonte: Elaborado pela autora com base no censo de 2010 do IBGE, 2020

Em relação às etnias, observa-se que 47,7% (108.481 hab.) são pardos, 35,5% (80.737 hab.) são brancos, 15,4%

(34.918 hab.) são pretos, 1,3% (2.933 hab.) são amarelos e 0,1% (253 hab.) são indígenas (ver Figura 32).

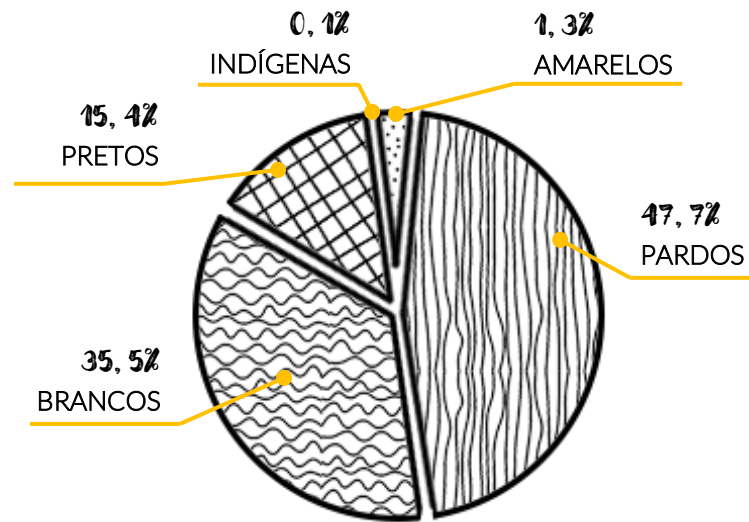


Figura 32 – População por cor ou raça

Fonte: Elaborado pela autora com base no censo de 2010 do IBGE, 2020

No censo de 2010, em todo o município foram recenseados 87.752 domicílios, dos quais 70.160 são particulares. Desse total, apenas 63,2% (55.460 domicílios) apresentam esgotamento sanitário adequado e 24,5% (21.500

domicílios) em vias públicas com urbanização adequada (que possuem bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio).

No que se refere ao entorno da Capela de Santo Aleixo, as pesquisas *in loco* desenvolvidas mostraram que as residências não possuem esgotamento sanitário adequado, e os efluentes são descartados no Rio Roncador através de canais (em sua maior parte cobertos). Em algumas unidades foram encontrados o sistema de fossa e sumidouro. Quanto à urbanização, o entorno imediato do templo possui os atributos definidos pelo IBGE como necessários para ser considerada urbanizada. No entanto, esses elementos apresentam estado de conservação precário.

Dos domicílios particulares, 96,7% (67.861 domicílios) são casas, 2% (1.422 domicílios) são casas em vilas ou condomínios e 1,2% (877 domicílios) são apartamentos. A maioria dos domicílios particulares possui de um a cinco moradores, como pode ser observado na Figura 33. Especialmente, na região estudada, observou-se que a

maior parte dos domicílios são casas que abrigam uma média de 1 a 5 moradores.

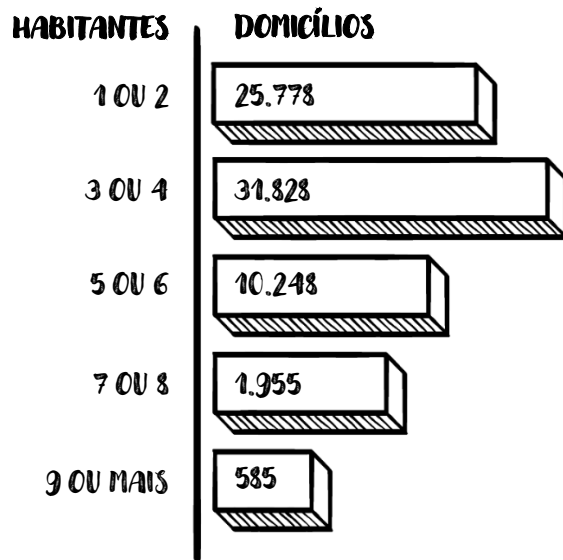


Figura 33 – População por domicílio

Fonte: Elaborado pela autora com base no censo de 2010 do IBGE, 2020

Embora o IBGE não tenha disponibilizado essa análise dividida entre os distritos para que fosse possível relacionar esses dados com a área de entorno da Capela de Santo Aleixo, visitas ao local tornaram possível observar que, na área em questão, a maioria das edificações (em

grande parte, com uso residencial) não possui esgotamento sanitário adequado, sendo este despejado in natura no rio que corta o distrito. Em relação à urbanização, a maior parte da região possui infraestrutura urbana (instalações de esgoto, água, passeios, pavimentação e meio-fio).

Nos domicílios particulares, 40,25% (28.239 domicílios) possuem abastecimento de água pela rede geral, 45,94% (32.245 domicílios) possuem abastecimento através de poço ou nascente na propriedade, 0,07% se abastecem através do armazenamento de águas pluviais em cisternas e 14,05% (9.860 domicílios) possuem outras formas de abastecimento não identificadas pelo IBGE. Em Santo Aleixo, apesar do abastecimento de água ser realizado através da CEDAE – Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro, este é realizado de forma clandestina, não sendo prestada nenhuma assistência pela empresa aos moradores locais, como também não é cobrada nenhuma taxa pelo serviço ou consumo. Nos demais distritos, apesar de ser realizada a cobrança, há

situações em que os moradores ficam meses sem receber o abastecimento. A coleta de lixo é realizada em 96,17% (67.471 domicílios) pela Prefeitura Municipal de Magé e o resíduo é depositado em um aterro sanitário em Bongaba, no distrito de Inhomirim. Na área estudada, o abastecimento de água é realizado clandestinamente a partir do sistema da CEDAE e pouquíssimas unidades possuem poço artesiano.

No que se refere a trabalho e renda, o levantamento realizado em 2017, indicou que 11,8% (28.108 pessoas) da população possuía ocupação com salário médio mensal desses trabalhadores equivalente a 1,7 salários mínimos. A distribuição de renda sobre os domicílios particulares em 2010 acontecia conforme na Figura 34.

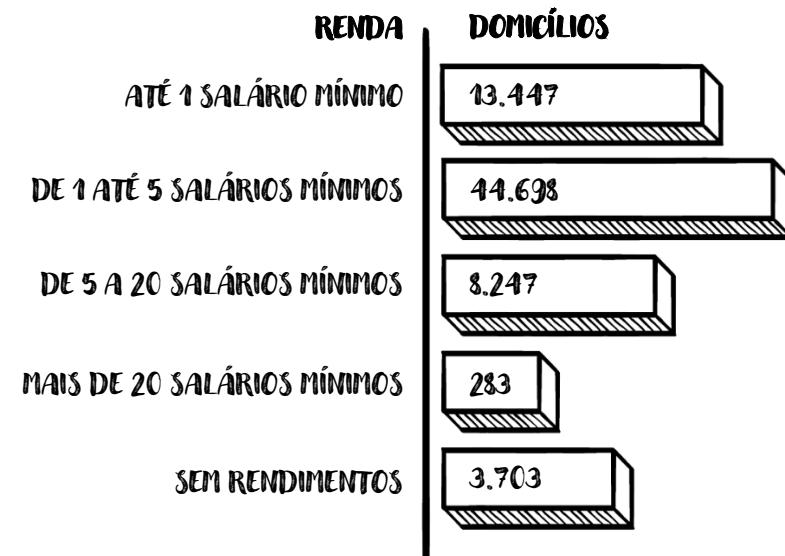


Figura 34 – Renda por domicílio

Fonte: Elaborado pela autora com base no censo de 2010 do IBGE, 2020

Através dessa análise, constatou-se que o município de Magé não possui um território extenso, porém concentra uma população relativamente numerosa. Entretanto, a maior parte dessa população fica concentrada no primeiro e sexto distritos (Magé e Inhomirim, respectivamente) e o distrito de Santo Aleixo, embora seja o maior distrito do município, não apresenta um número alto de habitantes, resultando em uma densidade populacional baixa.

No que diz respeito a essa população observou-se que, a predominância étnica é de pardos e brancos, na faixa etária de 15 a 59 anos, residentes em domicílios que abrigam de três a seis ocupantes com uma renda predominante de um a cinco salários-mínimos por domicílio. Porém, o município também apresenta um alto índice de domicílios que recebem até um salário-mínimo, levando ao entendimento de que a maior parte da população possui um baixo poder aquisitivo.

Acerca do saneamento e abastecimento, percebeu-se que o abastecimento de água em todo o município é precário, o que leva a população a procurar formas alternativas de abastecimento, como o sistema de poço artesiano. O sistema de esgoto sanitário também é escasso e, em muitos lugares o deságue é realizado diretamente nas bacias dos rios, como é o caso da área de entorno da Capela de Santo Aleixo.

2.3.2 Análise normativa

Neste tópico busca-se realizar uma análise acerca das legislações que atuam sobre o entorno da Capela de Santo Aleixo. Para isso, foram estudados os instrumentos legais que atuam sobre a área. Por se tratar de um patrimônio protegido em esfera estadual, foram analisadas as legislações estaduais sobre o tema e o processo de tombamento do patrimônio edificado em questão; e na esfera municipal, foram analisadas as demais legislações vigentes no município, com ênfase para as especificidades relacionadas ao segundo e terceiro distrito, por englobarem a área de entorno da Capela de Santo Aleixo, objeto deste estudo.

Esfera estadual

Através do Decreto-Lei nº 2 de 11 de abril de 1969, foram definidos os bens, públicos ou particulares, considerados patrimônio histórico, artístico e paisagístico do Estado. O instrumento regulamentou as ações para salvaguarda

desses exemplares e instituiu o Conselho Estadual de Tombamento (CET).

Com base no referido Decreto-Lei, um processo de tombamento em esfera estadual foi aberto pelo INEPAC, em 02 de maio de 1984, solicitando o tombamento de várias igrejas e capelas do município de Magé, dentre elas, a Capela de Santo Aleixo. Ele se inicia com o ofício nº 149 de Alúísio Gama, secretário do Desenvolvimento da Região Metropolitana, que apresenta o inventário feito pela FUNDREM e destaca tombamentos executados em Petrópolis e em Itaboraí de esfera estadual e federal.

A apresentação do inventário começa com um poema de Carlos Drummond de Andrade, que introduz um histórico das construções e os costumes na região, voltando ao ano de 1650. Demonstra a sua admiração pelas construções, assim como a preocupação com os efeitos do tempo e da ação do homem “que dilapidam essas construções” ao dizer

que: “sua graça reside, exatamente, na implantação inteligente e apropriada, na simplicidade de formas e no fato de ter uma constância no que se refere tanto ao programa, quanto ao apuro das proporções”.⁶⁸

Gama ainda destaca a importância desse conjunto para a população local e sua imponência em relação à paisagem em que está inserido. Finaliza, destacando a relevância da preservação dessas igrejas, tanto para o município, como para o estado do Rio de Janeiro por proporcionarem uma compreensão ampla do processo de desenvolvimento socioeconômico do estado do Rio de Janeiro e por serem “guardiãs solitárias do fundo da Baía, e dos caminhos solitários que nos levam para Minas”⁶⁷. Em seguida, o processo apresenta fichas de inventário individuais de cada monumento.

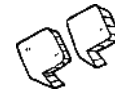
A ficha da Capela de Santo Aleixo (ver Anexo 5) destaca seu estado de conservação regular, com grau de caracterização

⁶⁸ Trecho do ofício nº 149 do Processo nº E-18/300.049 de 2 de maio de 1984. Acervo: INEPAC/RJ.

modificado e descreve algumas intervenções que aconteciam no momento do levantamento. É feita também uma breve descrição do entorno, na qual se destaca a presença de uma escola ao lado da Capela (onde hoje é o Salão Paroquial) e de um coreto em sua frente. Traz ainda uma descrição de suas proporções e menciona a citação feita por Monsenhor Pizarro em seu livro “Memórias Históricas do Rio de Janeiro”.

Apresenta um esquema de implantação, uma foto da fachada frontal, uma da fachada lateral, um croqui da planta baixa do térreo, do segundo pavimento e um croqui da fachada frontal.

O processo é encaminhado pelo ofício nº 54 assinado por Italo Campofiorito, diretor do INEPAC, ao secretário Aluisio Gama e posteriormente, para o Diretor Geral do Departamento de Cultura, Leonel Kaz, destacando que:



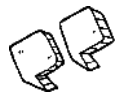
[...] são pequenos e singelos monumentos que medraram a margem dos velhos caminhos de Minas e cuja imagem, esquecida pela população metropolitana, ganhou uma beleza delicada e triste, talvez conferida pela convivência com a paisagem destratada e com as populações pobres mas fiéis, a quem os templos dão referência e identidade cultural. Quase sempre implantadas em montes e elevações que lhes acentuam a dignidade e solidão; [...]. Todas são tocantes testemunhos de tempos mais orgulhosos e em todos os casos há que louvar um amor pela paisagem que produzia infalivelmente uma implantação admirável, em seu canto menor, tão brasileiro, tão popular e tão sábio!⁶⁹

Campofiorito prossegue e diz que “um sentimento de alegria tomará certamente as comunidades interessadas, caso sejam reconhecidos os valores que para elas são tão óbvios” e pede que as dez igrejas listadas – em que a Capela de Santo Aleixo aparece no item sete – sejam tombadas nos

⁶⁹ Trecho do ofício nº 54 do Processo nº E-18/300.049 de 2 de maio de 1984. Acervo: INEPAC/RJ.

termos do inciso I do Art. 5º do Decreto nº 5.808 de 13 de julho de 1982⁷⁰. Leonel Kaz então solicita o encaminhamento do material ao governador para dar seguimento ao tombamento provisório no INEPAC.

O processo segue parado até 1988, quando Jorge Czajkowski, diretor do INEPAC, reforça Aloisio Gama ao dizer que estas igrejas:



[...] são silhuetas delicadas que surpreendem na simplicidade de suas formas emolduradas pela paisagem da baía e das montanhas, fragmentos de um outro tempo, exemplos da arquitetura religiosa que pontua a ocupação em nosso estado. Hoje, são símbolos da identidade de uma população simples e pobre, mas devota e cheia de fé que habita o entorno desses monumentos e que se interessa pelo seu destino e preservação⁷¹.

⁷⁰ Em seu artigo 5º, o decreto descreve o passo a passo que deve ser seguido para um processo de tombamento.

⁷¹ Trecho da folha 33 do Processo nº E-18/300.049 de 2 de maio de 1984. Acervo: INEPAC/RJ.

⁷² O sítio online do INEPAC informa o “Tombamento Provisório” instaurado no dia 18/01/1989 e deixa o campo “Tombamento

Ressalta sobre a demora no processo – que já corre há cinco anos – e reforça o pedido de proteção dessas igrejas, destacando novamente o decreto nº 5.808 mencionado por Italo Campofiorito.

Em 1989, o tombamento provisório é decretado e os proprietários notificados e em 1991 é aprovado o tombamento definitivo (ver anexo Anexo 4)⁷² onde, ao abordar a área de ambiência dos objetos, defere ao INEPAC a fixação de áreas de ambiência para os bens tombados. O que não ocorreu até hoje.

Esfera municipal

esfera municipal, a Capela de Santo Aleixo não possui qualquer proteção. O ofício nº 39/2014 (ver Anexo 2),

Definitivo” em branco. Entretanto, ao analisar o processo de tombamento na íntegra, observou-se que em Sessão Plenária realizada no dia 12/11/1991 o colegiado aprovou, por unanimidade, o tombamento definitivo dos bens, entre eles, a Capela de Santo Aleixo.

enviado à Superintendência do IPHAN do Rio de Janeiro, pelo Conselho Municipal de Política Cultural de Magé, informa que a Capela de Santo Aleixo, em conjunto com mais nove bens culturais, foi tombada em nível municipal. Entretanto, apesar da referida indicação feita pelo Conselho, a Prefeitura não concretizou esses tombamentos em nenhum instrumento legal⁷³.

Das legislações urbanísticas municipais que incidem sobre o templo e sua adjacência, destaca-se a Lei nº 1.021, de 1991, que Institui o Código de Zoneamento do Município de Magé e a Lei nº 1.026, também de 1991, que Institui o Código de Parcelamento do Município de Magé⁷⁴.

⁷³ A única publicação encontrada acerca deste tombamento foi a Ata da X Sessão Ordinária do Conselho Municipal de Política Cultural de Magé publicada no Boletim Informativo Oficial da Prefeitura Municipal de Magé nº 470 (ver Anexo 2), onde são aprovadas as deliberações acerca do tombamento de dez bens culturais no município, dentre estes, a Capela de Santo Aleixo. Apesar das deliberações terem sido aprovadas pelo Conselho, o tombamento não foi concretizado.

De acordo com o Código de Parcelamento do Município de Magé e o Código de Zoneamento do Município de Magé, a Capela de Santo Aleixo está localizada na Área Comprometida com a Ocupação Urbana, dentro da Zona Residencial, onde são adequados: o uso industrial, com taxa de ocupação máxima em 50%, recuo frontal de 5 metros e gabarito máximo de 4 pavimentos; o uso misto, comercial e de serviços: com taxa de ocupação máxima em 70%, sem obrigatoriedade de recuo frontal e gabarito máximo de 15 pavimentos; e o uso residencial: com taxa de ocupação máxima em 70%, recuo frontal de 3 metros e gabarito máximo de 15 pavimentos, conforme pode ser observado na Figura 35 abaixo (MAGÉ, 1991, p. 11-12)⁷⁵:

⁷⁴ Em função do novo Plano Diretor do município, publicado em 2016, o Código Municipal de Zoneamento e o Código Municipal de Parcelamento do Solo foram revisados em fevereiro de 2020 pela Câmara Permanente de Gestão e aguardam os trâmites legais para aprovação pela Câmara Municipal.

⁷⁵ Os instrumentos legais do Município de Magé não atribuem valores para permeabilidade do solo, altura de implantação das construções, afastamentos de fundos e afastamentos.

PARÂMETROS PARA A ZONA RESIDENCIAL – PREFEITURA DE MAGÉ			
USOS	TAXA DE OCUPAÇÃO MÁX.	RECUO FRONTAL	GABARITO MÁX.
INDUSTRIAL	50%	5 METROS	4 PAVIMENTOS
MISTO, COMERCIAL E SERVIÇOS	70%	---	15 PAVIMENTOS
RESIDENCIAL	70%	3 METROS	15 PAVIMENTOS

Figura 35 – Parâmetros para a Zona Residencial do município de Magé

Fonte: Elaborado pela autora com base no Código de Zoneamento do Município de Magé, 2020

Os parâmetros edilícios adotados pela legislação municipal não atendem as demandas relacionadas à valorização da ambiência do bem tombado. O gabarito máximo, por exemplo, segundo a legislação em vigor, pode alcançar quinze pavimentos, o que, caso fosse realizado pela totalidade das edificações nele localizadas, prejudicaria em muito a fruição da Capela.

Essa análise elucidou a deficiência de parâmetros que auxiliem a proteção do patrimônio cultural e sua área adjacente. A falta de definições acerca de um entorno pela esfera estadual, responsável pela salvaguarda do patrimônio em conjunto com os parâmetros incompletos da Prefeitura Municipal de Magé e a falta de fiscalização do órgão proporcionam um cenário catalizador para a descaracterização e conseqüente desvalorização do entorno do monumento.

2.3.3 Análise da Morfologia Urbana

Neste tópico buscou-se realizar uma análise do processo de ocupação urbana da área de entorno da Capela de Santo Aleixo, com o propósito de compreender suas principais transformações e processos sociais responsáveis por esses fenômenos (DEL RIO, 1990, p. 71). Para isso, foram aplicados os métodos de análise urbana, desenvolvidos por Del Rio (1990) e Panerai (2006). Tais análises urbanas englobam: o crescimento urbano, que permitiu construir uma imagem de conjunto do ambiente; o traçado de vias e

do parcelamento fundiário, em que foi possível compreender os elementos ordenadores do espaço, sua estrutura fundiária, a forma de ocupação adotada e também um estudo visual, a fim de destacar os principais elementos da paisagem urbana local. Além disso, se realizou uma investigação visual sequencial, em que os percursos adotados foram obtidos a partir de uma sucessão de deslocamentos, o que viabilizou a identificação dos principais elementos formadores da paisagem urbana.

Para a aplicação das análises propostas, optou-se por utilizar duas escalas diferentes, ampliando o recorte de estudo, como pode ser observado na Figura 36. Para realizar a análise do crescimento urbano, foi adotada uma escala menor, na tentativa de abranger os agentes e vetores responsáveis pelo processo de ocupação da região. Para a análise do tecido urbano foi adotada uma escala maior, focada no entorno imediato da Capela de Santo Aleixo com a pretensão de conseguir uma leitura mais detalhada do espaço. A falta de uma planta cadastral para

realizar as referidas análises levou ao desenvolvimento de um mapa com base na topografia publicada no “Inventário dos bens culturais do município de Magé, Rio de Janeiro” (ver Anexo 3) (FUNDREM, 1984, p. 191) e em imagens de satélite obtidas no Google Earth, que permitiram um levantamento das vias e construções existentes. Embora este processo não possua uma precisão elevada, ele permitiu uma boa compreensão dos aspectos analisados. Já para a análise do tecido urbano, o recorte adotado também passou por um processo de levantamento in loco.

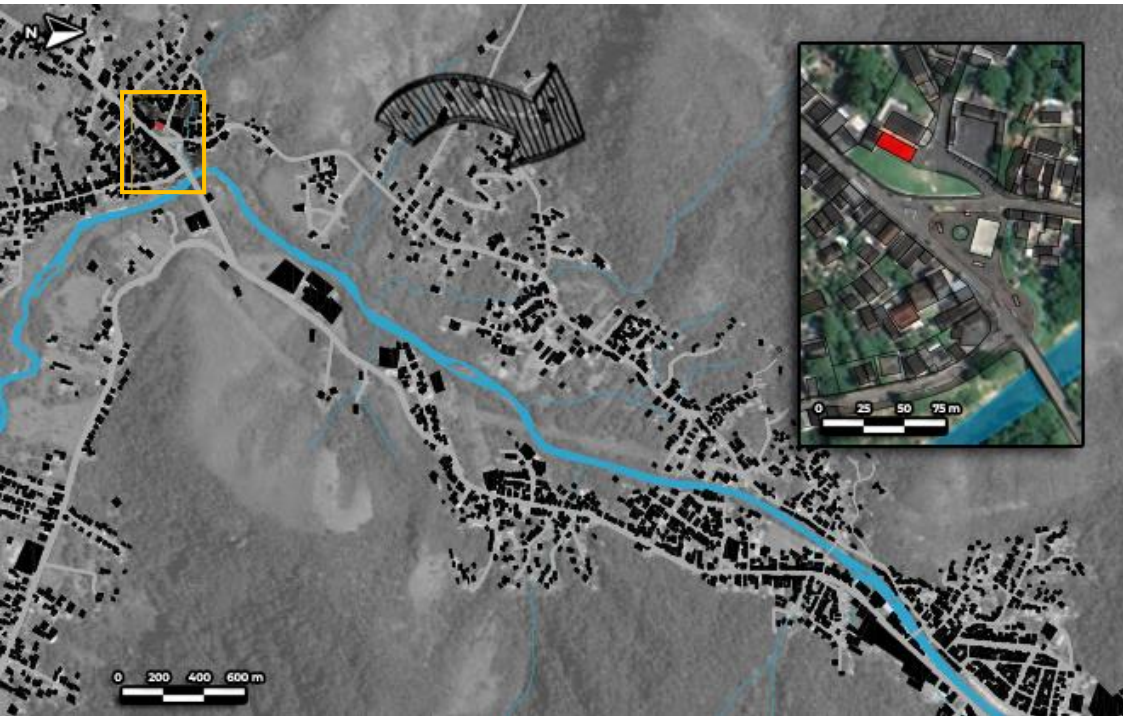


Figura 36 – Mapa do local a ser estudado em duas escalas diferentes

Fonte: Autora, 2020

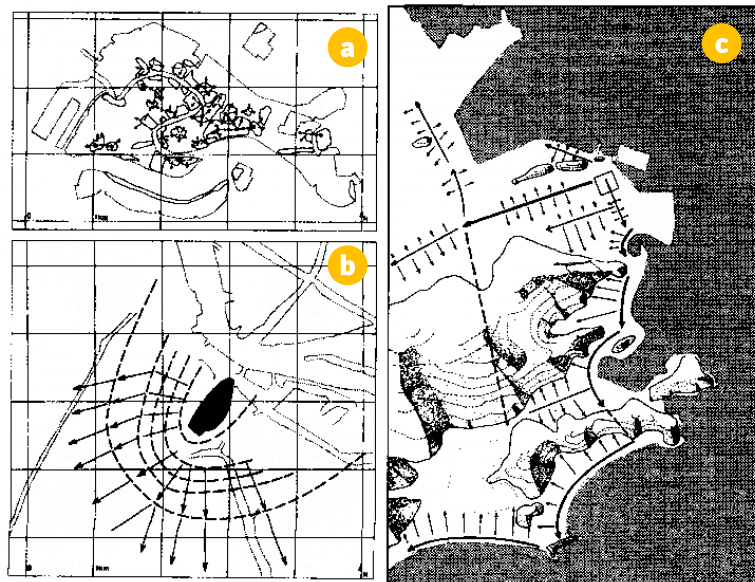
2.3.3.1 Análise do crescimento urbano

Panerai (2006, p. 60) diz que: “o crescimento das cidades parece ser regulado pela relação entre dois tipos de elementos: aqueles que organizam a expansão (linhas e

pólos) e aqueles que as contêm (barreiras e limites)”. Para mapear tal crescimento, o autor propõe um método de análise baseado no modo de crescimento, nos elementos reguladores e no adensamento (PANERAI, 2006, p. 60).

Modo de crescimento

Para melhor assimilar o crescimento do ambiente, Panerai (2006, p. 60) o divide em duas categorias que facilitam sua identificação (ver Figura 37). A primeira é o “crescimento descontínuo” (a), que se mostra como uma ocupação ampla, apresentando rupturas entre as porções ao longo das etapas. Já a segunda, o “crescimento contínuo” (b), a cada etapa do processo prolonga sua extensão ao longo de porções já existentes. O autor destaca nesta categoria a presença de cidades que seguem a lógica do caminho e possuem sua ocupação estiradas ao longo de estradas, vales, rios, entre outros, criando desenvolvimentos lineares (c) que apresentam pequenos centros de atividades (PANERAI, 2006, p. 55-59).



- a** Crescimento descontínuo: Veneza.
- b** Crescimento contínuo (radiocêntrico): Amsterdã (desenhos de H. Fernandez)
- c** Crescimento linear: Rio de Janeiro

Figura 37 – Modos de crescimento

Fonte: Reprodução (PANERAI, 2006, p. 56-57)

Elementos reguladores

Panerai (2006, p. 59) determina que, para compreender o crescimento ordenado é necessário compreender os

elementos físicos que o regulam. O autor entende a existência de dois tipos de elementos. O primeiro tipo são as linhas e os polos, que organizam a expansão. Já o segundo tipo são aqueles que contêm esses elementos, compreendidos com barreiras e limites (PANERAI, 2006, p. 59-60).

As “linhas de crescimento” acontecem quando o processo de ocupação se dá através um vetor e costumam atuar como elo entre os polos. Estas podem ser de caráter natural – como no caso de crescimento ao longo de um rio, córrego, vale etc. – ou artificial – como no caso de crescimento ao longo de uma via, ferrovia etc. – e são influenciados pelo cenário político-econômico da região. Ao falar dos “polos de crescimento”, o autor os descreve como o início e a referência desse crescimento – podendo ter surgido de marcos de divisão de poder, locais de passagem obrigatória etc. Ao longo da trajetória urbana, outros polos podem se estruturar ao redor do polo de origem. Esse fenômeno pode acarretar um crescimento

multidirecional, em que as linhas de crescimento principais se afastam ou se subdividem, resultando em zonas de menor densidade ocupacional (PANERAI, 2006, p. 61-66).

Paneraí (2006, p. 66) descreve os “limites de crescimento” como um obstáculo natural ou artificial imposto ao crescimento linear que, em dado momento, pode ser superado e até mesmo vir a se tornar um novo polo. Já as “barreiras de crescimento” são caracterizadas como uma barreira geográfica ou até mesmo sancionada que impede a continuidade do crescimento e acarreta diversos crescimentos lineares (PANERAI, 2006, p. 66-71).

Adensamento

Ao analisar o crescimento a partir da ocupação urbana, Paneraí (2006, p. 75) observa que esse adensamento pode ocorrer com ou sem a expansão territorial.

Para o autor, no primeiro caso, o adensamento ocorre pelo preenchimento do solo no interior das barreiras, causando uma “saturação dos espaços” e podendo até mesmo levar a

substituição das unidades existentes. Esses casos são favorecidos pelas barreiras, que só serão transportas quando houver a saturação do tecido urbano, culminando em uma nítida divisão entre o centro e a periferia. Já no “adensamento com expansão territorial”, a ausência de barreiras para delimitar o crescimento urbano resulta em uma expansão horizontal de baixa densidade e sem estrutura (PANERAI, 2006, p. 75-76).

Ao analisar a área de entorno da Capela de Santo Aleixo, foi possível observar que seu crescimento urbano se deu de forma descontínua, iniciado no século XVIII, a partir do engenho da Fazenda de Santo Aleixo e seus colonos. Esse crescimento foi então interrompido no século XIX pela queda da agricultura na região e a chegada da indústria têxtil (Fábrica Nacional de Santo Aleixo, em 1848), acarretando o surgimento de um novo polo com seu núcleo bem estruturado. A formação geográfica da região favoreceu o desenvolvimento em um crescimento linear, acompanhando o traçado do Rio Roncador, que atuou

como uma linha de crescimento onde foram desenvolvidos diversos centros de atividades. A cadeia de montanhas que forma o vale atuou como uma barreira para esse crescimento, resultando em um adensamento da malha urbana sem expansão territorial e na ocupação das encostas, como pode ser observado na Figura 37.

2.3.3.2 Análise do tecido urbano

De acordo com Panerai (2006, p. 77), o tecido urbano é formado pela sobreposição de três conjuntos: a rede de vias, os parcelamentos fundiários e as edificações. Para analisar o tecido urbano, é necessário identificar e estudar todas as esferas (PANERAI, 2006, p. 78).

Redes de vias

Panerai (2006, p. 79) destaca que o traçado das vias permite uma compreensão acerca das relações entre a história, ocupação, o sítio geográfico. Para o autor, essa análise deve partir da identificação dos traçados, sua hierarquia e dos territórios servidos direta e indiretamente

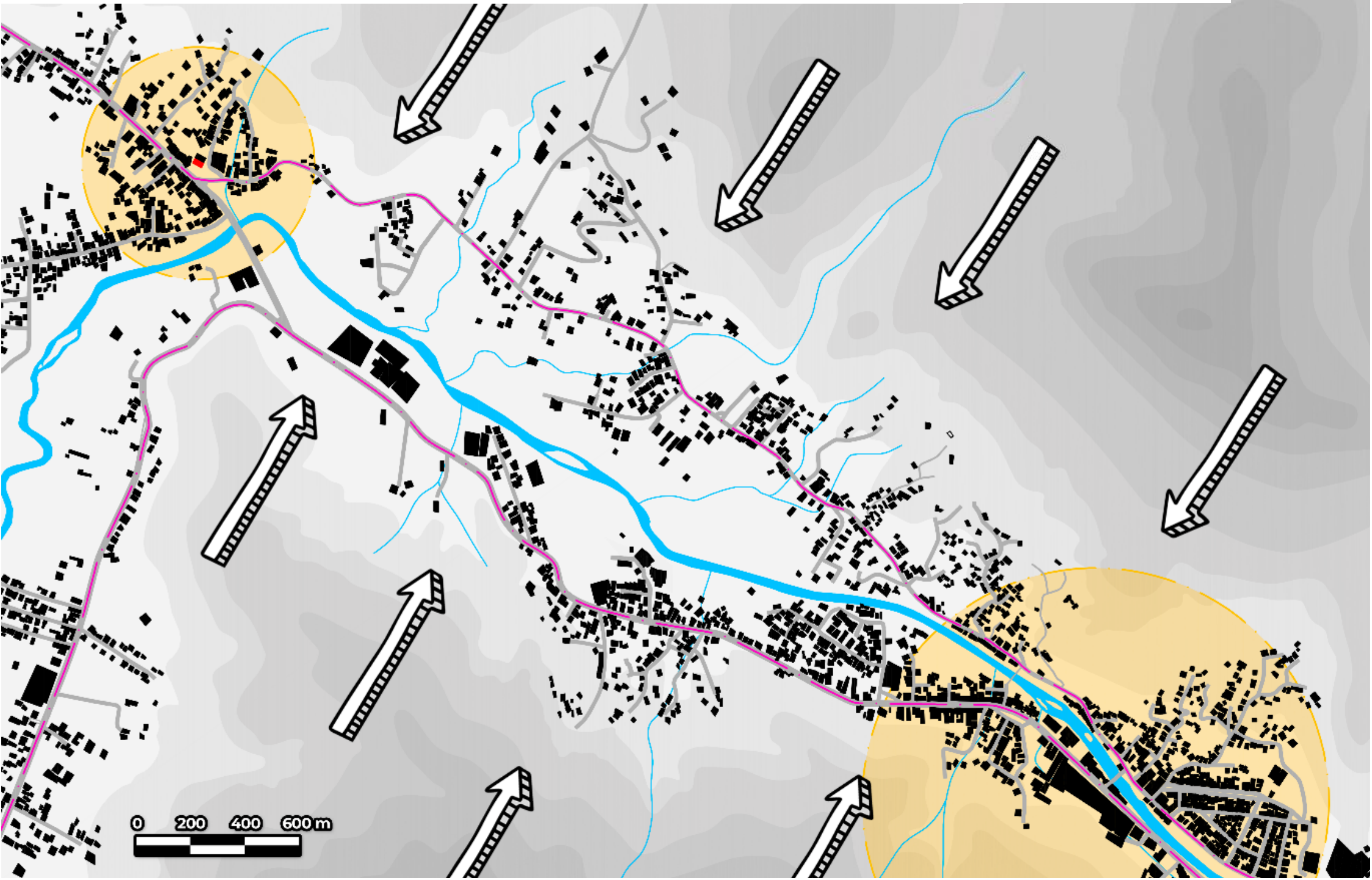
pela via como também a largura dessas vias, os materiais empregados, a vegetação e os mobiliários urbanos (PANERAI, 2006, p. 86).

Parcelamentos fundiários

Ao abordar o parcelamento fundiário no tecido urbano, Panerai (2006, p. 86) relaciona a distribuição dessas parcelas de solo ao desenho formado pela rede de vias e destaca que as possíveis anomalias encontradas nesse desenho podem ser indicativas de situações particulares, como restos de parcelamentos antigos, etc. Segundo o autor, “a parcela não é um terreno a ser ocupado de qualquer maneira, mas uma unidade de solo urbano organizada a partir da rua” (PANERAI, 2006, p. 87). Essa organização permite entender a fisionomia e os limites do espaço urbano analisado, como pode ser observado na Figura 38.

Figura 38 – Análise do crescimento urbano de Santo Aleixo

Fonte: Elaborado pela autora, 2020



Edificações

No que se refere às edificações, Panerai (2006, p. 89) destaca que a relação do elemento construído com a parcela de solo torna possível uma melhor compreensão da fisionomia da cidade. Para isto, o autor evidencia a análise planimétrica, que possibilita identificar o alinhamento das construções, seus muros, afastamentos e a delimitação entre o espaço público e o privado (PANERAI, 2006, p. 90).

Ao analisar a área de entorno da Capela de Santo Aleixo, foi possível identificar a conexão entre os principais eixos de deslocamento do distrito – a estrada Santo Aleixo/Magé e a estrada Santo Aleixo/Piabetá, criando um ponto de interseção entre as vias primárias no bairro (ver Figura 39), que proporciona a população local um fácil acesso aos principais polos do município (com apenas um transporte coletivo).

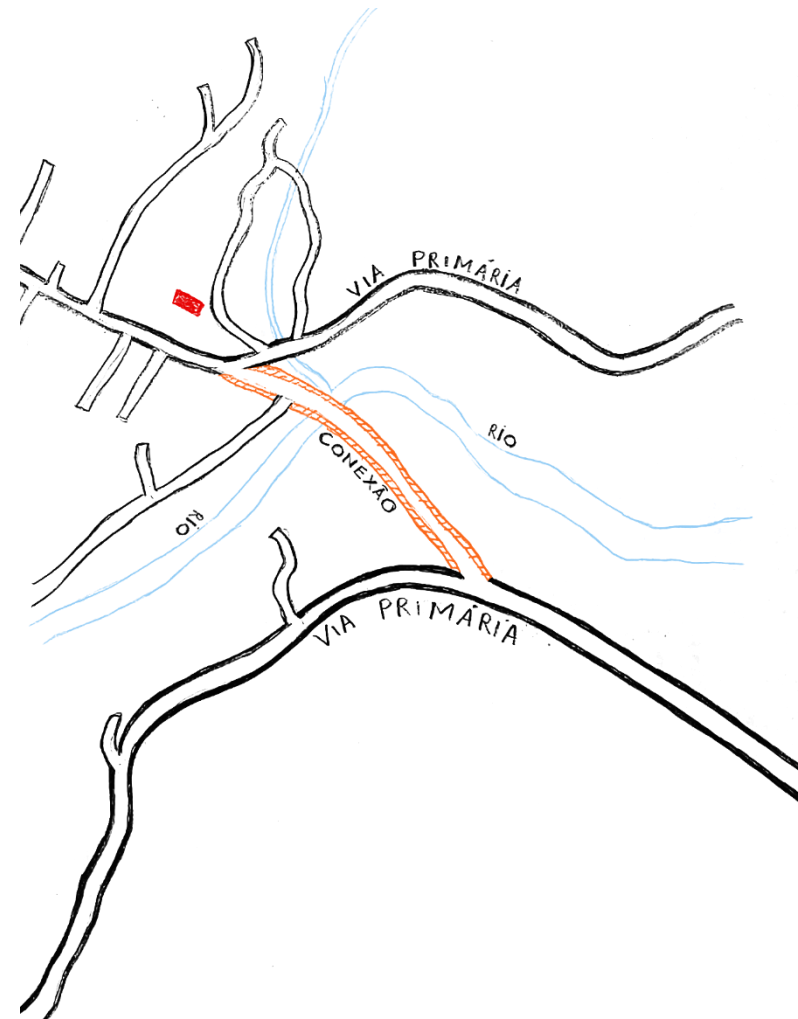
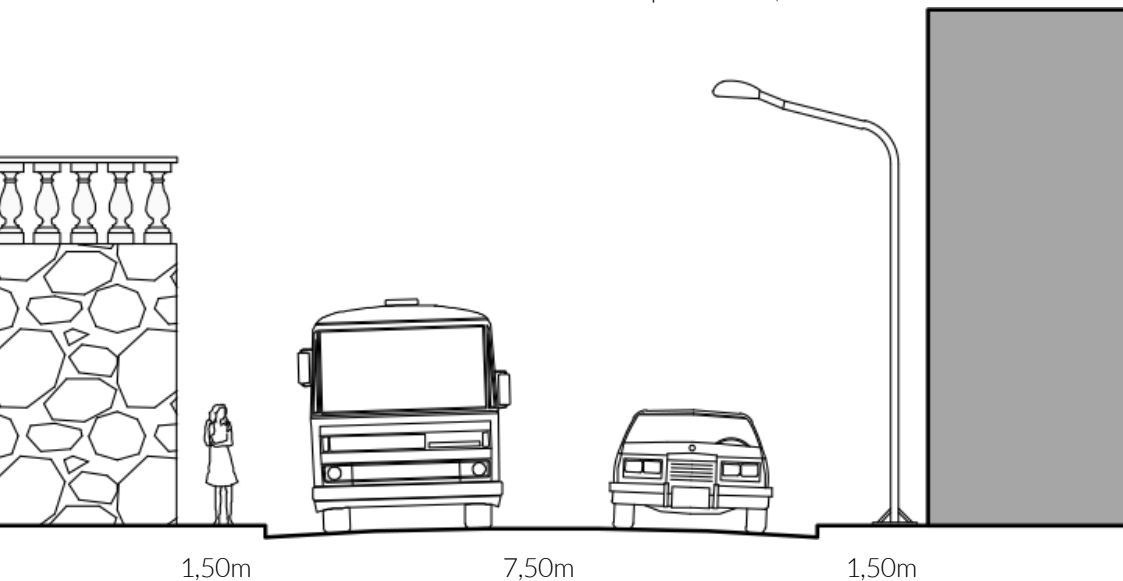


Figura 39 – Conexão entre vias primárias
Fonte: Elaborado pela autora, 2020

A via primária possui caixa de rolamento extensa, que possibilita o tráfego de dois veículos de grande porte simultaneamente. A pavimentação é feita em asfalto aplicado sobre paralelepípedo, favorecendo a perda de adesão do revestimento asfáltico, o que resulta no surgimento de ondulações, trincas, descolamentos e lacunas ao longo das vias. Em poucos trechos são oferecidos passeios para os pedestres e, nos trechos onde existe, a presença de bueiros, degraus e outros elementos atrapalham a fluidez e reduzem consideravelmente a mobilidade (ver Figura 40⁷⁶ e Figura 41).

Figura 40 – Croqui conjectural da caixa das vias primárias

Fonte: Elaborado pela autora, 2020



Calçada na Praça da Capela



Calçada no comércio em frente à Praça (1)



Calçada no comércio em frente à Praça (2)



Calçada em frente a Praça

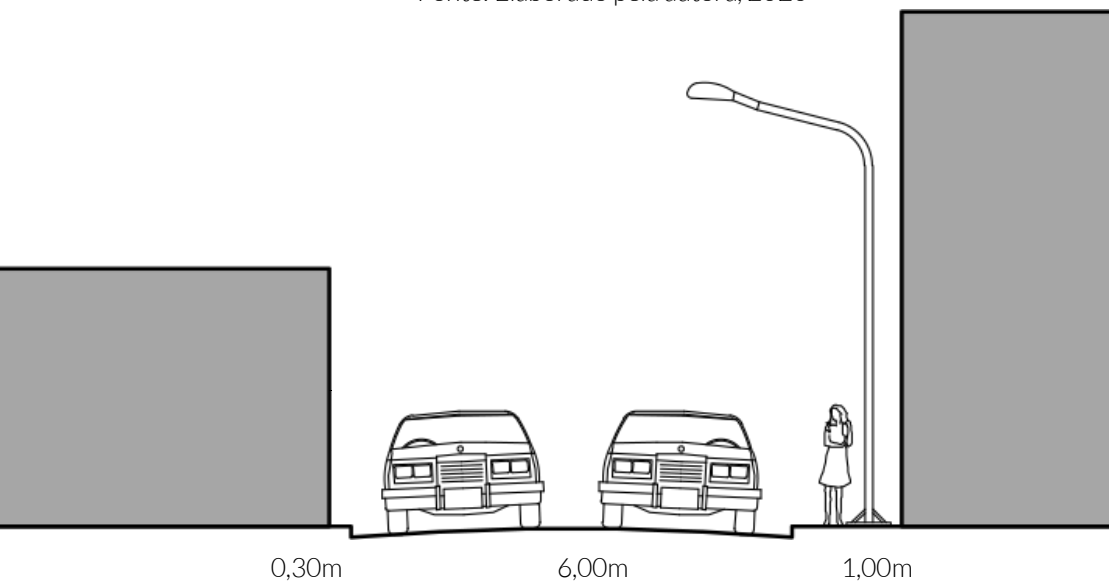
Figura 41 – Passeios de pedestres da via primária Estrada Santo Aleixo/Piabetá

Fonte: Acervo da autora, 2020

⁷⁶ Trata-se de um perfil esquemático da situação mais recorrente ao longo da via. Entretanto, em diversos pontos este perfil oscila apresentando melhorias ou piores, principalmente no que se refere ao passeio de pedestres.

Já as vias secundárias, criadas para atender as ocupações irregulares que ocorreram na região, possuem caixa de rolamento mais estreita – em alguns trechos não é possível transitar dois veículos ao mesmo tempo. Nesses casos, a pavimentação em asfalto foi aplicada sobre a própria terra, o que favorece o surgimento de ondulações e buracos ao longo das vias. Os passeios para pedestres, já escassos nas vias primárias, se tornam quase inexistentes nas vias secundárias (ver Figura 42⁷⁷ e Figura 43).

Figura 42 – Croqui conjectural da caixa das vias secundárias
Fonte: Elaborado pela autora, 2020



Calçada sentido Piabetá/Santo Aleixo

Calçada a rua Santa Rosa



Calçada ao lado da Capela de Santo Aleixo

Calçada em frente à Capela de Santo Aleixo

Figura 43 – Passeios de pedestres de vias secundárias
Fonte: Acervo da autora, 2020

⁷⁷ Trata-se de um perfil esquemático da situação mais recorrente ao longo da via. Entretanto, em diversos pontos este perfil oscila apresentando melhorias ou pioras, principalmente no que se refere ao passeio de pedestres.



A total ausência de arborização nos logradouros é, de certa forma, compensada pela possibilidade de visualização da densa vegetação da Serra dos Órgãos e da vegetação presente no leito do Rio Roncador. Em 2018, a praça passou por uma grande reforma, que incorporou uma das vias Secundárias, antes existentes, ao seu espaço de utilização⁷⁸ (ver Figura 44).

Figura 44 – Rede de vias no recorte de estudo com destaque para via incorporada na praça
Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

⁷⁸ Durante este estudo, foi realizado um levantamento do espaço antes da obra realizada na praça (Apêndice 1) e foi atualizado após a conclusão da obra (Apêndice 2).



Tendo em vista o processo não planejado de ocupação urbana local, o parcelamento fundiário acompanhou o alinhamento da via principal (Estrada Municipal Antônio Além Bergara e conexão) e da via secundária que acompanha o leito do Rio Roncador (Rua Santa Rosa), estendendo-se sobre as encostas, onde novas vias secundárias foram criadas para atender as residências existentes (ver Figura 45).

Figura 45 – Parcelamento fundiário no recorte de estudo

Fonte: Elaborado pela autora, 2020



que se refere às edificações, se observa uma baixa densidade na ocupação, que permite uma alta permeabilidade do solo. Nas edificações localizadas no alinhamento da via primária (Estrada Municipal Antônio Além Bergara), o alinhamento das construções se dá em relação às testadas, com ausência de afastamento frontal. Há também servidões estreitas que dão acesso ao fundo de alguns terrenos, onde se localizam outras construções, de uso residencial. Apesar de possuir os espaços públicos e privados bem demarcados, a falta de padronização nos lotes evidencia a ausência de planejamento de ocupação para a região (ver Figura 46).

Figura 46 – Edificações no recorte de estudo com baixa densidade na ocupação

Fonte: Elaborado pela autora, 2020



O gabarito das edificações da região é baixo, variando entre um e três pavimentos, embora a maior parte das edificações possuam dois pavimentos. No recorte utilizado no estudo, apenas uma edificação possui três pavimentos. Trata-se de um grupamento residencial multifamiliar com quatro apartamentos – dois por andar, com o nível térreo ocupado por lojas que atendem às demandas do comércio local. A construção data de 2012 (ver Figura 47).

Figura 47 – Gabaritos no estudo onde predomina construções com 1 pavimento
Fonte: Elaborado pela autora, 2020



A caracterização do uso e ocupação da área é mista: serviços residencial e comercial. As construções próximas à Estrada Antônio Além Bergara e o trecho de conexão, possuem uso comercial no térreo e residencial no segundo e terceiro pavimentos. Já nas vias secundárias ou nas construções de fundo, o uso residencial é predominante. Em pontos esporádicos, é possível observar edificações voltadas para os serviços (ver Figura 48).

Figura 48 – Usos no recorte de estudo onde predomina o uso residencial
Fonte: Elaborado pela autora, 2020

Considerou-se importante destacar nessa análise a existência de uma construção localizada na porção lateral esquerda do templo religioso, dela afastada cerca de apenas 2,00 metros. Apesar de respeitar as legislações edilícias vigentes, interfere negativamente na fruição do bem cultural (ver Figura 49 e Figura 50). No prédio, construído na década de 1980, funciona um “salão paroquial”, cujo objetivo é atender à demanda dos eventos religiosos da paróquia. Entretanto, o crescimento da população católica na comunidade tornou inviável a celebração das missas dominicais nas dependências da Capela, o que resultou, em meados da década de 2000, a transferência do culto religioso dominical (aquele que apresenta a maior concentração de pessoas) para as dependências do salão paroquial^{79 e 80}.

⁷⁹ As missas de dias de semana, batizados, casamentos e afins ainda são realizados na Capela de Santo Aleixo.



Figura 49 – Capela de Santo Aleixo e salão paroquial
Fonte: Acervo da autora, 2020

⁸⁰ Uma vez que o “salão paroquial” começou a receber as missas dominicais, os demais eventos foram transferidos para a quadra de eventos, a fim de manter a sacralidade do espaço.



Figura 50 – Capela de Santo Aleixo e salão paroquial
Fonte: Acervo da autora, 2020

Nos fundos do templo também foram construídas duas salas para atividades religiosas com fins educativos, além das outras três que existem dentro do templo (ver Figura 51 e Figura 52). Apesar de sua proximidade com o templo, essa construção pouco afeta a visibilidade e a ambiência da Capela.



Figura 51 – Capela de Santo Aleixo e construções nos fundos
Fonte: Acervo da autora, 2020



Figura 52 – Capela de Santo Aleixo e construções nos fundos
Fonte: Acervo da autora, 2020

No que diz respeito às construções locais, foi realizada uma análise *in loco*, que possibilitou a identificação de diferentes tipologias. São elas: (ver Figura 53):

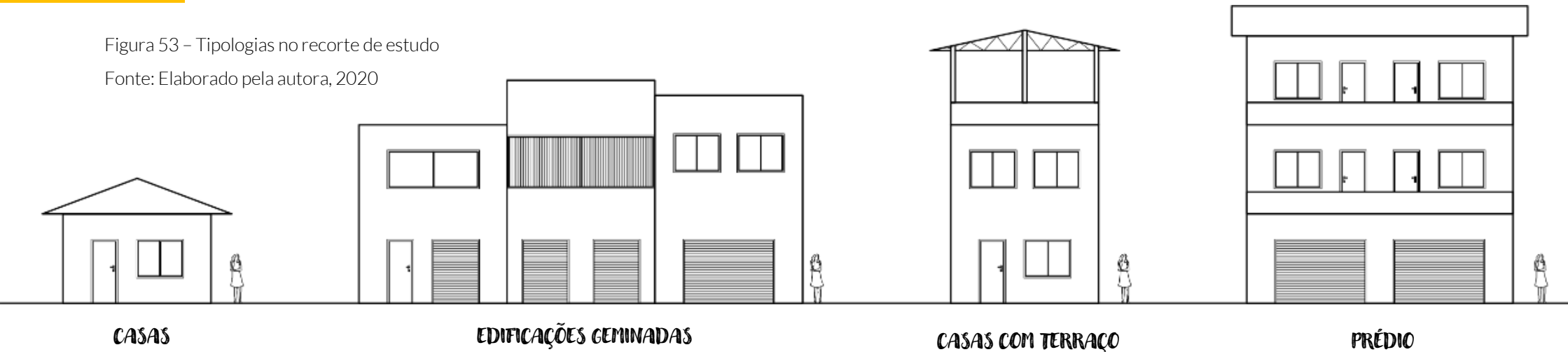
1. Edificações geminadas: com um ou dois pavimentos⁸¹.
2. Casas: com um ou dois pavimentos, cercadas por quintais e muros. Normalmente com coberturas em telhas cerâmicas ou fibrocimento. Em diversos pontos, possui outra casa nos quintais.
3. Casas com terraço: edificações com dois pavimentos acrescidos por um terraço aberto e coberto com telha metálica. São cercadas por quintal e muradas. Em diversos pontos, possui outra casa nos quintais.
4. Prédio: trata-se de edificações com três pavimentos, que podem ter uso familiar ou multifamiliar⁸².

⁸⁰ No recorte estudado, estas construções presentes no leito do Rio Roncador são recentes e apresentam risco de desmoronamento ou alagamentos. Como forma de coibir a construção de novas edificações nesta região, a Prefeitura de Magé instalou uma calçada com recuo para vaga de carros.

⁸¹ Apesar de só existir uma construção desta tipologia, optou-se por abordar suas características em função do choque que sua construção foi para a população, que se assustou com o tamanho da edificação.

Figura 53 – Tipologias no recorte de estudo

Fonte: Elaborado pela autora, 2020



Para auxiliar na compreensão da morfologia urbana do recorte de estudo, elaborou-se uma seção longitudinal conjectural para auxiliar na percepção da dimensão

vertical. Para isso, foram utilizados os elementos mais impactantes verticalmente no ambiente: os morros, os aterros e o rio (ver Figura 54).

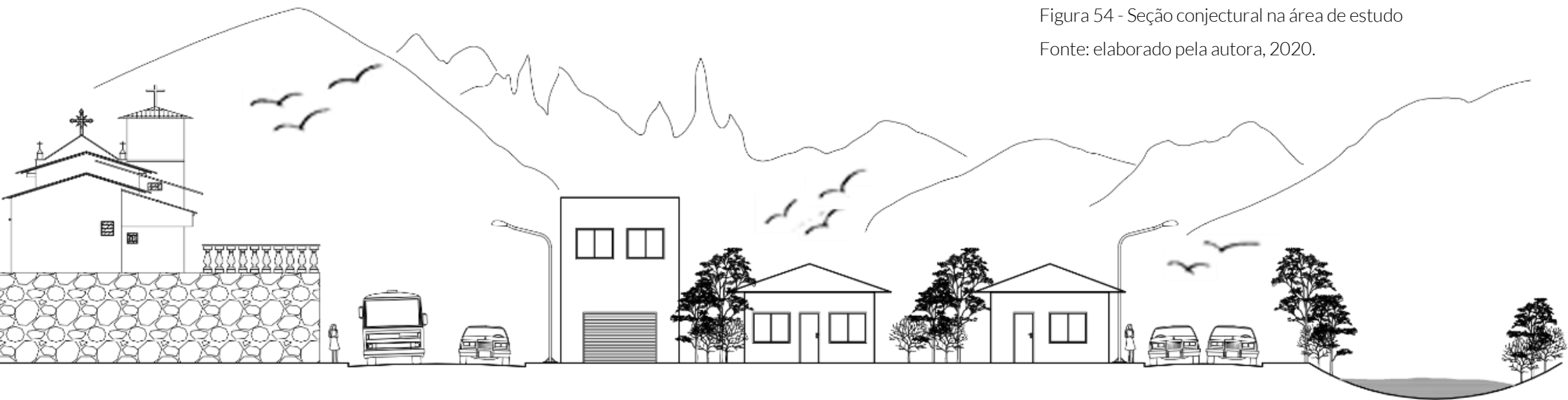


Figura 54 - Seção conjectural na área de estudo

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

2.3.4 Análise visual

Ao abordar a análise visual, Panerai (2006, p. 30) cita a metodologia de Lynch como a mais simples para auxiliar na percepção da paisagem urbana. Para aplicar essa análise, Panerai propõe a identificação de alguns elementos, tais como:

Percursos: identificação de itinerários realizados pela população, que não necessariamente precisam ser interligados.

Pontos nodais: aqueles “pontos estratégicos”, que podem ser o encontro dos percursos, por exemplo.

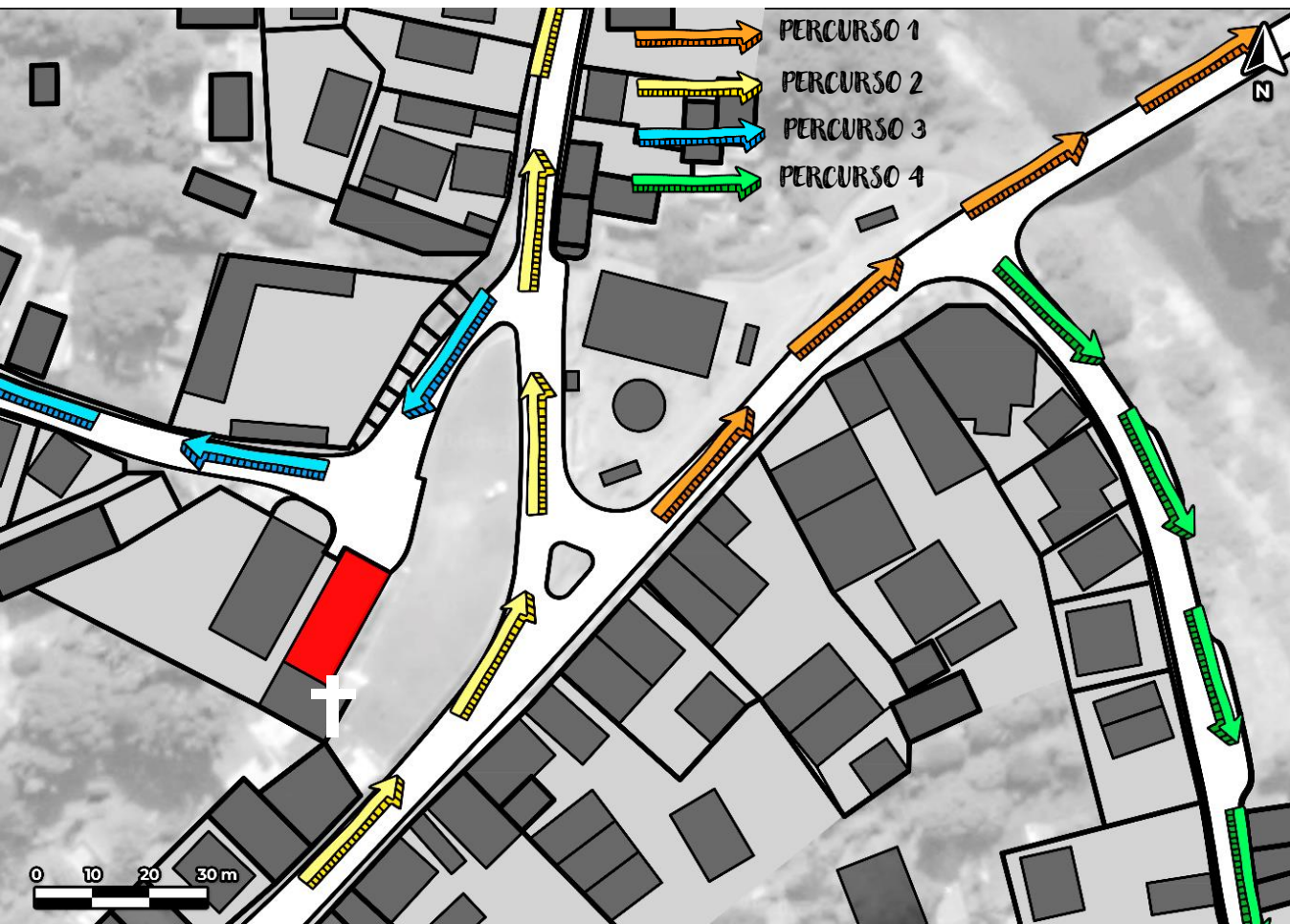
Setores: parcela que possui uma unidade morfológica.

Limites: são os marcos do término dos setores, como uma mudança tipológica.

Marcos: são elementos que possuem características que facilitam sua identificação, como uma praça, uma quadra ou uma igreja.

Para a análise realizada na área de entorno da Capela de Santo Aleixo, foram selecionados quatro percursos, sendo estes (ver Figura 55):

- 1) Trecho da conexão entre a estrada Santo Aleixo/Piabetá e a estrada Santo Aleixo/Magé;
- 2) Trecho da rua Santa Rosa;
- 3) Trecho da estrada Santo Aleixo / Piabetá;
- 4) Trecho da subida da Capela de Santo Aleixo.



⁸³ Tanto a Estrada Piabetá/Santo Aleixo como a Estrada Magé/Santo Aleixo terminam no bairro Andorinhas, onde
 Figura 55 – Análise visual no recorte de estudo
 Fonte: Elaborado pela autora, 2020

Percurso 1:

Optou-se por iniciar com esse percurso, pois, apesar de ser uma conexão entre as vias primárias, é o ponto que apresenta maior fluxo, tanto de pedestres, como de carros no espaço estudado. Isso ocorre porque as duas vias primárias terminam no mesmo lugar e são interligadas em alguns pontos ao longo do trajeto⁸³, porém a via Santo Aleixo/Magé apresenta uma caixa de rolamento maior, calçadas mais largas e superfície mais plana. Na primeira cena desse percurso é possível observar a Capela de Santo Aleixo ao fundo. Nas laterais, a densidade de ocupação é baixíssima,

alguns bairros, sendo estes: a Capela, o Guarani (comunicação apenas para pedestres), a Vila Operária, o Centro, o Poço Escuro (comunicação apenas para pedestres) e em Andorinhas.

presentando apenas uma residência e uma lavanderia abandonada. A poluição visual já é bem clara nesse ponto, em que a presença de redes de transmissão cria uma máscara em toda a Capela (ver Figura 56).

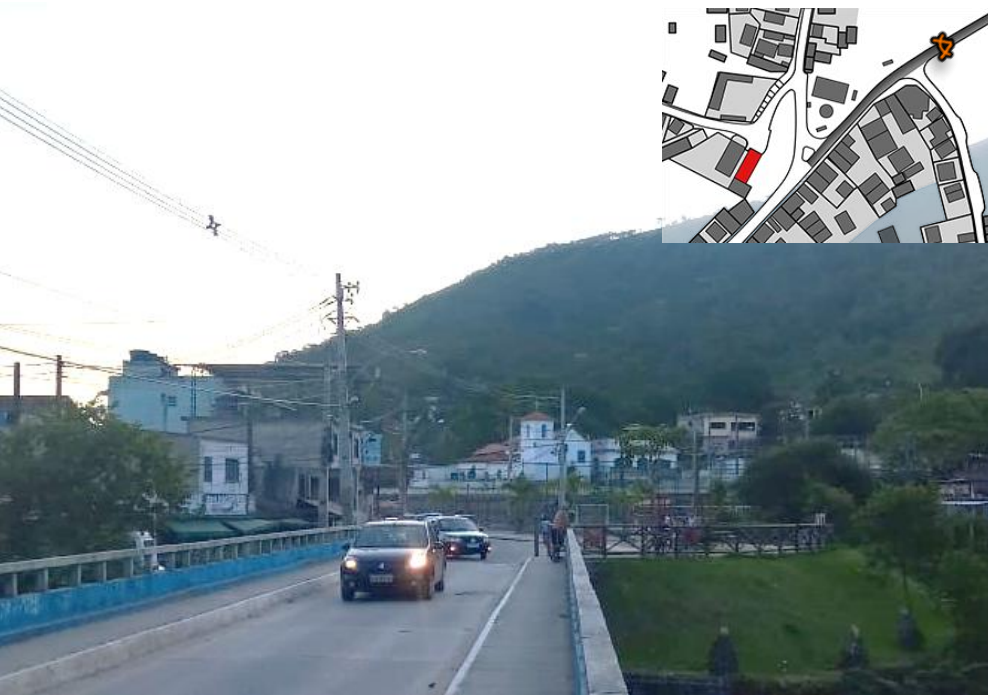


Figura 56 – início da conexão entre a estrada Santo Aleixo/Piabetá e a estrada Santo Aleixo/Magé
Fonte: Acervo da autora, 2020

Ao chegar à ponte, a segunda cena desse percurso muda bastante. A pequena elevação permite visualizar agora a fachada completa da Capela de Santo Aleixo, toda a praça e boa parte do comércio local. Nesse ponto, é possível observar a construção realizada ao lado da Capela de Santo Aleixo com bastante destaque, que funciona como salão paroquial (ver Figura 57) e também a entrada para a rua Santa Rosa. Por estar inserida em uma elevação, nesse percurso a Capela de Santo Aleixo está sempre visível. A poluição visual causada pelas linhas de transmissão é intensificada, se tornando o primeiro elemento de destaque na paisagem urbana.

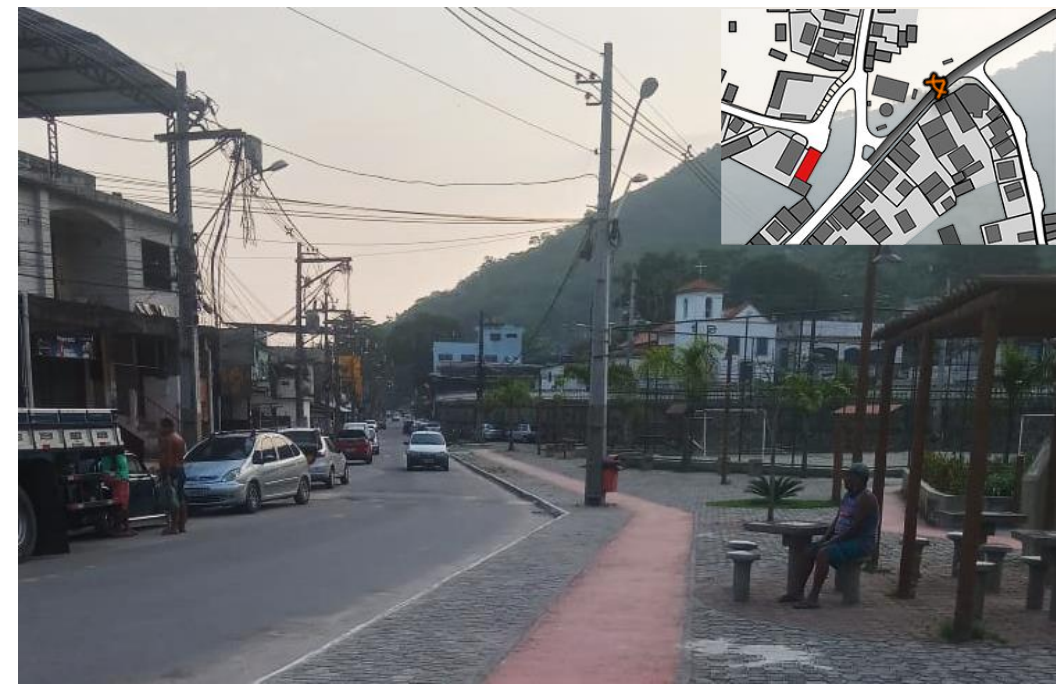


Figura 57 – conexão entre a estrada Santo Aleixo/Piabetá e a estrada Santo Aleixo/Magé
Fonte: Acervo da autora, 2020

O espaço adjacente à praça não possui local para estacionamento, tampouco para carga e descarga, o que resulta em diversos veículos parados de forma irregular e congestionando o trânsito (ver Figura 58). Durante todo o percurso foi possível observar uma forte presença de redes aéreas de transmissão que, além de poluir visualmente a paisagem urbana local, oferecem risco à segurança da comunidade⁸⁴.



Figura 58 – estacionamento irregular no trecho da conexão
Fonte: Acervo da autora, 2020

A presença das montanhas ao fundo, cortadas pelo rio, também é um aspecto de destaque positivo da paisagem, criando uma sensação de ‘cinturão verde’ e, apesar da escassa vegetação no espaço urbano, transmite aos usuários a sensação de estar próxima de árvores e mantém o clima local agradável (ver Figura 59).

A Praça da Capela possui bastante interferência visual causada pela rede aérea de transmissão. Sua utilização é intensa: durante o dia, a quadra de areia apresenta uso constante (recebendo até mesmo torneios locais) e muitas crianças utilizam o parquinho. Já durante a noite, o público de jovens e adultos preenche os espaços com mais mesas e até mesmo caixas de som para aproveitar o clima ameno (ver Figura 60).

⁸⁴ O poste de transmissão visível na Figura 57 foi responsável por dois acidentes desde o início do desenvolvimento deste estudo, em setembro de 2018: o primeiro foi quando um homem, ao se aproximar do limite do seu telhado esbarrou na fiação (que passava por cima de sua casa) e foi eletrocutado; já o segundo foi um incêndio no transformador localizado no poste de transmissão, que chegou a apresentar danos a pintura das edificações próximas.



Figura 59 – vista da Serra dos Órgãos da ponte
Fonte: Acervo da Wilson da Paz, 2020

Figura 60 – Praça da Capela
Fonte: Acervo do Canal Magé, 2018



Percurso 2:

O segundo percurso abrange o trajeto da via primária entre Piabetá/Santo Aleixo. Boa parte desse percurso é contemplado pelo muro de contenção que mantém o aterro existente na lateral do templo, seguindo para algumas residências. Como o templo está inserido no topo da elevação, ele é visível durante todo o trajeto. Nesse trecho, também é possível observar grandes lacunas no calçamento no passeio que, em determinados trechos, se encontra completamente ausente. A carência de fiscalização e orientação da Prefeitura Municipal de Magé também resultou na construção de diversas pequenas rampas de acesso às construções, prejudicando a acessibilidade dos passeios (ver Figura 61 e Figura 62 e Figura 63).



Figura 61 – Início do percurso entre a via Piabetá/Santo Aleixo
Fonte: Acervo da autora, 2020

Figura 62 – Fim do percurso entre a via Piabetá/Santo Aleixo
Fonte: Acervo da autora, 2020



Figura 63 – Fim do percurso entre a via Piabetá/Santo Aleixo
Fonte: Acervo de Wilson da Paz, 2019

Percurso 3:

Esse percurso contempla a subida do monte até a Capela de Santo Aleixo. Seu primeiro trecho não possui nenhuma edificação, apenas as contenções dos aterros nas laterais do templo. Durante todo o percurso é possível observar integralmente a fachada frontal da Capela de Santo Aleixo e o salão paroquial, construído em sua lateral (ver Figura

64). A falta de mobiliário urbano, a poluição visual causada pelas redes aéreas de transmissão de energia e a precariedade dos passeios ficam nítidos em toda a subida dessa elevação, onde é possível observar inclusive lixo acumulado em latões. A falta de manutenção do entorno também fica evidente no estado em que se encontram as balaustradas existentes nas áreas laterais do templo (ver Figura 65).



Figura 64 – Início do percurso da subida da Capela de Santo Aleixo (1)
Fonte: Acervo da autora, 2020



Figura 65 – Início do percurso da subida da Capela de Santo Aleixo (2)
Fonte: Acervo da autora, 2020

Ao chegar à frente da Capela de Santo Aleixo, é possível observar outras construções. Os quiosques existentes dentro da quadra de eventos se tornam visíveis, bem como algumas residências existentes na lateral, subindo o morro. Chama a atenção o mau estado dos passeios que obrigam os pedestres a caminharem pela caixa de rolamento da via. (ver Figura 66 e Figura 67).



Figura 66 – Meio do percurso da subida da Capela de Santo Aleixo

Fonte: Acervo da autora, 2020

Figura 67 – Fim do percurso da subida da Capela de Santo Aleixo

Fonte: Acervo da autora, 2020



Percurso 4:

Optou-se por encerrar com este percurso por ser o ponto mais distante da Capela de Santo Aleixo. Já ao virar à esquerda na ponte, a Capela de Santo Aleixo deixa de ser visível, sendo perceptível ao observador apenas algumas construções e a margem do rio (ver Figura 68).



Figura 68 – Início do percurso da Santa Rosa

Fonte: Acervo da autora, 2020

Em uma tentativa de evitar novas construções na margem do rio, a Prefeitura Municipal de Magé executou um calçamento com recuo para estacionamento no início desse trecho. Apesar do constante acúmulo de veículos estacionados no trecho imediato à praça (principalmente no largo da esquina entre a ponte e a Rua Santa Rosa, conforme vistos no Percurso 1) é comum observar vagas disponíveis neste espaço (ver Figura 69). A partir do fim deste calçamento, já é possível observar casas dos dois lados da via, onde as residências próximas a margem do rio não apresentam quintal, cercamento ou afastamentos (ver Figura 70).

Figura 69 – Calçamento com estacionamento na Santa Rosa
Fonte: Acervo da autora, 2020



Figura 70 – Fim do percurso da Rua Santa Rosa
Fonte: Acervo da autora, 2020

A análise também permitiu identificar a Praça da Capela como um ponto nodal (1), pois interliga os quatro percursos utilizados pelos usuários da região. Já para os marcos, foram identificados a Praça da Capela (2), a Capela de Santo Aleixo (3), a quadra de eventos (4) e a ponte (5), conforme pode ser observado na Figura 71.

Em relação aos setores, identificou-se a existência de um setor central, onde fica concentrado o comércio, o setor residencial, que abrange as zonas com as edificações menos densas voltadas ao uso residencial, e o setor urbano, que contempla o espaço imediato ao templo e a praça, onde concentra-se a maior parte do espaço livre. Nesta divisão, o limite existente entre o setor central e o setor residencial ficou bastante destacado pela ausência de elementos urbanos para realizar a transição (ver Figura 71, Figura 72, Figura 73, Figura 74 e Figura 75).

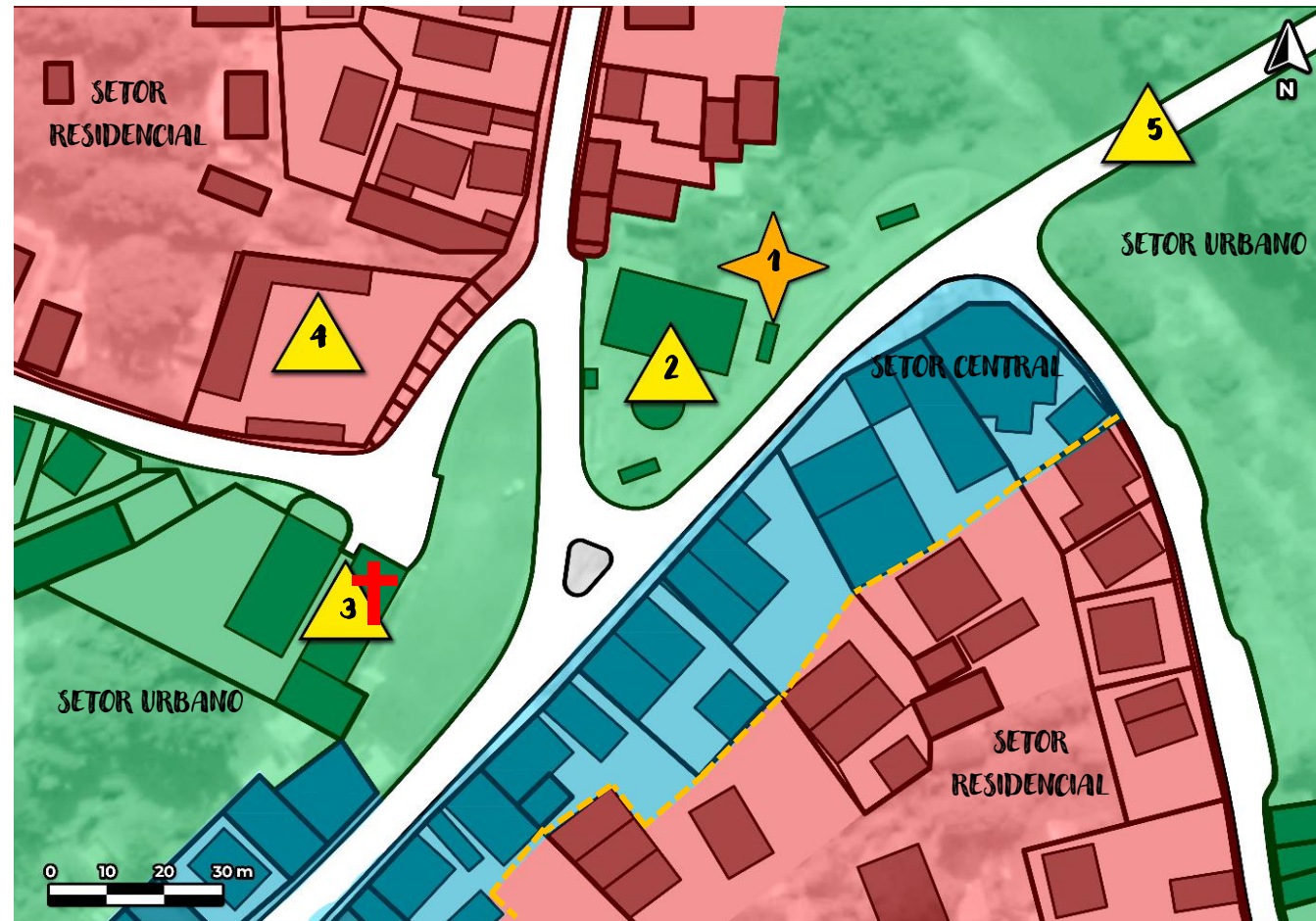


Figura 71 – Mapa de análise visual com marcação dos setores, pontos nodais e marcos
Fonte: Elaborado pela autora, 2020



Figura 72 – Ponto nodal e marco: Praça da Capela (1) (2)
Fonte: Acervo da autora, 2020

Figura 73 – Marco: Capela de Santo Aleixo (3)
Fonte: Acervo da autora, 2017



Figura 74 – Marco: Quadra de eventos (4)
Fonte: Acervo da autora, 2020

Figura 75 – Marco: Ponte da Capela (5)
Fonte: Acervo da autora, 2020



Essa análise visual evidenciou uma forte presença de poluição visual através de postes e redes aéreas de transmissão, precariedade na conservação dos elementos urbanos, principalmente no que se refere aos calçamentos, à falta de mobiliário urbano adequado e arborização urbana.

Dessa forma, foram observadas neste estudo as principais transformações realizadas no ambiente analisado, desde o início do povoamento, a abertura das vias, até a da praça e os processos sociais que resultaram em tais modificações, permitindo identificar os principais problemas existentes na região, assim como suas potencialidades para crescimento a fim de valorizar a Capela de Santo Aleixo.

2.3.5 Diretrizes do Estatuto da Cidade

A Constituição Federal, promulgada em 1988, reserva o seu capítulo II para falar sobre a política urbana. Em seus artigos 182 e 183, o documento determina que o poder municipal, através de diretrizes estabelecidas em forma de lei, deve organizar o desenvolvimento da cidade e garantir o bem estar dos habitantes. A carta constituinte também determina que cidades com mais de 20.000 habitantes sejam obrigadas a desenvolver um “Plano Diretor” aprovado pela Câmara Municipal, como instrumento básico para nortear a política de desenvolvimento e expansão urbana (BRASIL, 1988, p. 113-114).

Os artigos elucidados são regulamentados através da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada “Estatuto da Cidade”, que determina diretrizes gerais para o pleno desenvolvimento de tais funções sociais, estabelece instrumentos da política urbana e regulamenta a instituição do Plano Diretor, atribuindo a este a “definição

de diretrizes e instrumentos específicos para a proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural” (BRASIL, 2001, p. 13).

Em uma análise geral, o Plano Diretor de Magé, publicado através da Lei Complementar nº 0006/2016, de 15 de dezembro de 2016, adota em sua redação diversos dispositivos do Estatuto da Cidade, como a elaboração de um Zoneamento Ambiental⁸⁵, aplicação de IPTU Progressivo no Tempo⁸⁶, a Utilização Compulsória de Imóvel Subutilizado⁸⁷, Tombamento de Imóveis ou de Mobiliário Urbano⁸⁸, entre outros.

Além desses dispositivos, o Plano Diretor de Magé também prevê a revitalização dos espaços culturais do município.

⁸⁵ O zoneamento de Magé foi regulamentado pela Lei nº 1.021, de 28 de agosto de 1991, foi revisado em fevereiro de 2020 como uma das diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor de 2016 e aguarda aprovação pela Câmara Municipal.

⁸⁶ IPTU Progressivo no Tempo, apesar de ser apontado como um dos instrumentos para o Desenvolvimento Urbano do município no Plano Diretor, não foi encontrado nenhum caso do instrumento sendo aplicado.

Tal medida resulta nas Ações de Revitalização do Segundo Distrito, que culmina na construção de praças nos bairros da Vila Operária e Pau a Pique, além de obras de recuperação na Escola Anayde de Mello e da Praça da Capela. Além das obras realizadas na escola e na Praça da Capela, nenhuma outra medida foi implementada no entorno da Capela de Santo Aleixo.

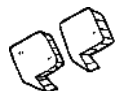
Com relação ao patrimônio histórico, o Plano Diretor de Magé determina como um de seus princípios “XII – valorização e resgate da identidade histórica e cultural do Município de Magé” e um de seus objetivos gerais “V – elevar a qualidade do ambiente urbano, por meio da preservação dos recursos naturais e da proteção do

⁸⁷ O dispositivo foi aplicado pela primeira vez desde a publicação do Novo Plano Diretor a partir do Decreto nº 3.360/2020, que decreta a arrecadação do imóvel situado às margens da rodovia BR 493, de propriedade da Casa de Saúde Nossa Senhora da Piedade, considerado como abandonado desde 2010.

⁸⁸ Apesar de previsto no Plano Diretor e de estudos realizados pelo Conselho Municipal de Política Cultural de Magé, conforme já mencionado neste trabalho, não foi realizado nenhum tombamento pelo município.

patrimônio histórico, artístico, cultural, urbanístico” (MAGÉ, 2016, p. 11-12).

Com isso, o documento traz uma série de políticas para proteção do patrimônio histórico e cultural que possibilitem:



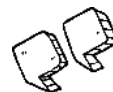
I – tornar público os bens patrimoniais de natureza material e imaterial para o conhecimento da sociedade;

II – desenvolver o potencial do turismo histórico de Magé, de forma sustentável, com base em seu patrimônio cultural;

III – documentar, selecionar, proteger e promover a preservação, a conservação, a reciclagem, a restauração e a divulgação dos bens patrimoniais, culturais e históricos;

IV – dotar o Município de um plano de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural (MAGÉ, 2016, p. 117).

A partir disso, o Plano Diretor Municipal traz as seguintes diretrizes gerais para aplicação de tais políticas públicas:



I – elaborar Plano Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural;

II – salvaguardar o patrimônio histórico e cultural do Município;

III – preservar a identidade dos bairros, valorizando as características de sua história, sociedade e cultura;

IV – disponibilizar as informações sobre o patrimônio histórico-cultural à população;

V – sensibilizar o reconhecimento da opinião pública sobre a importância e a necessidade de preservação do seu patrimônio;

VI – incentivar a fruição e uso público dos imóveis tombados (MAGÉ, 2016, p. 118).

Consequentemente, o documento traz ações estratégicas para alcançar tais objetivos, sendo estas:



I – implantar Plano de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural o qual deverá no mínimo conter:

a) as diretrizes para preservação e proteção do patrimônio;

b) o inventário de bens patrimoniais materiais e imateriais;

c) a definição dos imóveis de interesse do patrimônio histórico e cultural, para fins de preservação e a definição dos instrumentos aplicáveis;

d) as formas de gestão do patrimônio histórico e cultural, inclusive os mecanismos e os instrumentos para a preservação do patrimônio; as compensações, incentivos e estímulos à preservação; e os mecanismos de captação de recursos para a política de preservação e conservação;

II – assegurar o adequado controle da interferência visual nas áreas envoltórias de imóveis preservados;

III – incentivar a preservação do patrimônio por meio de mecanismos de transferência de potencial construtivo e implementar política de financiamento de obras e de isenções fiscais;

IV – criar mecanismos para incentivar a participação e a gestão da comunidade na pesquisa, identificação, preservação e promoção do patrimônio histórico e cultural;

V – criar e implantar, nos Espaços de Vivência Comunitária, projetos voltados ao resgate da memória dos bairros e localidades, favorecendo a

preservação da identidade, história e cultura dos mesmos;

VI – dotar o órgão público municipal responsável pelo patrimônio histórico cultural com as condições adequadas de espaço físico, equipamentos, infraestrutura e logística e outros mecanismos operacionais capazes de garantir a preservação de documentos e outras fontes de diversas naturezas que constituem o acervo relacionado à história de Magé (MAGÉ, 2016, p. 118-119).

Além das políticas voltadas diretamente à proteção do patrimônio histórico e cultural, o Plano Diretor de Magé também determina políticas públicas para a Paisagem Urbana, de forma a ser utilizada como meio preservação do patrimônio ambiental e cultural urbano (MAGÉ, 2016, p. 120).

2.3.6 Problemas e potencialidades

As análises realizadas tornaram possível o entendimento da atual situação do entorno da Capela de Santo Aleixo e

dos processos que contribuíram para a transformação da sua paisagem.

Através disso, foi possível identificar os principais problemas que afligem o entorno a fim de traçar as soluções mais adequadas, bem como reconhecer as potencialidades do ambiente a serem exploradas nas propostas de delimitação e intervenção no entorno do bem cultural em questão.

O caráter rural, a omissão da Prefeitura Municipal de Magé e os processos que acompanharam tais eventos foram as principais causas do processo de ocupação irregular que, em conjunto com o baixo poder aquisitivo da população residente, resultou no arruinamento do ambiente adjacente à Capela de Santo Aleixo.

Dentre os problemas encontrados, evidenciam-se:

Falta de manutenção / manutenção insuficiente

Fica nítida a falta de manutenção ou de manutenção insuficiente ao espaço pela existência de lacunas nos

passeios, vias e balaustradas, além da presença de vegetação crescendo nas calçadas e muros de contenção e o acúmulo de lixo nos passeios.

Manutenção realizada de maneira indevida

A manutenção inadequada realizada no espaço é exemplificada pela presença de remendos da pavimentação das vias, instalação de sinalização incorreta, excesso de postes para linhas de transmissão (quando a concessionária acrescenta um, porém não remove o outro).

Poluição visual

A grande presença de postes e linhas de transmissão resulta em uma poluição visual que afeta significativamente a ambiência do templo. Apesar de não ter ocorrido no espaço, as taxas urbanas permitidas no entorno preocupam, pois não são compatíveis com o patrimônio inserido no espaço, o que tornaria extremamente danoso ao patrimônio a instalação de construções que atingissem todo o seu potencial construtivo.

Baixa acessibilidade

A atual condição de acessibilidade proporcionada pelos passeios existentes, observada nas intervenções recentemente realizadas (degraus e rampas) e pela limitação de espaço (em que alguns comércios fecham o passeio para estender seu espaço) afeta a fruição da comunidade no ambiente, e impacta a segurança do pedestre no espaço impossibilitando a livre circulação de pessoas com limitações de mobilidade. Já em relação aos acessos por meios motorizados, as vias suportam bem o fluxo recebido, porém apresentam deficiências em sinalizações. A falta de locais adequados para estacionamento também prejudica a fruição do espaço.

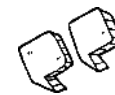
Criminalidade

O aumento na criminalidade na área de entorno também afeta a fruição do bem cultural. Os recorrentes assaltos em trechos um pouco mais distantes e alguns assassinatos que ocorreram no espaço nos últimos meses geram insegurança na população de estar no ambiente.

Apesar dos diversos problemas existentes na região, a Capela de Santo Aleixo possui um papel importante no que se refere a sua identificação com a população local que se reflete no grande apreço da comunidade pelo bem cultural, identificada como um marco do início da ocupação da região. Em função disso, se torna possível destacar diversos pontos positivos que podem ser explorados em uma proposta de intervenção do espaço.

Centro religioso:

A religiosidade da comunidade em conjunto com a importância histórica do templo fazem com que se concentre em seu entorno o maior evento religioso da região, a tradicional Festa de Santo Aleixo, ou Festa da Capela, como é conhecida (ver Figura 76).



No dia 17 de julho de 2018, cerca de mil pessoas compareceram à missa solene realizada na área externa da Capela de Santo Aleixo, no distrito de mesmo nome, após terem percorrido, em procissão, os cerca de 3,5 km a partir da Igreja de São Sebastião. Ouvindo a pregação do Padre Rafael Augusto e

cantando os versos do hino composto pelo Padre Luís Garcia Mello, em parceria com o Sr. Jorge Aleixo da Silva, “*Santo Aleixo dos pobres irmãos, é contigo que sigo a lutar; é para ti que me ponho a cantar*”⁸⁹, os fiéis ouviram mais uma vez a história do santo [...] (RIBEIRO, MARCHON e LIMA, 2018, p. 14).

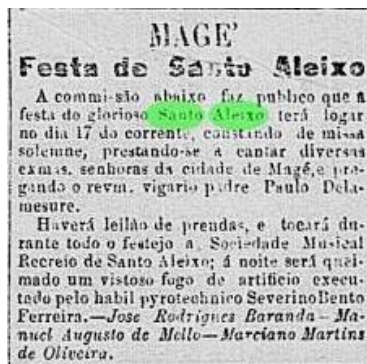


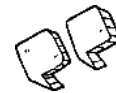
Figura 76 – Anúncio da Festa de Santo Aleixo

Fonte: Jornal do Brasil, 1898.

Identificação da Capela com a população local que nutre apreço pelo bem cultural

O entorno do templo é frequentemente associado às raízes da população santoaleixense, que enxerga no templo e no bairro adjacente o berço de sua povoação.

⁸⁹ A música “*Caminhando com Santo Aleixo*” foi vencedora de uma das edições do Festival de Música Sacra de Santo Aleixo (FEMSSAN), realizada no início da década de 1980.



[...] A Festa de Santo Aleixo, ou Festa da Capela, é nos dias atuais a mais tradicional festa da região e reúne os habitantes do lugar, católicos ou não, moradores de outras localidades do município e muitas pessoas que já não vivem mais no distrito, mas que desejam manter os laços com o local. Mais do que nas outras festas de padroeiro na região, a Festa de Santo Aleixo favorece um tipo de culto singular, que acaba sendo prestado mais ao lugar que ao santo (RIBEIRO, MARCHON e LIMA, 2018, p. 16).

Espaço de lazer

A grande presença de espaços livres (como a praça, o campo e a quadra) tornam o espaço propício para A grande presença de espaços livres (como a praça, o campo e a quadra) torna o espaço propício para atividades de lazer, que costuma receber festas sazonais. Além desses eventos, a praça é bastante utilizada pela população, mesmo quando não existe nenhuma atividade que incentive seu uso. É

comum as pessoas levarem mesas, cadeiras e até mesmo coolers e ficarem a noite no espaço (ver Figura 77).



Figura 77 – Praça da Capela
Fonte: Acervo da autora, 2020

Ambiente verde

A forte presença do “verde” no entorno pelas matas existentes e até mesmo nas margens do Rio Roncador estimula prática de atividades ao ar livre (ver Figura 78).



Figura 78 – Rio Roncador
Fonte: Acervo da autora, 2020

A breve abordagem das premissas teóricas que embasam a importância dos entornos para a fruição dos bens culturais edificados, no ambiente urbano, possibilitou uma avaliação mais precisa dos problemas e das potencialidades do entorno da Igreja de Santo Aleixo. A citada avaliação oportunizou a formulação das diretrizes principais de intervenção que orientaram o projeto de conservação do entorno da Igreja objetivando sua valorização na paisagem da cidade de Magé.

CAPÍTULO 3

Proposta de Intervenção

Neste capítulo, propõe-se uma estratégia de intervenção no entorno da Capela de Santo Aleixo, com base na reflexão teórica acerca da conservação de entornos realizada no Capítulo 1 e dos problemas e potencialidades identificados no espaço urbano, destacados no Capítulo 2.

3.1 Diretrizes projetuais

Para tal, os seguintes pontos foram determinados como Diretrizes Projetuais para o Projeto de Conservação Urbana da Área de Entorno da Capela de Santo Aleixo:

- a) Distanciar as intervenções do "conjunto moderno" (na sua forma alinhada e geometrizada), a fim de aproximar a sociedade da cidade, conforme defendido por Camillo Sitte (CHOAY, 2018, p. 215);
- b) Preservar a autenticidade da paisagem urbana e proteger do espírito do lugar, com intuito de proporcionar a manutenção da unidade orgânica do entorno e a relação deste com a comunidade, conforme defendido por Camillo Sitte (LIMA CARLOS, 2016, p. 98) e pela Declaração de Québec;
- c) Evitar a cópia e o falso histórico, porém de forma que se mantenha a harmonia e preserve a ambiência do entorno, conforme determinado pela Recomendação de Paris (1962) e pela Carta de Veneza (1964);
- d) Criar zonas de proteção de entorno de acordo com metodologia determinada pelas Normas de Quito (1967);
- e) Criar legislações complementares no que se referem à proteção dos bens culturais e suas áreas de entorno, conforme elucidado pelo Compromisso de Brasília (1970) e pelo Compromisso de Salvador (1971);
- f) Integrar o centro histórico no ambiente urbano, conforme recomendado pelo Manifesto de Amsterdã (1975);
- g) Adequar e/ou suprimir toda a publicidade presente no conjunto histórico, conforme determinado pelas Recomendações de Nairobi (1976).

Para isso, dividiu-se essa proposta em três etapas:

- 1) Delimitação de uma área de entorno da Capela de Santo Aleixo, buscando tratamentos diferenciados em função dos respectivos problemas e potencialidades que influenciam na fruição do bem cultural;
- 2) Indicação de estratégias de gestão para a conservação do espaço urbano adjacente ao templo;
- 3) Elaboração de estudo preliminar para projeto urbano, incluindo os espaços públicos localizados no entorno.

3.2 Zonas de entorno

A partir das análises realizadas, foi possível compreender o espaço urbano adjacente à Capela de Santo Aleixo e sua trajetória, bem como a relação do templo com seu entorno. Também foi possível compreender os vínculos afetivos existentes com a comunidade na qual está inserido.

A relação observada entre o entorno e o bem tombado possui potencial para ser mutuamente benéfica. Enquanto o espaço urbano onde o templo se situa pode promover sua fruição e reforçar seu significado, o templo pode proporcionar vitalidade e reduzir a criminalidade do seu entorno.

O grande número de espaços de uso coletivo no entorno imediato ao templo (o campo, a quadra e a praça) resulta em uma forte presença da comunidade na região, que interage com o templo mesmo quando este não está sendo utilizado. Dessa forma, observou-se que, a conservação desses espaços fortalece o vínculo da comunidade com o

lugar do templo, da mesma forma que uma intervenção realizada de forma inadequada pode prejudicar esse relacionamento (ver Figura 79).

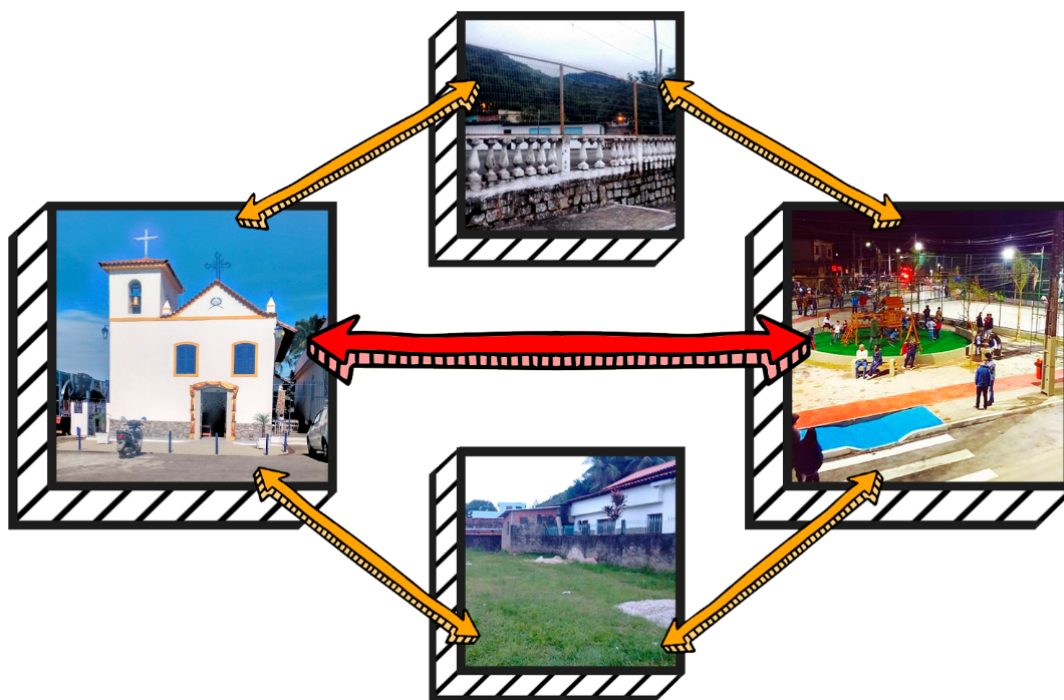


Figura 79 – Espaços de uso coletivo no entorno imediato
Fonte: Autora, 2020

Dessa forma, foi possível identificar o espaço urbano, que compreende o entorno da Capela de Santo Aleixo e outras áreas que se relacionam ao bem e são importantes para sua percepção e significado, resultando na proposta de delimitação da área de entorno, que se divide em três: Zona de Proteção Rigorosa, Zona de Proteção ou Respeito e Zona de Proteção da Paisagem Urbana.

A Zona de Proteção Rigorosa abrange a região mais próxima do bem cultural e tem como objetivo a manutenção de sua autenticidade, história e ambiência, através de parâmetros de proteção mais rigorosos.

A Zona de Proteção ou Respeito busca preservar a ambiência do bem cultural e conter o “efeito ilha” no entorno imediato, com parâmetros de proteção mais tolerantes.

A Zona de Proteção da Paisagem Urbana tem o intuito de preservar a ambiência e minimizar os impactos das

características urbanas de áreas não adjacentes, funcionando como um amortecimento para o entorno.

3.2.1 Zona de Proteção Rigorosa

Área urbana imediata ao monumento, considerada *non aedificandi* que deve receber tratamento paisagístico adequado. As intervenções realizadas nesse espaço devem ter a finalidade de garantir a perfeita visualização da Capela de Santo Aleixo e não será permitida a colocação de cartazes ou outros engenhos de publicidade. Toda obra realizada nesse espaço deve ser submetida e autorizada pelo INEPAC, conforme Decreto-Lei nº 2, de 11 de abril de 1969.

A poligonal de proteção da Zona de Proteção Rigorosa da Capela de Santo Aleixo inicia-se no entroncamento da Praça da Capela (por esta incluída) com a ponte sobre o Rio Roncador (por esta não incluída), tangencia a praça (por esta incluída), atravessa a Rua Saquarema (por esta incluída) e segue contornando a Quadra de Eventos (por

esta incluída), atravessa a Servidão (por esta incluída) e contorna a lateral e fundos do Salão Paroquial (por esta incluída), segue tangenciando os fundos da Capela de Santo Aleixo (por esta incluída) para então tangenciar os fundos e lateral do Campo (por esta incluída), atravessa a Estrada Municipal Antônio Além Bergara (por esta incluída apenas o lado ímpar) e tangencia a Praça da Capela (por esta incluída) até o entroncamento entre a Praça e a ponte sobre o Rio Roncador, fechando a poligonal (ver Figura 80).

Figura 80 – Zona de Proteção Rigorosa
Fonte: Autora, 2020



3.2.2 Zona de Proteção ou Respeito

A partir da Zona de Proteção Rigorosa definida, buscou-se ampliar a área de entorno, a fim de garantir a manutenção da ambiência do bem. Para essa zona, se utilizou como parâmetro norteador a visada para o templo: procurou-se identificar os principais pontos onde a Capela era visível no bairro. A partir disso, criou-se uma poligonal unindo esses pontos para evitar que a visibilidade do templo não se perca, assim como estruturar parâmetros construtivos e conter o “efeito ilha”, ou seja, que a área adjacente adote características urbanísticas muito diferentes da área de entorno, rompendo a paisagem e deixando a área protegida “ilhada”.

A poligonal para a Zona de Proteção ou Respeito se inicia na extremidade mais distante da ponte sobre o Rio Roncador (por esta incluída) e segue até a ponta da primeira quadra (por esta incluída) após atravessar a Rua Saquarema (por esta incluída). Segue tangenciando os fundos da Quadra de Eventos (por essa incluída) até o

limite da fachada sul do Salão Paroquial (por esta incluída) e corta a Estrada Municipal Antônio Além Bergara (por esta incluída), entra na Servidão (por esta incluída apenas o lado par até o limite da segunda quadra). Continua pela Rua Santa Rosa (por esta incluída) e pela margem do Rio Roncador (por esta incluída) até o ponto de distribuição hidráulico, para então fechar na extremidade mais distante da ponte sobre o Rio Roncador. (ver Figura 81).

Figura 81 – Zona de Proteção ou Respeito

Fonte: Autora, 2020



Setor 1:

- Uso misto com gabarito de até 2 pavimentos com altura máxima de implantação de 8 metros;
- Afastamento frontal nulo, porém, obrigatoriedade de marquise cobrindo o passeio e afastamento lateral mínimo de 1,50 metros em casos de aberturas laterais e, em casos de empenas cegas, afastamento nulo;
- Não serão permitidos meios de publicidade, salvo placas de comércios sobre a entrada da loja.

Setor 2:

- Uso residencial unifamiliar e bifamiliar com gabarito de até 2 pavimentos com altura máxima de implantação de 8 metros;
- Afastamento frontal de 2 metros e afastamento lateral mínimo de 1,50 metros;
- Não serão permitidos cartazes ou outros meios de publicidade.

Setor 3:

- Área *non aedificande* e não serão permitidos cartazes ou outros meios de publicidade.

3.2.3 Zona de Proteção da Paisagem Urbana

A Zona de Proteção da Paisagem Urbana compreende a área que envolve o entorno imediato definido neste trabalho para a Capela de Santo Aleixo, que busca auxiliar na manutenção da ambiência do templo.

A poligonal inicia no primeiro lote do lado ímpar da Estrada Municipal Adam Blumer (por esta incluída), corta o Rio Roncador (por esta incluída) e a Rua Saquarema (por esta incluída) até a segunda quadra (por esta incluída). Corta a Servidão (por esta incluída) e segue até o fim do primeiro lote (por esta incluída), corta o Arco (por esta incluída) e segue até a Servidão (por esta incluída apenas o lado par). Continua pela Servidão até a Estrada Municipal Adam Blumer (por esta incluída apenas o lado ímpar) e até a Servidão (por esta incluída apenas o lado par). Continua até a Rua Santa Rosa (por esta incluída) e atravessa o Rio Roncador (por esta incluída) e atravessa a Estrada Adam Blumer, fechando a poligonal. (ver Figura 82).

Figura 82 – Zona Proteção da Paisagem Urbana

Fonte: Autora, 2020



Os parâmetros para intervenções futuras a serem realizadas nesta zona são:

- Uso residencial unifamiliar e bifamiliar;
- Gabarito de até 3 pavimentos com altura máxima de implantação de 12 metros;
- Afastamento frontal de 2 metros;
- Afastamento lateral mínimo de 1,50 metros.

3.3 Estratégias de gestão

Além da delimitação da Área de Entorno e da Área de Proteção e da definição de diretrizes, para o uso e ocupação do solo no entorno da Capela de Santo Aleixo, descritas no item anterior, também se faz relevante identificar outras diretrizes que podem auxiliar na gestão do espaço urbano em questão. Diante das análises realizadas no espaço, percebeu-se a necessidade de estabelecer instruções pontuais, além das definidas pelas poligonais de entorno.

Em face do disposto na Constituição Federal de 1988 e no Plano Diretor de Magé, pretende-se indicar as seguintes ações e medidas para a valorização do entorno da Capela de Santo Aleixo:

- a) Demolição da construção adjacente ao tempo (o Salão Paroquial). Para atender às necessidades da Igreja Católica, foi reservado um espaço mais afastado da Capela onde está prevista a construção de uma igreja para execução de cultos religiosos que a Capela não suporte. Para essa nova construção foi realizado um estudo de massa visando a proteção da ambiência da Capela de Santo Aleixo, onde: (1) deverá ser respeitada a altura máxima de implantação de 3,50m a partir da calçada em seu ponto mais baixo (poderá ser adotada a estratégia de “pavimento semi-enterrado” para aumentar o pé-direito); (2) deverá ser garantida a acessibilidade; (3) é vetado o uso de cores vibrantes para a pintura das paredes, dos elementos decorativos ou das esquadrias das fachadas; (4) é vetada a instalação

de cercas elétricas arames farpados ou similares; (5) deverão ser respeitados os afastamentos mínimos de 3,00m frontais, 10,00m da parte frontal da Capela de Santo Aleixo e 4,00m da parte dos fundos da Capela de Santo Aleixo. (ver Apêndice 3).

- b) Garantir que a construção em frente ao templo (a Quadra de Eventos) permaneça com seu caráter não coberto (cobertura removível apenas em eventos), que seu gradeamento sobre a balaustrada seja removido e parte dos quiosques demolidos, garantindo, assim, uma melhor ambiência para o templo.
- c) Desapropriação do terreno na lateral do templo (o Campo) por utilidade pública para atender funções sociais pertinentes à comunidade.
- d) Melhorias na mobilidade e acessibilidade da região adjacente ao templo.
- e) Substituir o sistema de distribuição de energia aéreo pela fiação subterrânea, para reduzir a poluição visual.

Em relação à construção em frente ao templo que, assim como o primeiro caso, interfere diretamente na percepção da Capela de Santo Aleixo, compreende-se que a remoção do gradeamento sobre a balaustrada e a demolição de parte dos quiosques seriam suficientes para melhorar a ambiência da Capela.

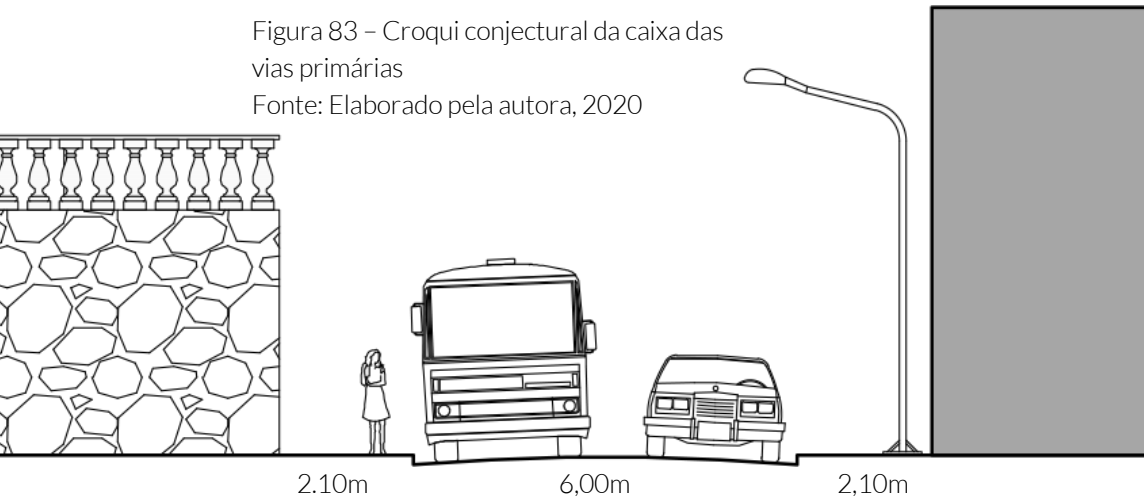
Já no caso do campo existente na lateral do templo, em que se propõe a desapropriação por utilidade pública, não são previstos nenhum tipo de compensação alternativa, uma vez que o espaço não é utilizado pela Igreja Católica e tampouco pela comunidade, necessitando apenas que a Prefeitura Municipal realize um pagamento de indenização em dinheiro justa e prévia, conforme estabelecido pela Constituição Federal (1988, p.14).

3.3.1 Mobilidade urbana

No que se refere às vias principais, pretende-se reduzir a caixa de rolamento de 7,50 metros para 6,00 metros, que abriga confortavelmente dois ônibus ou caminhões lado a

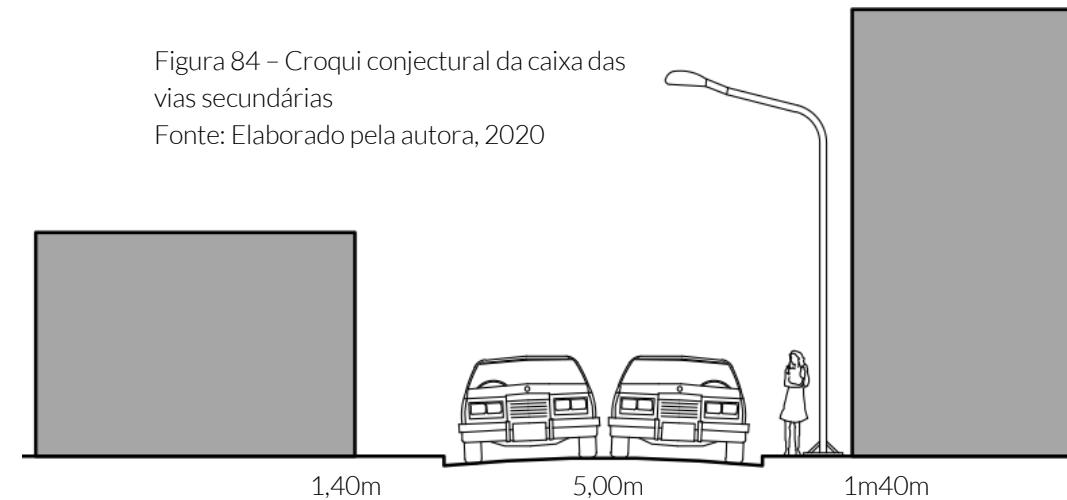
lado e irá proporcionar um passeio de qualidade aos pedestres com 2,10 metros, conforme pode ser observado na Figura 83 abaixo:

Figura 83 – Croqui conjectural da caixa das vias primárias
Fonte: Elaborado pela autora, 2020



Já nas vias secundárias, a caixa de rolamento será reduzida de 6,00 metros para 5,00 metros, proporcionando, desta forma, um passeio mais confortável de 1,40 metros, conforme pode ser observado na Figura 84.

Figura 84 – Croqui conjectural da caixa das vias secundárias
Fonte: Elaborado pela autora, 2020



Em todas as vias deverão ser inseridas faixas para travessia de pedestres em pontos estratégicos (em frente a ponto de ônibus, por exemplo) ou a cada 50,00 metros. Nas vias secundárias também será inserido em pontos estratégicos e a cada 50,00 metros baias de transpasse de 8,00 metros que acrescentem em, no mínimo, 1,50 metros a caixa de rolamento da via. Essas baias deverão ser inseridas em espaços entre unidades residenciais ou que não possuam residência naquele ponto, para não interferir no passeio de pedestres. Todas as calçadas deverão ser acessíveis para pessoas com deficiência, apresentando pavimentação

uniforme realizada em bloco intertravado em coloração única, sem desníveis e as faixas para travessia de pedestres serão no modelo “faixa elevada”⁹⁰, conforme pode ser observado na Figura 85 e Figura 86.

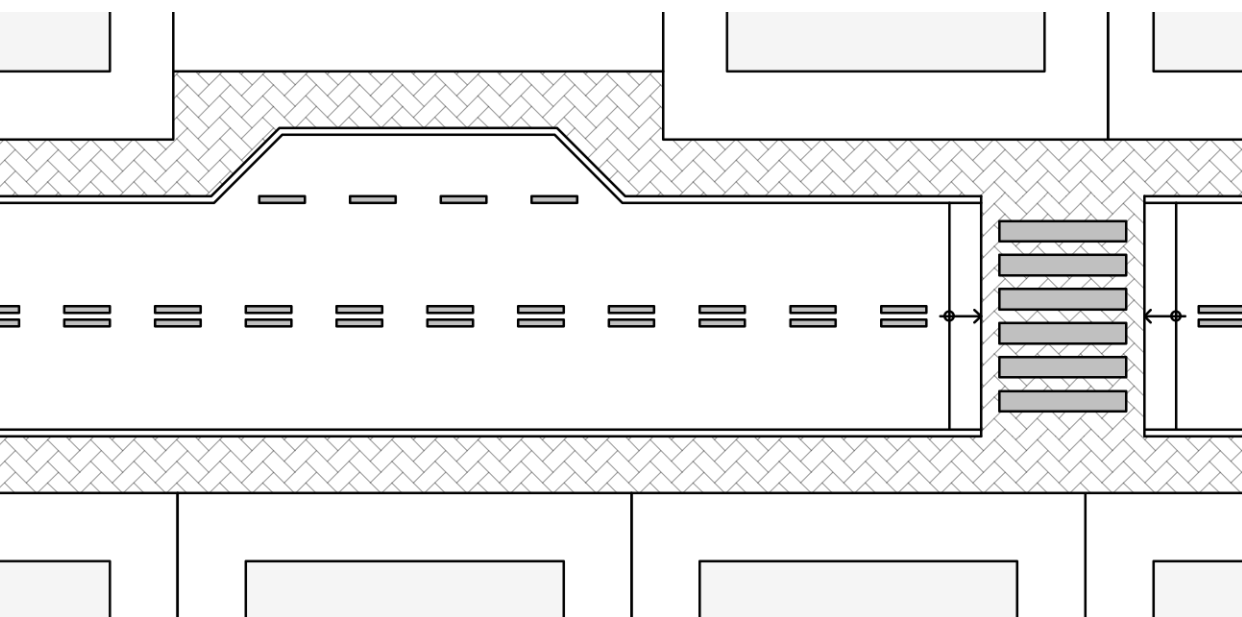


Figura 85 – Croqui conjectural das baias de transpasse
Fonte: Elaborado pela autora, 2020

⁹⁰ Quando a faixa de pedestre é elevada, através de rampas na baixa de rolamento, para o nível dos passeios. Desta forma, o pedestre não precisa vencer degraus ou rampas na travessia.

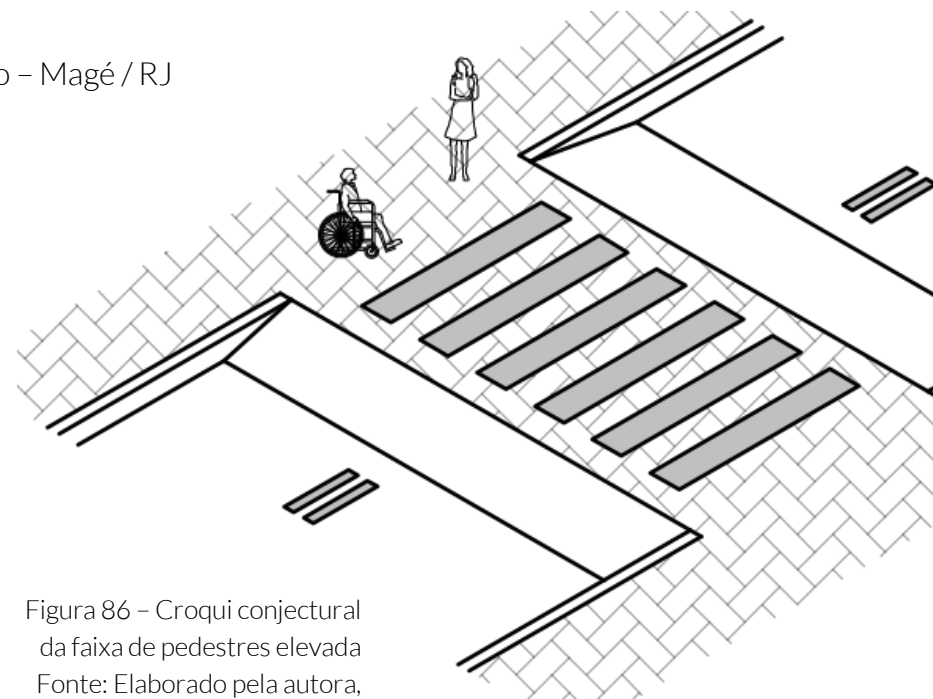


Figura 86 – Croqui conjectural da faixa de pedestres elevada
Fonte: Elaborado pela autora, 2020

Em nenhum trecho das vias dentro da zona de proteção será permitido o estacionamento de veículos. Nos trechos onde existirem as baias de transpasse, será permitido aos veículos, apenas parar para embarque/desembarque e carga/descarga.

O campo existente na lateral da Capela de Santo Aleixo onde foi proposta a desapropriação passará a funcionar como um estacionamento permeável para atender ao fluxo local, em que não será cobrado nenhum valor pelos órgãos competentes.

3.3.2 Engenhos publicitários e outros meios de poluição visual

Conforme estipulado pela Carta de Atenas (1931), recomenda-se que não sejam utilizados na Área de Entorno e na Área de Proteção outdoors ou outros engenhos publicitários, buscando preservar a ambiência da Capela de Santo Aleixo.

Recomenda-se, também, que todos os postes e linhas de transmissão sejam removidos da Área de Entorno e na Área de Proteção e a instalação necessária seja feita de forma subterrânea, mantendo-se apenas os postes destinados à iluminação com lixeiras, que deverão receber seu abastecimento subterraneamente.

Considerando as estratégias propostas, compreende-se que estas atuam de forma a reforçar o disposto no Plano Diretor de Magé, uma vez que promove a fruição, salvaguarda e conservação do patrimônio histórico, preserva a identidade do bairro, propõe estratégias de gestão do espaço em questão, auxilia no controle de interferência visual na envoltória e, conseqüentemente, auxilia no desenvolvimento do potencial turístico.

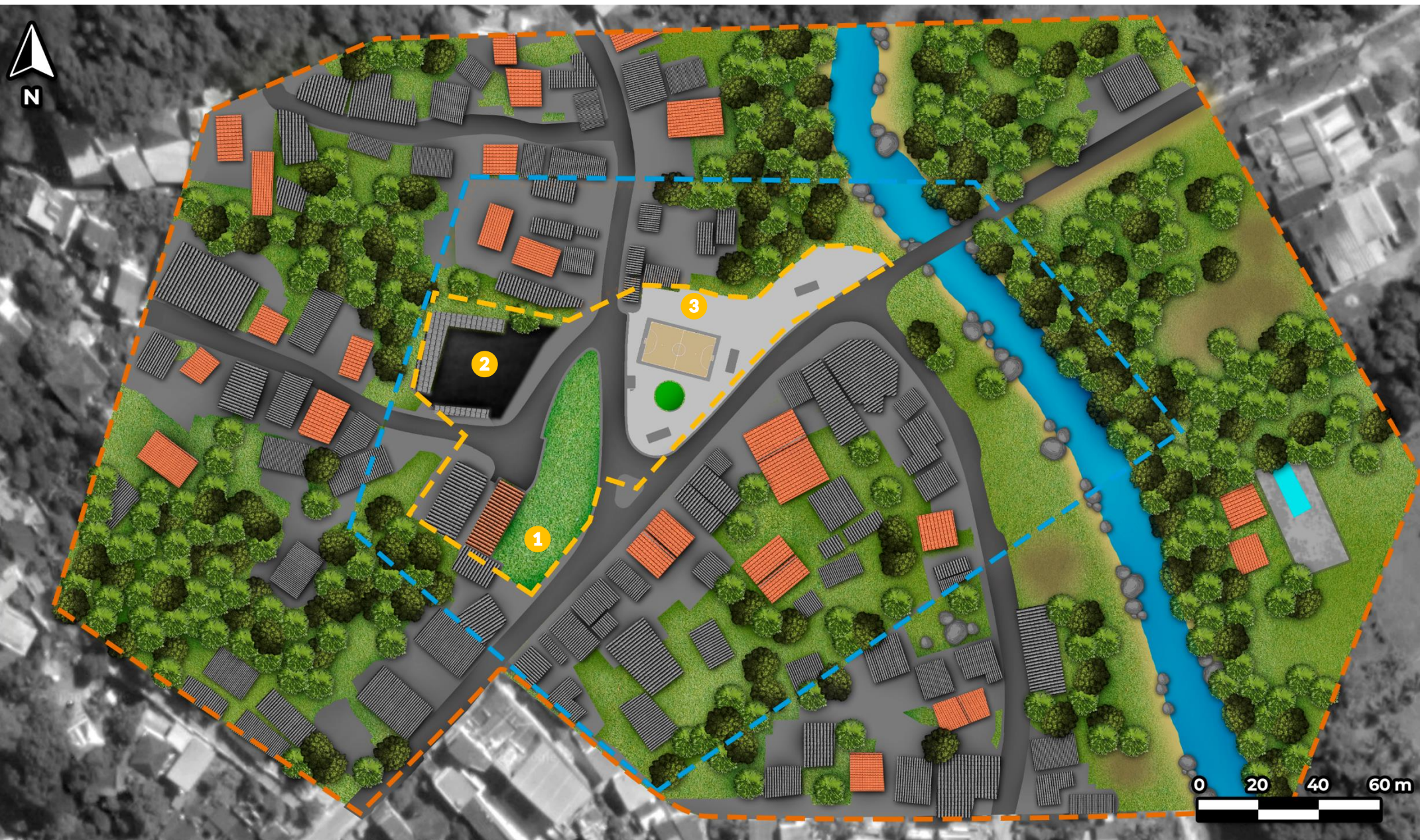
3.4 Estudo preliminar para projeto urbano

Foram identificados três espaços livres que influenciam na fruição e na ambiência da Capela de Santo Aleixo onde foram realizadas propostas de intervenção a partir de um estudo preliminar (Figura 87):

1. O Campo;
2. A Quadra de Eventos;
3. A Praça da Capela.

Figura 87 – Espaços livres para intervenção

Fonte: Elaborado pela autora, 2020



A Quadra de Eventos e a Praça da Capela estimulam o uso do ambiente envoltório da Capela pela comunidade; já o Campo, apesar de não possuir utilização pela comunidade, detém potencialidade para abrigar funções sociais que são carentes no entorno do templo. Ademais, os três ambientes possuem potencial para melhorar a ambiência e a fruição do templo.

3.4.1 O Campo

O Campo é o espaço que mais se associa com a Capela de Santo Aleixo, não apenas por sua proximidade física, mas também por sua permeabilidade visual e amplitude ao espaço adjacente. Essa relação na paisagem se manifesta através de uma unidade na paisagem urbana entre a Capela e o Campo, sendo importante a preservação dessa perspectiva.

Entretanto, a falta de função social do Campo aliada à falta de manutenção evidenciada pelo estado de conservação da balaustrada, que funciona como guarda-corpo, atribuem a

este um caráter estético de degradação, que interfere negativamente à ambiência da Capela de Santo Aleixo.

Assim, as seguintes intervenções foram propostas (ver Figura 88, Figura 89, Figura 90 e Apêndice 3):

1. Restauração da balaustrada existente em toda lateral do Campo;
2. Drenagem de todo o terreno;
3. Instalação de pavimentação em piso permeável para área externa resistente a cargas e que permita preenchimento com vegetação do tipo;
4. Marcação de vagas para estacionamento a fim de absorver a demanda da área de entorno a partir de preenchimento da pavimentação em brita;
5. Criação de espaço contemplativo na parte mais próxima a Praça da Capela;
6. Instalação de iluminação necessária para atender ao novo uso;
7. Inserção de paisagismo que não interfira na visibilidade da Capela de Santo.

A adoção da pavimentação ocorreu devido à necessidade de alta resistência a cargas para evitar adensamentos irregulares e possíveis surgimentos de poças no futuro. O sistema adotado também favorece o cultivo da vegetação rasteira, mesmo recebendo cargas, além de possibilitar uma demarcação natural em sua paginação, permitindo, dessa forma, regularizar as áreas de tráfego e de permanência. Para esse trecho, se recomenda a aplicação de *zoysia japonica*, conhecida como “grama esmeralda” ou similar, por sua alta resistência a incidência solar, baixa manutenção e resistência ao atrito.

Optou-se pela iluminação realizada através de balizadores em meia altura (90cm) sempre próximos aos balaústres e a vegetação para que estes não interfiram na paisagem urbana, porém proporcionem iluminação para o ambiente.

Buscando reduzir quaisquer impactos visuais causados pela presença de carros na paisagem urbana do templo, optou-se por inserir um cinturão verde ao redor da balaustrada, através de uma vegetação arbustiva de baixa

densidade e altura. Nesse sentido, se recomenda a instalação de *dietes bicolor*, conhecida como “moréia” ou similar, por sua facilidade de cultivo, baixa manutenção, resistência a incidência solar e altura (que pode alcançar entre 40cm a 90cm) mantendo-se, desta forma, sempre abaixo da balaustrada e não interferindo na visibilidade da Capela de Santo Aleixo.

Na parte dos fundos do campo, optou-se por uma vegetação mais alta e densa, uma vez que não causaria interferência na visão do templo e permitiria disfarçar o anexo construído aos fundos do templo. Para esse trecho, se recomenda a *dypsis lutescens*, conhecida como “palmeira-areca” em conjunto com outras árvores que possuam baixa manutenção, resistência a incidência solar e rápido crescimento, podendo chegar a 3,5 metros de altura.

Figura 88 – Estudo Proposta de intervenção para o estacionamento
Fonte: Elaborado pela autora, 2020



Figura 89 – Perspectiva da proposta de intervenção para o estacionamento com vista de voo de pássaro
Fonte: Elaborado pela autora, 2021



Figura 90 – Perspectiva da proposta de intervenção para o estacionamento vista do alto da Praça da Capela
Fonte: Elaborado pela autora, 2021



3.4.2 A Quadra de Eventos

Quadra de Eventos é um espaço bastante utilizado pela comunidade e a intervenção proposta busca potencializar esse uso, proporcionando mais funcionalidade e qualidade, além de aumentar a permeabilidade visual e, dessa forma, aproximar seus usuários da Capela de Santo Aleixo.

Como costuma receber shows, apresentações, festivais e afins, a intervenção proposta buscou fornecer a infraestrutura necessária para que esses eventos possam continuar acontecendo. Para isso, desenvolveu-se o seguinte Programa de Necessidades:

1. Palco coberto para apresentações e afins;
2. Camarim para atender ao palco;
3. Depósito para equipamentos de apresentações;
4. Sanitários (feminino e masculino com cabine acessível);
5. Quiosques;
6. Depósito de material geral para a Quadra de Eventos;

7. Enfermaria/primeiros socorros;
8. Atendimento ao público.

Assim, as seguintes intervenções foram propostas (ver Figura 91, Figura 92, Figura 93 e Figura 94 e Apêndice 3):

1. Demolição dos quiosques da frente da quadra, para permitir visibilidade a Capela de Santo Aleixo e construção de espaço para demais itens do Programa de Necessidades elaborado;
2. Restauração da balaustrada existente em toda lateral da Quadra de Eventos;
3. Remoção da grade existente sobre a balaustrada;
4. Drenagem de todo o terreno;
5. Instalação de pavimentação em bloco intertravado;
6. Inserção de paisagismo que não interfira na visibilidade da Capela de Santo Aleixo;
7. Instalação de iluminação necessária;
8. Possibilidade de cobrir o espaço quando necessário.

A remoção da grade sobre a balaustrada favorece a permeabilidade visual do espaço e diminui a poluição visual, assim como a demolição dos quiosques na parte frontal da quadra e concentração das construções nos fundos. Já o Atendimento ao Público e a Enfermaria foram disponibilizados na parte frontal da quadra, buscando oferecer melhor acesso e conforto aos usuários. A fim de garantir a mínima interferência na paisagem, adotou-se um pé direito baixo para todas as construções no espaço.

Para a pavimentação, a remoção do asfalto existente e a regularização em conjunto com a instalação de blocos intertravados melhoram as condições de acessibilidade da quadra.

Optou-se pela iluminação realizada através de postes com 250cm de altura em locais estratégicos, além de holofotes no palco e arandelas nas construções.

Para os canteiros, optou-se por vegetação arbustiva de baixa densidade e altura, para que não haja interferência na

visão do templo ou da própria Quadra de Eventos. Nesse sentido, se recomenda a instalação de *dietes bicolor*, conhecida como “moréia”, *spathiphyllum wallisii*, conhecida como “lírio da paz”, ou similares, por sua facilidade de cultivo, baixa manutenção, resistência a incidência solar e altura (que pode alcançar entre 40cm a 90cm). Também podem entrar na composição vegetações arbustivas que alcancem uma altura um pouco maior, porém de forma que não comprometa a visibilidade do bem cultural.

Pensando em eventos durante o dia ou até mesmo em casos de chuva, optou-se por uma cobertura tensionada, que pode ser colocada apenas nos momentos necessários não comprometendo, desta forma, a visibilidade do templo. Para fixar a cobertura tensionada, serão dispostos nos postes de iluminação e até mesmo nas construções estruturas para sua instalação.

Não foram adotados mobiliários fixos, pensando na versatilidade de eventos que o espaço recebe.

Figura 91 – Estudo Proposta de intervenção para a quadra de eventos
 Fonte: Elaborado pela autora, 2021



COBERTURA
 TENSIONADA
 REMOVÍVEL

COMPOSIÇÃO
 VEGETATIVA COM
 "MORÉIA", ENTRE OUTRAS.

- 01 Palco para apresentações
- 02 Camarim
- 03 Depósito
- 04 Sanitários
- 05 Quiosques
- 06 Depósito
- 07 Enfermaria
- 06 Atendimento ao público

POSTES PARA
 ILUMINAÇÃO

PAVIMENTAÇÃO
 EM BLOCO
 INTERTRAVADO



Figura 92 – Perspectiva da proposta de intervenção para a quadra de eventos com vista voo de pássaro
Fonte: Elaborado pela autora, 2021



Figura 93 – Perspectiva da proposta de intervenção para a quadra de eventos vista do telhado da Capela de Santo Aleixo
Fonte: Elaborado pela autora, 2021



Figura 94 – Perspectiva da proposta de intervenção para a quadra de eventos
Fonte: Elaborado pela autora, 2021



3.4.3 A Praça da Capela

A Praça da Capela, após a intervenção realizada em 2018, apresentou melhorias no que se refere a atender às necessidades da comunidade. Porém, a falta de sombreamento e de espaços de espera continua sendo um problema que dificulta o total aproveitamento do espaço. A intervenção proposta busca melhorar a qualidade e funcionalidade do espaço oferecido, tendo em vista os usos necessários pela comunidade observados durante este estudo.

A alta frequência no uso da quadra de areia construída destaca a necessidade de manter um espaço voltado para prática de esportes no ambiente. Porém, a falta de sombreamento dificulta o uso dos demais espaços. A ausência de assentos e espaços pensados para descanso também se tornaram um problema, que fica evidente na recorrência de pessoas com cadeiras de praia no espaço.

Tendo isso em vista, a proposta de intervenção buscou aumentar a área de sombreamento, trazendo sombras geradas por elementos vegetativos, além de aumentar os assentos disponíveis, dando opções entre bancos lineares e mesas com bancos individuais.

Pensando no espaço para prática de esportes, a opção de uma quadra de areia ocorreu pela fácil manutenção e alta durabilidade. Optou-se por instalar um alambrado com 3 metros de altura para aperfeiçoar a dinâmica das atividades e também proteger o público ao redor. Visto a quantidade de pessoas que permanecem observando as atividades praticadas, se optou também por inserir bancos no estilo arquibancada de forma paralela à quadra.

Para a área de recreação infantil, buscou-se equipamentos que atendam diversas idades, utilizando o ferro e a madeira para o assento, e posicionados de forma a proteger os mais novos do tráfego urbano.

No que se refere à mobilidade urbana, previu-se a instalação de bicicletários no espaço. Para os mobiliários, optou-se por materiais que ofereçam baixa manutenção: para os bancos e mesa, são propostas estruturas em concreto com revestimento do assento em madeira.

Pensando na iluminação, propõe-se que seja feita através de postes iluminados com a instalação elétrica subterrânea atendendo todo o espaço. Em cada poste deve ser instalada uma lixeira, para garantir a limpeza do espaço.

Também se pensou em um espaço contemplativo mais próximo à margem do rio – local onde hoje é observada a maior concentração de pessoas, devido aos bares instalados do outro lado da rua –, com uma fonte e maior oferta de espaços de descanso.

Pensando no conforto térmico, buscou-se oferecer sombreamento por elementos vegetativos em todo o espaço.

A adoção de grande parte do espaço coberto por vegetação rasteira busca estimular o contato da população com o meio ambiente, bem como trazer mais conforto e aproximação ao ambiente. Para isso, propõe-se forrações macias e de fácil manutenção, como a “*zoysia japônica*”, conhecida como grama esmeralda, por sua alta resistência ao pisoteio, alta resistência á seca, baixa exigência nutricional e crescimento lento. Para o sombreamento, recomenda-se árvores como “*tecoma stans*”, conhecida como “ipê-de-jardim” e “*magnólia spp*”, conhecida como “magnólia”, pela baixa queda de folhas, ausência de frutos e altura moderada.

Uma vez que o comércio local se concentra no entorno imediato da praça e dispõe de bares, restaurantes, padarias, sorveterias, mercados, açougues, papelaria, bazares e afins, optou-se por não inserir, dentro do espaço reservado para a praça, nenhum tipo de comércio, favorecendo, dessa forma, o comércio local existente.

Apesar de se optar pela presença de vegetação rasteira na maior parte da praça, foram pensados passeios em bloco intertravado no estilo 'jardim romântico' para dar alternativa àqueles que não gostem de pisar na grama, embora o objetivo seja estimular o contato com a área verde (ver Figura 95, Figura 96, Figura 97, Figura 98, Figura 99, Figura 100, Figura 101, Figura 102 e Apêndice 3).

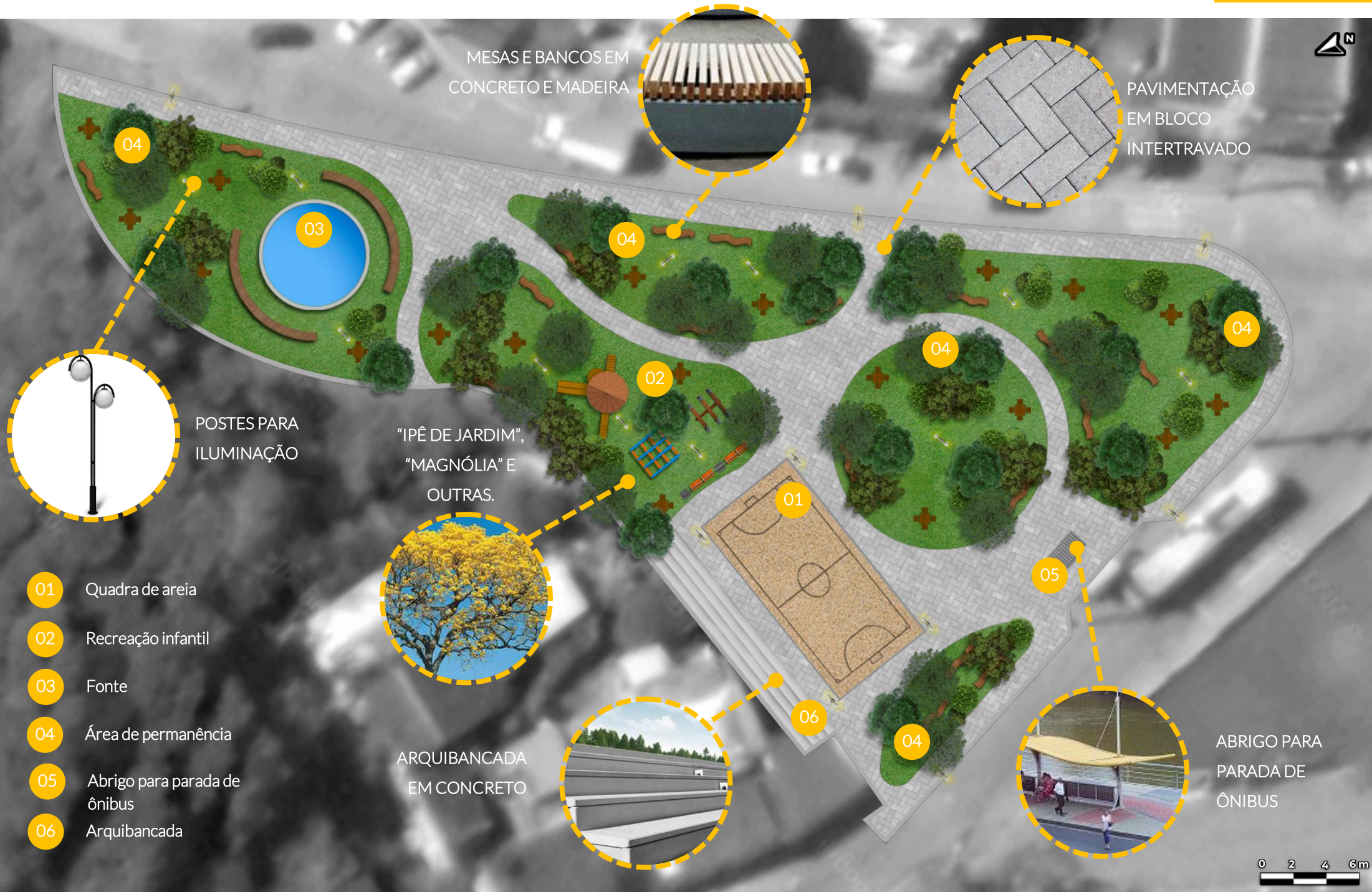


Figura 96 – Perspectiva da proposta de intervenção para a Praça da Capela com vista voo de pássaro
Fonte: Elaborado pela autora, 2021



Figura 97 – Perspectiva da proposta de intervenção para a Praça da Capela vista do estacionamento
Fonte: Elaborado pela autora, 2021



Figura 98 – Perspectiva da proposta de intervenção para a Praça da Capela vista da ponte
Fonte: Elaborado pela autora, 2021.



Figura 99 – Perspectiva da proposta de intervenção para a Praça da Capela vista para a área de recreação infantil
Fonte: Elaborado pela autora, 2021



Figura 100 – Perspectiva da proposta de intervenção para a Praça da Capela vista para a quadra de areia
Fonte: Elaborado pela autora, 2021

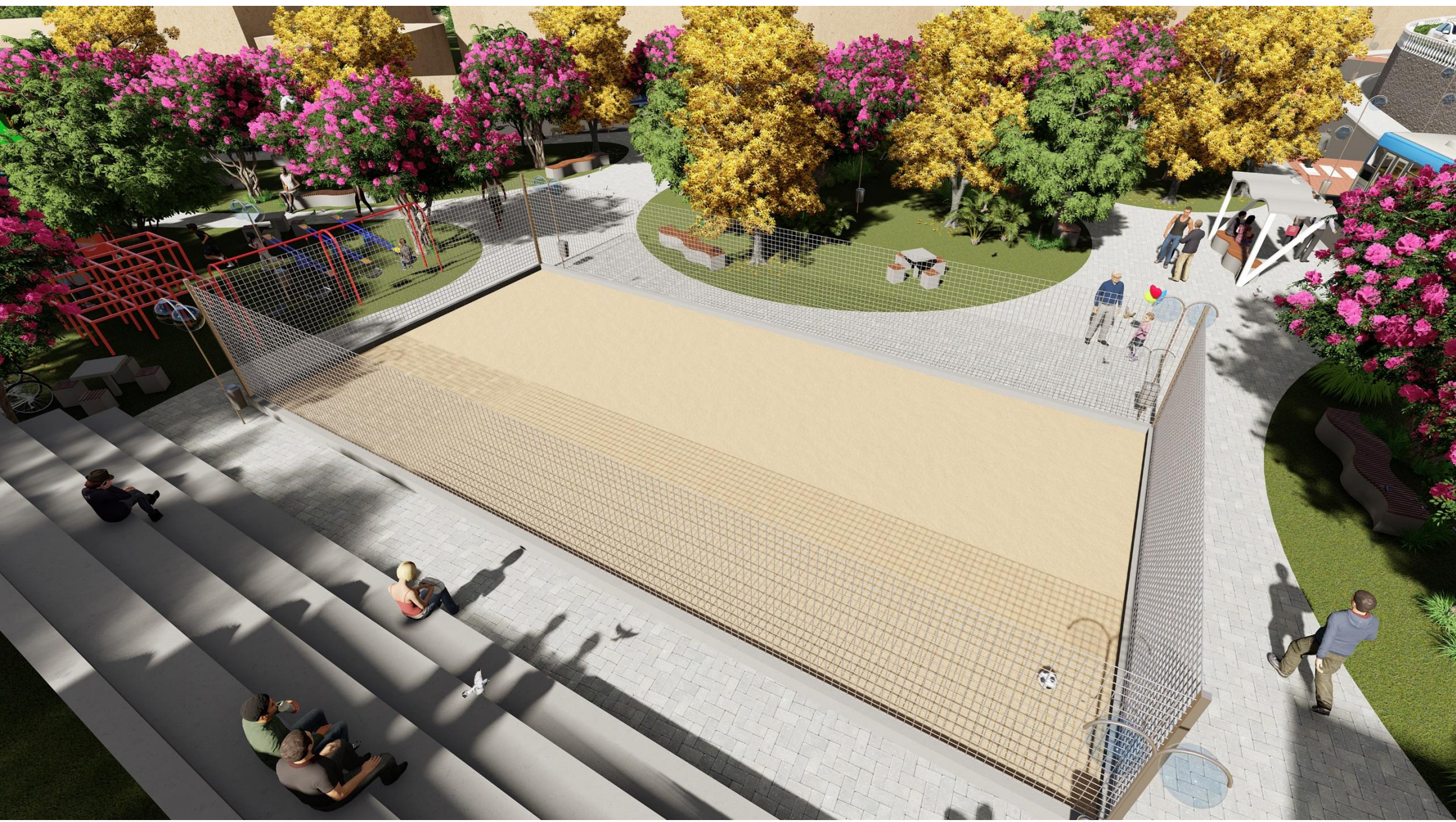


Figura 101 – Perspectiva da proposta de intervenção para a Praça da Capela vista para a quadra de areia e Capela
Fonte: Elaborado pela autora, 2021



Figura 102 – Perspectiva da proposta de intervenção para a área de entorno da Capela de Santo Aleixo com vista de voo de pássaro

Fonte: Elaborado pela autora, 2021



Considerações finais

Este trabalho possuiu como objetivo elaborar um projeto de conservação urbana que atendesse as particularidades inerentes à proteção e valorização da ambiência da Capela de Santo Aleixo, protegida pelo tombamento estadual desde 1984.

O entorno do bem cultural é onde se consolida sua ambiência, através da experimentação de lembranças e sensações proporcionadas ao indivíduo pelo lugar em que o monumento está inserido.

Isso torna a relação entre o entorno e o bem cultural mutuamente benéfica, em que o espaço urbano pode promover a fruição e reforçar o significado do monumento. Por sua vez, o monumento pode proporcionar vitalidade e qualificar o espaço urbano.

Dessa forma, a análise realizada no entorno do bem edificado permitiu identificar a degradação do espaço urbano adjacente à Capela de Santo Aleixo, que foi ocasionada pela sobreposição de processos de ocupação

sem planejamento – realizado principalmente através de ocupações irregulares – associadas à falta de dispositivo legal ou regulamentação específicos voltados ao controle do uso e da ocupação urbana de entornos de bens culturais. Esses cenários, além de interferirem negativamente na população local, também interferem na fruição, ambiência e nos valores do bem cultural edificado.

Dessa forma, foi possível elaborar um projeto de conservação urbana, no qual fossem estabelecidos parâmetros, diretrizes e outras soluções, baseados nos aspectos analisados no Capítulo 1 – sobre o contexto histórico do bem cultural – e no Capítulo 2 – na revisão bibliográfica acerca da conservação de entornos de bens edificados que valorizam o monumento edificado, garantem a sua fruição, a manutenção da sua ambiência e reforçam sua significação para a população local. Logo, considera-se que o objetivo do trabalho tenha sido atingido.

Com isso, espera-se que ocorram desdobramentos desta pesquisa. Percebe-se que existem outras áreas de entorno dentro do município de Magé – como a Estação Guia de Pacobaíba, por exemplo – que também deveriam ser analisadas a partir de uma mesma abordagem, caso a caso, com o intuito de elaborar novas propostas que possam vir a conservar os demais bens culturais do município.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Eneida de. MetrÓpole e memória: a origem das práticas de conservação. **arq.urb**, São Paulo, v. 2, p. 115-138, 2009. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-26042010-150955/publico/08.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2020.

BECHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical**. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204210/4101387/pereira_passos_haussmann_carioca.pdf. Acesso em: 23 fev. 2020.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

BOITO, Camillo. **Os restauradores [1884]**. Tradução de Paulo Mugayar Kühl e Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

BORGES, Célia. Patrimônio e Memória Social: a Formação da Política de Preservação de Bens. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, MG, v. 5, n. 2, p. 113-125, 1999. Disponível em:

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20494/10913>. Acesso em: 23 fev. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/constituicao1988.html/arquivos/ConstituicaoTextoAtualizado_EC%20105.pdf. Acesso em: 17 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 23 fev. 2020.

BRITTO, Ana Lucia; QUINTSLR, Suyá; PEREIRA, Margareth da Silva. Baixada Fluminense: dinâmicas fluviais e sociais na constituição de um território. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 39, n. 81, p. 47-70, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v39n81/1806-9347-rbh-1806-93472019v39n81-03.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2020.

CABRAL, Renata Campello. **A noção de "ambiente" em Gustavo Giovannoni e as leis de tutela do patrimônio cultural na Itália**. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo,

São Paulo, 2013. Disponível em:
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-25062014-093621/publico/Renatacorrigida.pdf>.
Acesso em: 23 fev. 2020.

CABRAL, Renata Campello. A dimensão urbana do patrimônio na Carta de Atenas de 1931. As contribuições da delegação italiana. **Arquitextos** [online], São Paulo, ano 15, n. 179.04, Vitruvius, maio 2015. Disponível em:
<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.179/5531>. Acesso em: 22 fev. 2020.

CARVALHO, Sílvia Scoralich. Zoneamento para o Ambiente Cultural do município de Magé/RJ. Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades. Tupã, SP, v. 5, n. 33, p. 78-91, 2017. Disponível em:
http://amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/gerenciamento_de_cidades/article/download/1606/1593.
Acesso em: 19 fev. 2020.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas. **FORUM PATRIMÔNIO: ambiente construído e patrimônio sustentável**, Belo Horizonte, MG, v. 1, n. 1, p. 9-31, 2007. Disponível em:
<https://pdfs.semanticscholar.org/f758/1f6c8699cee6247a9def22f1cbcbc376d19b.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2020.

CHOAY, Françoise. A propósito de culto e de monumentos. *In*: RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem** [1903]. Goiânia, GO: Ed. da UCG, 2006. p. 7-17.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio [1925]**. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2017.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia [1965]**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2018.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETURA MODERNA. Carta de Atenas, Atenas: 1933. *In*: CURY, Isabelle (Org.). **Cartas Patrimoniais [1995]**. 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento [1955]**. São Paulo: Pini, 1990. Disponível em:
https://www.academia.edu/14830084/Introdu%C3%A7%C3%A3o_ao_desenho_urbano_Vicente_Del_Rio. Acesso em: 22 mar. 2020.

ESCRITÓRIO INTERNACIONAL DOS MUSEUS SOCIEDADE DAS NAÇÕES. Carta de Atenas, Atenas: 1931. *In*: CURY, Isabelle (Org.). **Cartas Patrimoniais [1995]**. 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

FADEL, Simone. **Meio Ambiente, Saneamento e Engenharia no período do Império a Primeira República:** Fábio Hostílio de Moraes Rego e a Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-16072007-123431/publico/TESE_SIMONE_FADEL.pdf. Acesso em: 29 abr. 2020.

FELÍCIO, Nilceanne Nogueira Lima. A fábrica de tecidos Todos os Santos: trabalho e nação na segunda metade do século XIX (Valença – Bahia). *In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA*, 8., 2016, Bahia. **Anais [...]**. Bahia: 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.bahia.anpuh.org/resources/anais/49/1469839173_ARQUIVO_TextoNilceanneFelicioAnpuh2016.pdf. Acesso em: 02 mar. 2020.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. São Paulo: Cultrix, 1986.

FIGUERÊDO, Maria Aparecida. Gênese e (re)produção do espaço da Baixada Fluminense. **Revista geo-paisagem (online)**, n. 5, 2004. Disponível em: <http://www.feth.ggf.br/baixada.htm>. Acesso em: 31 mar. 2020.

FIGUEIREDO, Joana Lima. **Fábrica de Santo Aleixo:** Magé, Arte e Patrimônio da Industrialização (1847 – 1979). Dissertação (Mestrado em Ciência da Arte) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2008. Disponível em: http://www.artes.uff.br/dissertacoes/2008_joana_lima_figueiredo.pdf. Acesso em: 23 fev. 2020.

FINGER, Anna Eliza. **Um século de estradas de ferro: arquiteturas das ferrovias no Brasil entre 1852 e 1957.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/texto_especializado_anna_finger_tese_doutorado_com_capa.pdf. Acesso em: 07 abr. 2020

FLORES, Joaquim. Planos de Salvaguarda e Reabilitação de «Centros Históricos» em Portugal. *In: ENCONTRO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS COM CENTRO HISTÓRICO*, 8., 2003, Porto, PT. **Anais [...]**. Porto, PT: 2003. Disponível em: https://www.academia.edu/799997/Planos_de_Salvaguarda_e_Reabilita%C3%A7%C3%A3o_de_Centros_Hist%C3%B3ricos_em_Portugal?auto=download. Acesso em: 22 fev. 2020.

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

[FUNDREM]. **Inventário dos Bens Culturais do Município de Magé**. Rio de Janeiro, 1984.

HASSARD, Frank. Towards a new vision of restoration in the context of global change. **Journal of the Institute of Conservation**. Londres, UK, 32:2, 2009, p. 149-163. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/19455220903059842>. Acesso em: 10 jul. 2020.

ICOMOS – International Council of Monuments and Sites, 1964. Carta de Veneza, Veneza: 1964. In: CURY, Isabelle (Org.). **Cartas Patrimoniais [1995]**. 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1971. Compromisso de Salvador, Salvador: 1971. In: CURY, Isabelle (Org.). **Cartas Patrimoniais [1995]**. 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

ICOMOS – International Council of Monuments and Sites, 2005. Xi'an, China. **Declaração de Xi'an sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do patrimônio cultural**. ICOMOS/BRASIL 2006. Disponível em: <https://www.icomos.org/xian2005/xian-declaration-por.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2020.

ICOMOS – International Council of Monuments and Sites, 2008. Québec, Canadá. **Declaração de Québec**

sobre a preservação do “*Spiritu loti*”. Disponível em: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf. Acesso em: 10 jul. 2020.

ICOMOS – International Council of Monuments and Sites, 2011. Paris, França. **Princípios de La Valletta para a Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos**. Disponível em: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/Valletta_Principles_Portugese.pdf. Acesso em: 10 jul. 2020.

JULIÃO, Raquel Manna. Memória e interdiscurso no urbanismo. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, MG, v. 12, n. 16, p. 9-24, 2011. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2011v12n16p9/2664>. Acesso em: 23 fev. 2020.

KIDDER, Daniel Parrish; FLETCHER, James Cooley. **O Brasil e os Brasileiros [1867]**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/289/1/205%20T1%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2020.

KUHL, Beatriz Mugayar (Org.). **Gustavo Giovannoni: textos escolhidos**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013.

KUHL, Beatriz Mugayar. A restauração de monumentos históricos na França após a Revolução. **Revista CPC**, São Paulo, n. 3 p. 110-144, 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15601/17175>. Acesso em: 22 fev. 2020.

LEAL, Thaliane de Andrade. **O entorno de monumentos e a conservação urbana: uma contribuição para a integridade**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/16554/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20-%20Thaliane%20de%20Andrade%20Leal.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2020.

LIMA CARLOS, Claudio Antônio Carlos. Arquitetura de ferro do Rio de Janeiro: mobilidade posta à prova. **ARQUISUR**, Santa Fé, AR, n. 3, v. 3, p. 92-105, 2013. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.unl.edu.ar/publicaciones/index.php/ARQUISUR/article/view/943/1413>. Acesso em: 15 maio 2020.

LIMA CARLOS, Claudio Antônio Carlos. E se Camillo Sitte visitasse o Rio de Janeiro? **Revista CPC**, São Paulo, n. 22, p. 92-117, 2016. Disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/download/119482/122082/>. Acesso em: 23 fev. 2020.

LIMA CARLOS, Claudio Antônio Carlos. **Cuadro de la conservación de áreas urbanas de Río de Janeiro: El caso de la zona portuaria**. Moldova: Editorial Académica Española, 2017. Disponível em: <https://www.academia.edu/36139111/978-3-659-08521-5.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2020.

MAGÉ [município]. **Lei nº 1.021, de 28 de agosto de 1991**. Institui o Código de Zoneamento do Município de Magé.

MAGÉ [município]. **Lei Complementar nº 16, de 4 de junho de 1992**. Dispõe sobre a política urbana do município, institui o Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

MARCHON, Tainá. **Capela de Santo Aleixo: projeto de revitalização e restauração**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, 2017.

MASSUCATE, Yvone Archanjo. O Papel do IPHAN na Construção da Brasilidade. *In*: SIMPÓSIO DO LABORATÓRIO DE HISTÓRIA POLÍTICA E SOCIAL, 1., 2007, Juiz de Fora, MG. **Anais [...]**. Juiz de Fora, MG: LAHPS, 2007. Disponível em:

<http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-7a9.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2020.

MATOS, Odilon Nogueira de. Evolução das vias de comunicação do Estado do Rio de Janeiro. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 3, p. 51-75, 1949. Disponível em: <https://agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/viewFile/1410/1270>. Acesso em: 29 abr. 2020.

MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. Associativismo recreativo e formação de identidades: elementos construtivos de uma cultura fabril. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, Florianópolis, SC, n. 17, p. 171-187, 2009. Disponível em: http://www.anpuh-sc.org.br/revfront_17%20pdfs/art9_format_associativ_juçara.pdf. Acesso em: 2 maio 2020.

MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. Interfaces da História: industriais, trabalhadores e Estado. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: UNPUH, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300868909_ARQUIVO_Anpuh_2011.pdf. Acesso em 2 maio 2020.

MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. Um complexo de redes bem tecido:

os tecelões da fábrica Santo Aleixo e suas relações para além do local de trabalho. **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, SC, n. 10, v. 5, p. 163-182, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2013v5n10p163/26757>. Acesso em: 03 mar. 2020.

MELLO JÚNIOR, Antônio de Oliveira. **O significado e o uso do conceito de autenticidade na preservação do patrimônio edificado**. Os paradigmas de Brasília e Ouro Preto. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/td_e-17022017-093547/publico/antoniooliveira.pdf. Acesso em: 16 mar. 2020.

MOTTA, Lia; THOMPSON, Analucia. **Entorno de bens tombados**. Série Pesquisa e Documentação. Rio de Janeiro: IPHAN, 2010. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc4_EntornoBensTombados_m.pdf. Acesso em: 24 fev. 2020.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da república. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge Luis (Org.). **Brasil Republicano**: Estado, sociedade civil e

cultura política. O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4, 2013. p. 14-44. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/57577577/os-cenarios-da-republica-o-brasil-na-vir>. Acesso em: 12 maio 2020.

NORBERG-SCHULZ, Christian. “O fenômeno do lugar” [1976]. In: NESBITT, Kate (Org.). **Uma nova agenda para arquitetura**. Antologia teórica 1965-1995. São Paulo, Cosac Naify, 2006.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Normas de Quito, Quito: 1967. In: CURY, Isabelle (Org.). **Cartas Patrimoniais [1995]**. 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

PANERAI, Philippe. **Análise Urbana [1999]**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2006. Disponível em: https://www.academia.edu/35667136/ANALISE_URBANA_-_PHILIPPE_PANERAI. Acesso em: 22 mar. 2020.

PAZIANELLI LEITE, Andressa. **Projeto de reabilitação do entorno do Convento de São Bernardino do Sena em Angra dos Reis**. Dissertação (Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

PIZARRO E ARAÚJO, José de Souza Azevedo. **Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do estado do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, v. 3, 1820. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182898>. Acesso em: 29 mar. 2020.

PORTELLA, Eduardo. **A Varíola em Magé 1913**: memória apresentada à Inspeção Geral de Higiene do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. Aurora S. Pedro, 2013, 1913. Disponível em: http://repositorio.im.ufrj.br:8080/jspui/bitstream/1235813/92/1/A_Variola_em_Mage_1913.PDF. Acesso em: 28 abr. 2020.

QUATREMÈRE DE QUINCY, Antoine. **Cartas a Miranda [1796]**. Organização, tradução e apresentação de Paulo Mugayar Kühl e Beatriz Mugayar Kühl. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2016.

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. Imbricações entre o rural e o urbano e seus desdobramentos no mundo do trabalho: o caso da fazenda São José da Cachoeira. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal, RN. **Anais [...]**. Natal, RN: UNPUH, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371348511_ARQUIVO_FelipeAugustodosSantosRibeiro-TextoCompleto.pdf. Acesso em: 20 fev. 2020.

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. **A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973)**. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/14215/TESE%20-%20Felipe%20Ribeiro%20-%20A%20FOICE%2c%20O%20MARTELO%20E%20UTRAS%20FERRAMENTAS%20DE%20A%2c%27%2c%27%20POL%2c%27%27TICA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 maio 2020.

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. Apontamentos sobre a indústria têxtil fluminense no contexto pós Segunda Guerra Mundial: padrões e peculiaridades de fábricas com vila operária. **Espaço e Economia (online)**, n. 12, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/pdf/3269>. Acesso em: 07 abr. 2020.

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. Luta pela terra ao longo do caminho: a construção da estrada Santo Aleixo-Piabetá e as mobilizações dos trabalhadores rurais no município de Magé/RJ. **Tempos Históricos**, Cascavel, PR, v. 22, p. 256-295, 2018. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/20703/14076#>. Acesso em: 29 abr. 2020.

RIBEIRO, Felipe; MARCHON, Tainá; LIMA, Vagner. **Capela do Povo: 175 Anos de História e Devoção a Santo Aleixo**. Magé, RJ: Kirios, 2018.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem** [1903]. Tradução de Werner Rothschild Davidsohn e Anat Falbel. São Paulo: Perspectiva, 2014.

RIO DE JANEIRO [estado]. **Decreto-Lei nº 2, de 11 de abril de 1969**. Define os Bens Integrantes do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Estado da Guanabara e institui medidas para a sua proteção. Disponível em: http://www.inepac.rj.gov.br/application/assets/img/site/LeislacaoEstadual_11out05.pdf. Acesso em: 29 mar. 2020.

RIO DE JANEIRO [município]. **Lei Complementar nº 16, de 4 de junho de 1992**. Dispõe sobre a política urbana do município, institui o Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, e da outras providências. Disponível em: https://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/2ed241833abd7a5b8325787100687ecc/758414dfee085d47032577220075c7e4?OpenDocument#_Section2. Acesso em: 10 jul. 2020.

RIO DE JANEIRO [estado]. **Lei nº 509, de 3 de dezembro de 1981**. Dispõe sobre o Conselho Estadual de Tombamento e dá outras providências. Disponível em:

http://www.inepac.rj.gov.br/application/assets/img/site/LegislacaoEstadual_11out05.pdf. Acesso em: 29 mar. 2020.

RIO DE JANEIRO [estado]. **Constituição do Estado do Rio de Janeiro**. Disponível em: https://www.tce.rj.gov.br/documents/10192/14197/Constitui%C3%A7%C3%A3o_Estadual_MAIO_2016.pdf. Acesso em: 29 mar. 2020.

RIO DE JANEIRO [estado]. **Decreto nº 23.055, de 16 de abril de 1997**. Dispõe sobre a Tutela do Patrimônio Cultural do Estado. Disponível em: http://www.inepac.rj.gov.br/application/assets/img/site/LegislacaoEstadual_11out05.pdf. Acesso em: 29 mar. 2020.

RODRIGUES, Helio Suêvo. **A formação das estradas de ferro no Rio de Janeiro: o resgate de sua memória**. Rio de Janeiro: Memória do Trem, 2004.

ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da Cidade [1966]**. Tradução de Eduardo Brandão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. **Preservação e restauro urbano. Teoria e prática de intervenção em sítios industriais de interesse cultural**. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo)

– Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-11052010-171008/publico/MRufinoni_Tese_Doutorado_2009.pdf. Acesso em: 22 fev. 2020.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Magé na crise do escravismo: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850 - 1888)**. Dissertação (Mestrado História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1994. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/academico/media/aluno/538/projeto/Dissert-antonio-carlos-juca-de-sampaio.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2020.

SANTOS, Renato Peixoto dos. **A Saga dos Ullmann: história da cidade de Magé (de 1870 - 1950)**. Rio de Janeiro: Editora Jornal da Cidade, 1988.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **A Cidade como um Jogo de Cartas**. Niterói: Universidade Federal Fluminense: EDUFF; São Paulo: Projeto editores, 1988.

SILVA, Fabrício Rocha da. **Estudos de Percepção Espacial no entorno do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo com vistas à valorização do monumento**. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Disserta%2B%C2%BA%2B%C3%BAo%20Fabr%20Rocha%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2020.

SOARES, Luiz Carlos. **A manufatura na formação econômica e social escravista no sudeste**: um estudo das atividades manufatureiras na região fluminense, 1840 – 1880. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950 [1957]**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

TEIXEIRA, Marco Antônio dos Santos. **Repressão contra trabalhadores rurais na ditadura civil-militar: reflexões a partir do estudo de caso em Magé (RJ)**. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 12., 2014, Teresina, PI. **Anais [...]**. Teresina, PI: UFPI, 2014. Disponível em: https://www.encontro2014.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1398909872_ARQUIVO_ArtigoENHO2014MarcoTeixeiraVF.pdf. Acesso em: 12 maio 2020.

TOMIO, Fabricio Ricardo de Limas. A criação de municípios após a Constituição de 1988. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 61-84, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v17n48/13950.pdf>. Acesso em: 12 maio 2020.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, Recomendação de Paris, Paris: 1962. In: CURY, Isabelle (Org.). **Cartas Patrimoniais [1995]**. 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

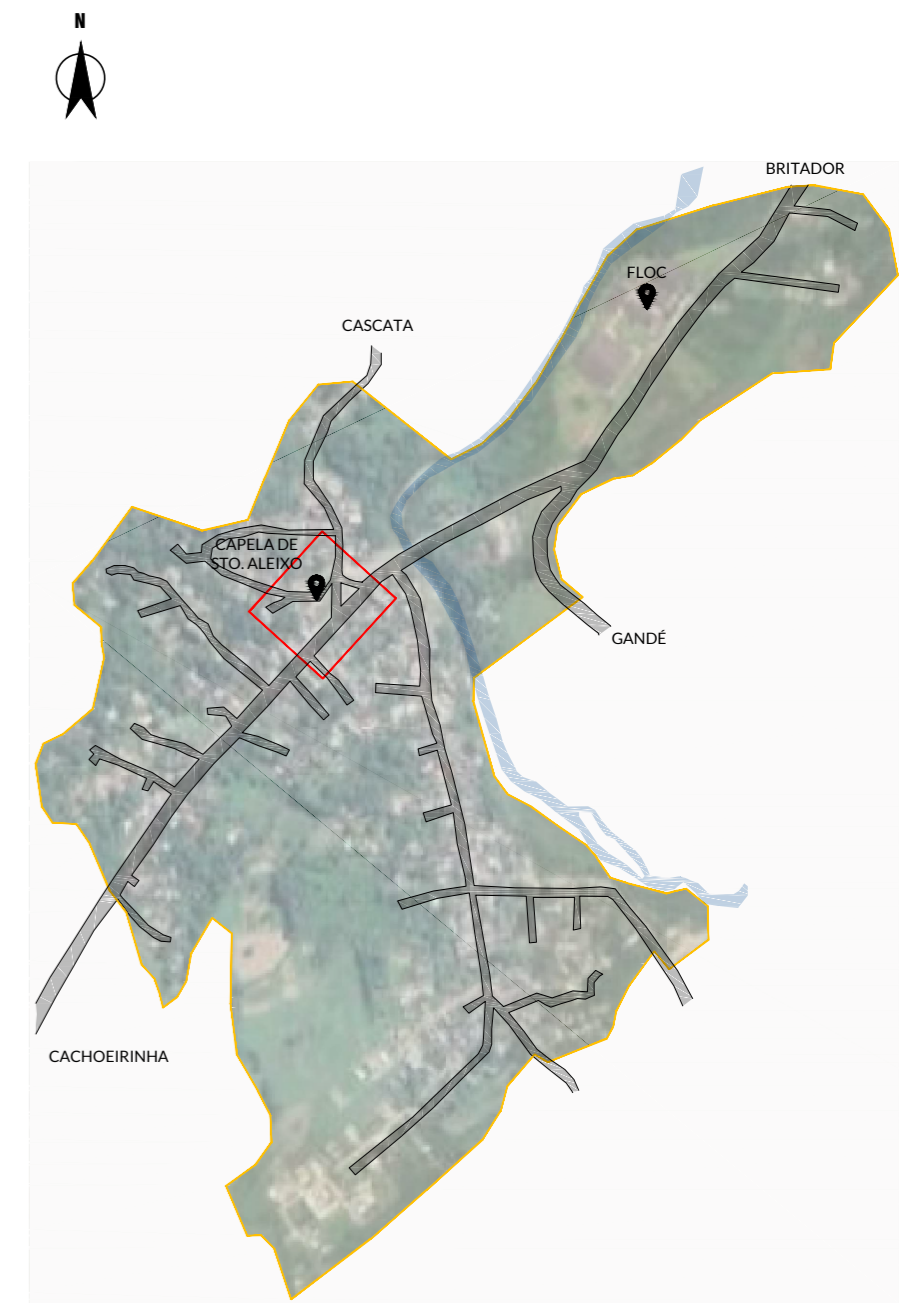
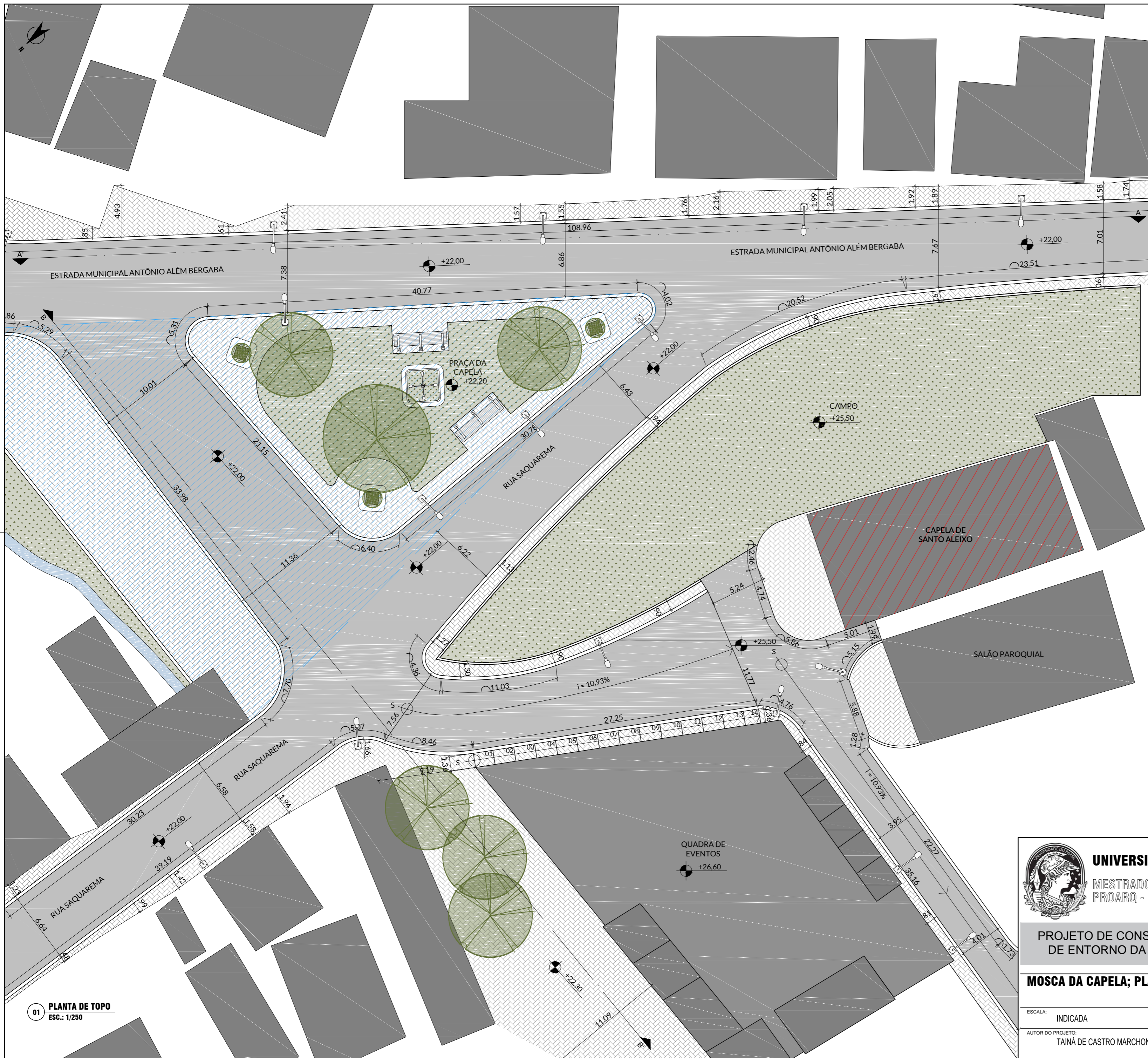
UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, 1976. Recomendações de Nairóbi, Nairóbi: 1976. In: CURY, Isabelle (Org.). **Cartas Patrimoniais [1995]**. 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

ZANCHETTI, Sílvio Mendes. Conservação integrada e planejamento urbano: uma revisão. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, PE, n. 19, v. 1, p. 107-124, 2003. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1312/1032>. Acesso em: 17 mar. 2020.

Apêndices

Apêndice 1: Levantamento realizado em setembro de 2018

Fonte: Elaborado pela autora, 2018




02 MOSCA DA CAPELA
ESC.: 1/10.000

LEGENDA:

	EDIFICAÇÕES DE USO MISTO
	CALÇADAS COM DIVERSAS PAVIMENTAÇÕES
	ÁRVORES
	RUAS COM PAVIMENTAÇÃO EM ASFALTO
	DELIMITAÇÃO DOS DETALHES E AMPLIAÇÕES
	TRECHO SOB INTERVENÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGÉ POR TEMPO INDETERMINADO. O ACESSO NÃO É PERMITIDO.
	PISO PERMEÁVEL COM VEGETAÇÃO TIPO RASTEIRA
	MOBILIÁRIOS COM ASSENTO COBERTO DE BAIXA PERMANÊNCIA PARA PARADA DE ÔNIBUS
	MOBILIÁRIOS COM ASSENTO DE MÉDIA PERMANÊNCIA
	CANAL DE DESAGUE PLUVIAL ABERTO
	PATRIMÔNIO CULTURAL PROTEGIDO PELO INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO RIO DE JANEIRO - INEPAC
	MEIO FIO PRÉ-FABRICADO EM CONCRETO COM 30cm

01 PLANTA DE TOPO
ESC.: 1/250



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
MESTRADO PROFISSIONAL EM PROJETO E PATRIMÔNIO
PROARQ - FAU

APÊNDICE 1

01/02

PROJETO DE CONSERVAÇÃO URBANA DA ÁREA DE ENTORNO DA CAPELA DE SANTO ALEIXO

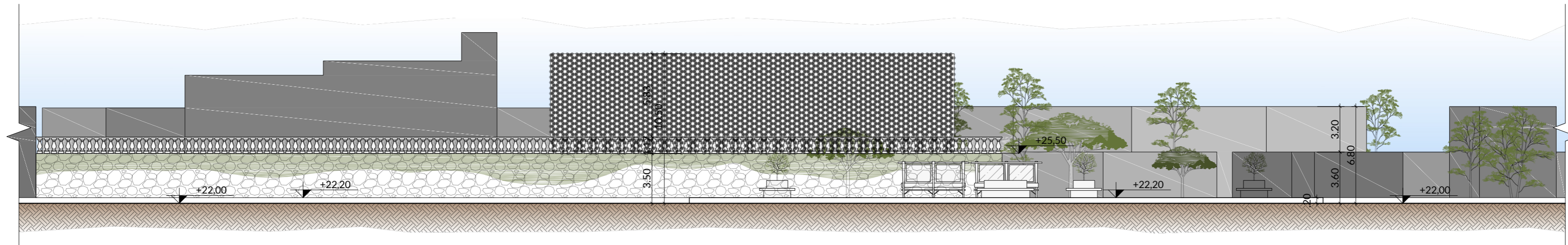
MOSCA DA CAPELA; PLANTA BAIXA

ESCALA: INDICADA

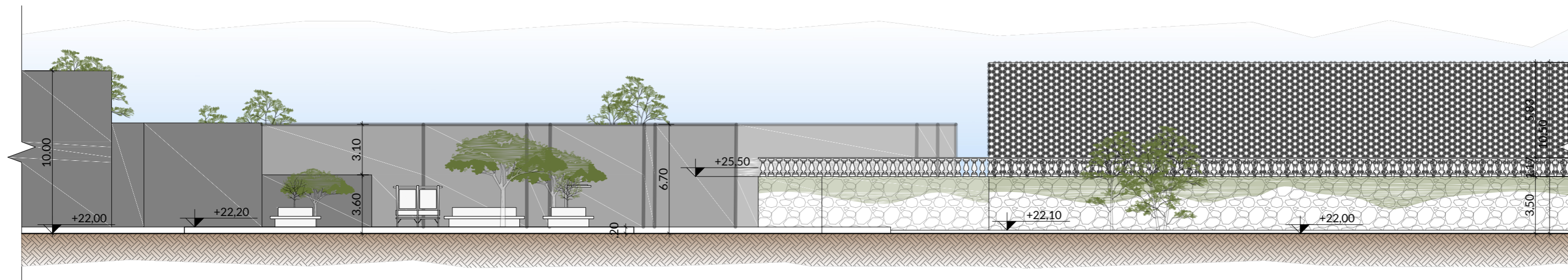
AUTOR DO PROJETO: TAINÁ DE CASTRO MARCHON

DATA: DEZ. 2018

PROF. ORIENTADOR: DR. CLAUDIO A. S. LIMA CARLOS



01 CORTE AA'
ESC.: 1/250



02 CORTE BB'
ESC.: 1/250



03 FOTO 1 - ENTORNO
SEM ESCALA



04 FOTO 2 - ENTORNO
SEM ESCALA



05 FOTO 3 - PRAÇA
SEM ESCALA



06 FOTO 4 - CAMPO
SEM ESCALA



07 FOTO 5 - QUADRA
SEM ESCALA

LEGENDA:

-  EDIFICAÇÕES DE USO MISTO
-  MURO DE CONTENÇÃO EM PEDRA
-  MURO DE CONTENÇÃO EM PEDRA COM TREPADIEIRA
-  TELA METÁLICA HEXAGONAL
-  CORTE DE TERRA
-  INDICAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ

MESTRADO PROFISSIONAL EM PROJETO E PATRIMÔNIO
PROARQ - FAU

PROJETO DE CONSERVAÇÃO URBANA DA ÁREA
DE ENTORNO DA CAPELA DE SANTO ALEIXO

APÊNDICE 1

**CORTE AA'; CORTE BB'; FOTOGRAFIAS DO ENTORNO
(PRAÇA, CAMPO E QUADRA)**

PRANCHA:

02/02

ESCALA: INDICADA

DATA: DEZ. 2018

AUTOR DO PROJETO:
TAINÁ DE CASTRO MARCHON

PROF. ORIENTADOR:
DR. CLAUDIO A. S. LIMA CARLOS

Apêndice 2: Atualização do levantamento realizada em dezembro de 2020

Fonte: Elaborado pela autora, 2020



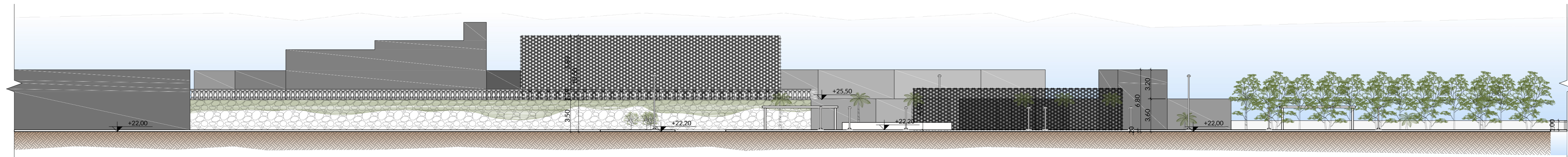
02 MOSCA DA CAPELA
ESC.: 1:10.000

LEGENDA:

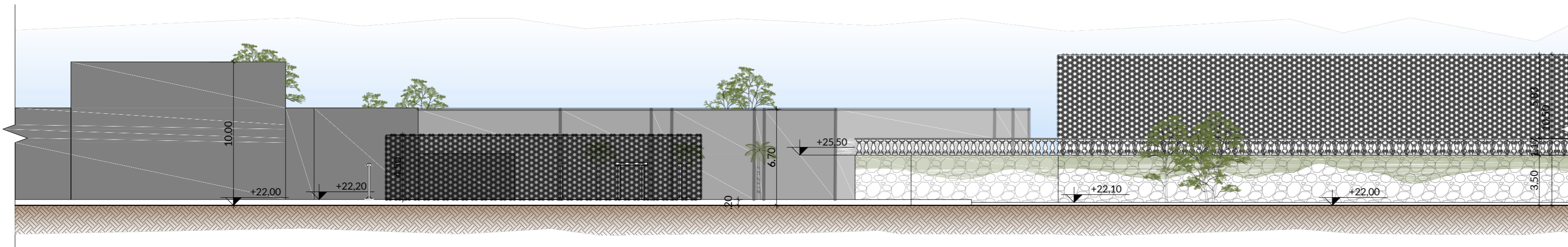
	EDIFICAÇÕES DE USO MISTO
	CALÇADAS COM DIVERSAS PAVIMENTAÇÕES
	CALÇADAS COM PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO NA COR CINZA
	CALÇADAS COM PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO NA COR MARRON
	CALÇADAS COM PAVIMENTAÇÃO CIMENTÍCIA VERMELHA
	ÁRVORES
	RUAS COM PAVIMENTAÇÃO EM ASFALTO
	DELIMITAÇÃO DOS DETALHES E AMPLIAÇÕES
	TRECHO SOB INTERVENÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGÉ POR TEMPO INDETERMINADO, O ACESSO NÃO É PERMITIDO.
	PISO PERMEÁVEL COM VEGETAÇÃO TIPO RASTEIRA
	MOBILIÁRIOS COM ASSENTO COBERTO DE BAIXA PERMANÊNCIA PARA PARADA DE ÔNIBUS
	MOBILIÁRIOS COM ASSENTO DE MÉDIA PERMANÊNCIA
	POSTE DE TRANSMISSÃO E ILUMINAÇÃO
	BANCO EM MADEIRA E CONCRETO
	PERGOLADO EM MADEIRA
	POSTE PARA ILUMINAÇÃO EM MADEIRA
	CANAL DE DESAQUE PLUVIAL ABERTO
	PATRIMÔNIO CULTURAL PROTEGIDO PELO INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO RIO DE JANEIRO - IENAC
	MEIO FIO PRÉ-FABRICADO EM CONCRETO COM 30cm

01 PLANTA DE TOPO
ESC.: 1:250

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
 MESTRADO PROFISSIONAL EM PROJETO E PATRIMÔNIO
 PROJETO DE CONSERVAÇÃO URBANA DA ÁREA DE ENTORNO DA CAPELA DE SANTO ALEIXO **APÊNDICE 2**
MOSCA DA CAPELA; PLANTA BAIXA
 ESCALA: INDICADA DATA: DEZ 2020 **01/02**
 AUTOR DO PROJETO: TAINÁ DE CASTRO MARCHON PROJ. ORIENTADOR: DR. CLAUDIO A. S. LIMA CARLOS



01 **CORTE AA'**
ESC.: 1/250



02 **CORTE BB'**
ESC.: 1/250



FONTE: ACERVO PESSOAL DE
TAINÁ MARCHON, 2020.

03 **FOTO 1 - ENTORNO**
SEM ESCALA



FONTE: ACERVO PESSOAL DE
TAINÁ MARCHON, 2020.

04 **FOTO 2 - ENTORNO**
SEM ESCALA



FONTE: ACERVO PESSOAL DE
TAINÁ MARCHON, 2020.

05 **FOTO 3 - PRAÇA**
SEM ESCALA



FONTE: ACERVO PESSOAL DE
TAINÁ MARCHON, 2020.


06 **FOTO 4 - CAMPO**
SEM ESCALA



FONTE: ACERVO PESSOAL DE
TAINÁ MARCHON, 2020.

07 **FOTO 5 - QUADRA**
SEM ESCALA

LEGENDA:	
	EDIFICAÇÕES DE USO MISTO
	MURO DE CONTENÇÃO EM PEDRA
	MURO DE CONTENÇÃO EM PEDRA COM TREPadeira
	TELA METÁLICA HEXAGONAL
	CORTE DE TERRA


UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
 MESTRADO PROFISSIONAL EM PROJETO E PATRIMÔNIO
 PROARQ - FAU

PROJETO DE CONSERVAÇÃO URBANA DA ÁREA
 DE ENTORNO DA CAPELA DE SANTO ALEIXO

APÊNDICE 2

**CORTE AA'; CORTE BB'; FOTOGRAFIAS DO ENTORNO
 (PRAÇA, CAMPO E QUADRA)**

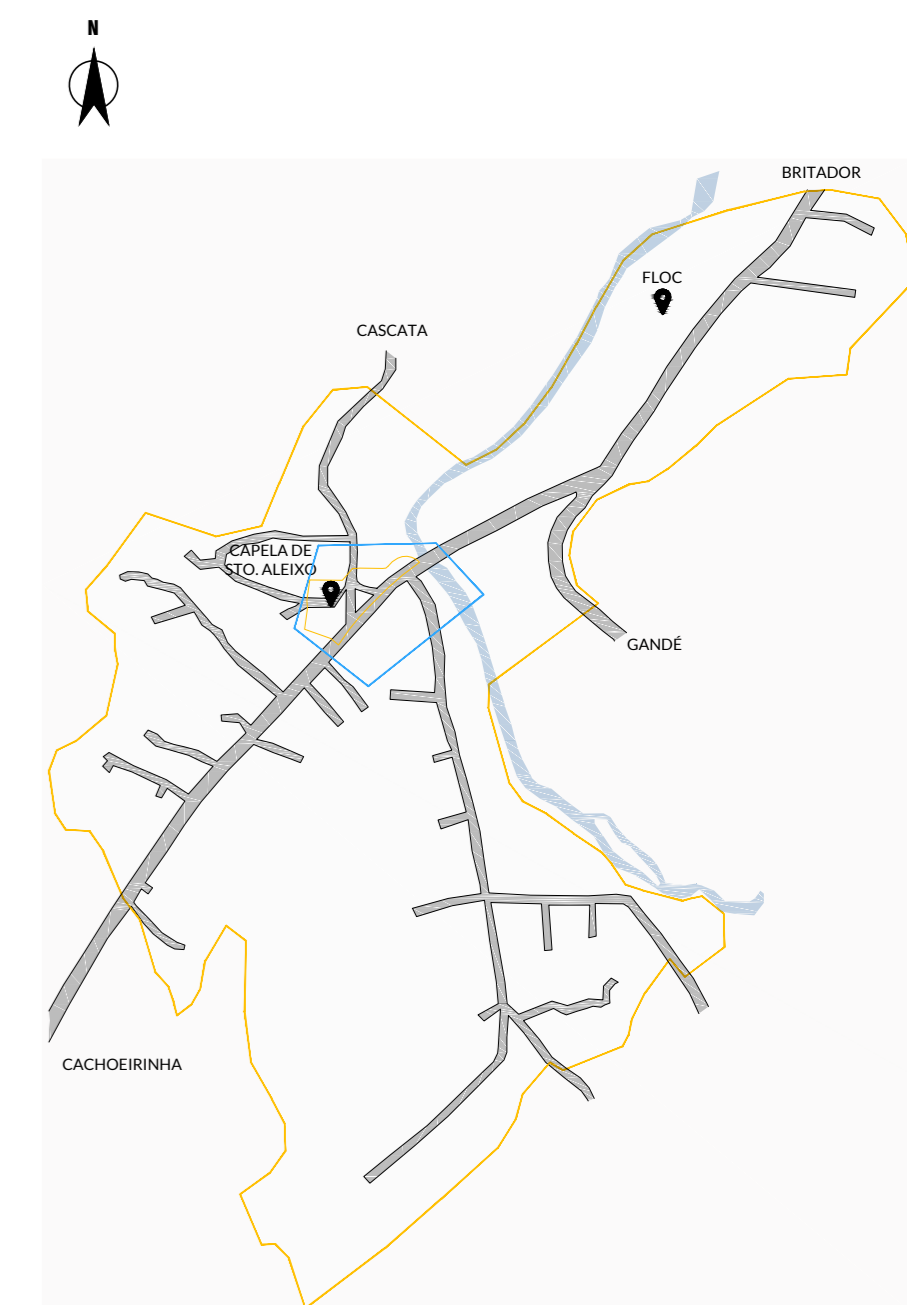
ESCALA: INDICADA DATA: DEZ. 2020

AUTOR DO PROJETO:
 TAINÁ DE CASTRO MARCHON

PRANCHA:
02/02
 PROF. ORIENTADOR:
 DR. CLAUDIO A. S. LIMA CARLOS

*Apêndice 3: Projeto de Conservação Urbana da Área de
Entorno da Capela de Santo Aleixo*

Fonte: Elaborado pela autora, 2021



09 MOSCA DA CAPELA
ESC.: 1/10.000

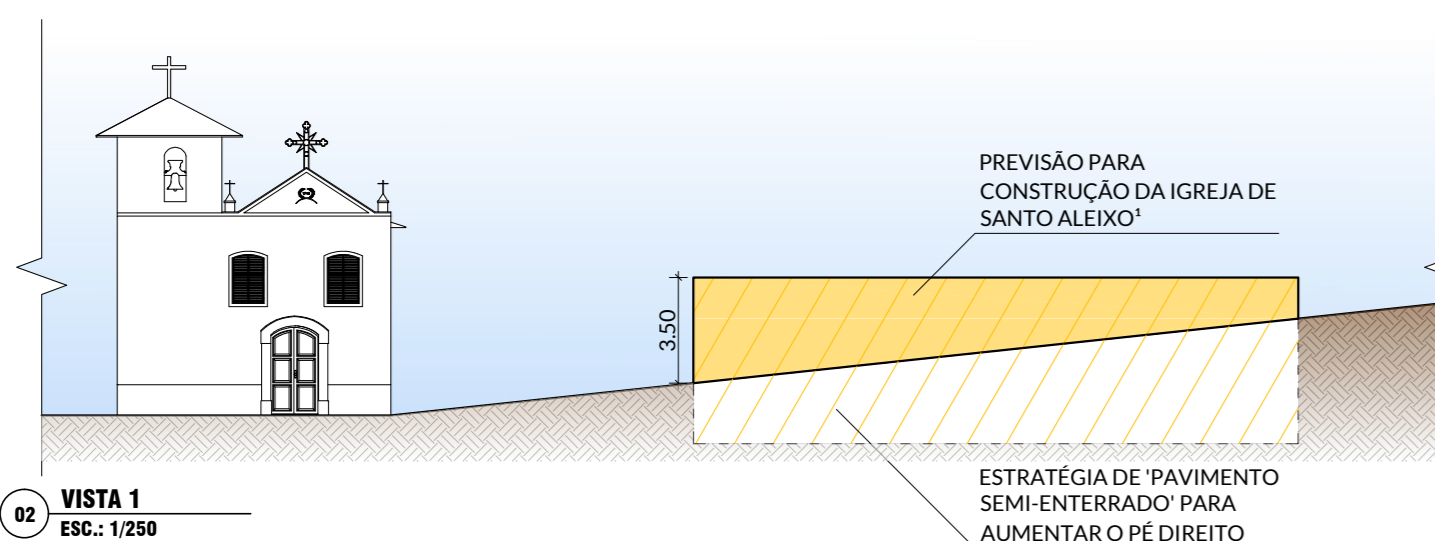


DIRETRIZES PARA O PROJETO DA IGREJA DE SANTO ALEIXO:
 * - O PROJETO DA IGREJA DE SANTO ALEIXO, PARA SER IMPLANTADA NO ESPAÇO PREVISTO NESTE PROJETO, DEVERÁ ATENDER AS SEGUINTE DIRETRIZES:

1. ALTURA MÁXIMA DA EDIFICAÇÃO DE 3,50m A PARTIR DO NÍVEL DA CALÇADA EM SEU PONTO MAIS BAIXO (PODEÁ SER ADOPTADA ESTRATÉGIA DE PAVIMENTO SEMI-ENTERRADO PARA AUMENTAR O PE-AERTEO);
2. GARANTIR ACESSIBILIDADE;
3. E VERADO O USO DE CORES VIBRANTES PARA A PINTURA DAS PAREDES, DOS ELEMENTOS DECORATIVOS OU DAS SQUADRIAS DAS FACIADAS;
4. E VERADA A INSTALAÇÃO DE CERCAS ELÉTRICAS, ARAMES FARPADOS OU SIMILARES.

LEGENDA:

	DELIMITAÇÃO DOS DETALHES E AMPLIAÇÕES
	DELIMITAÇÃO DA ZONA DE PROTEÇÃO RIGOROSA
	DELIMITAÇÃO DA ZONA DE PROTEÇÃO OU RESPEITO
	EDIFICAÇÕES DE USO MISTO
	CALÇADAS COM PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO CIMENTÍCIO INTERTRAVADO CIMENTO ALTRAL
	CALÇADAS COM PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO CIMENTÍCIO INTERTRAVADO COM PIGMENTAÇÃO NA COR CINZA ESCURO
	ÁRVORES E OUTRAS VEGETAÇÕES ARBUSTIVAS
	RUAS COM PAVIMENTAÇÃO EM ASFALTO
	VEGETAÇÃO TIPO RASTEIRA
	PISO DRENANTE COM VEGETAÇÃO TIPO RASTEIRA (ADOTADO O PREENCHIMENTO EM CONCRETO EM COMOS ESTRATÉGIAS PARA A DRENAGEM DAS VAGAS)
	CANAL PLUVIAL ABERTO COM DESAQUE NO RIO RONCADOR
	CAPELA DE SANTO ALEIXO - PATRIMÔNIO CULTURAL PROTEGIDO PELO INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO RIO DE JANEIRO - INEPAC
	PREVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DA IGREJA DE SANTO ALEIXO
	POSTE DE ILUMINAÇÃO EM DOIS NÍVEIS PARA ATENDER TANTO A ILUMINAÇÃO DA RUA COMO A ILUMINAÇÃO DAS CALÇADAS
	POSTE DE ILUMINAÇÃO EM UM NÍVEL PARA ATENDER A ILUMINAÇÃO DA CALÇADA COM LIXEIRA
	BALIZADOR PARA ATENDER A ILUMINAÇÃO DO ESTACIONAMENTO
	CAIXA COM GRELHA EM CONCRETO PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS
	ABRIGO PARA PONTO DE ÔNIBUS
	BANCO EM CONCRETO E MADEIRA
	BICICLETÁRIO
	MESA E BANCO EM CONCRETO E MADEIRA
	BALANÇO EM METAL E MADEIRA
	GAIOLA "TREPA-TREPA" EM METAL
	PLAY CENTER COM ESCORREGA EM METAL E MADEIRA
	GANGORRA EM METAL E MADEIRA



11 PLANTA DE TOPO
ESC.: 1/250

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
 MESTRADO PROFISSIONAL EM PROJETO E PATRIMÔNIO PROARQ - FAUJ

PROJETO DE CONSERVAÇÃO URBANA DA ÁREA DE ENTORNO DA CAPELA DE SANTO ALEIXO

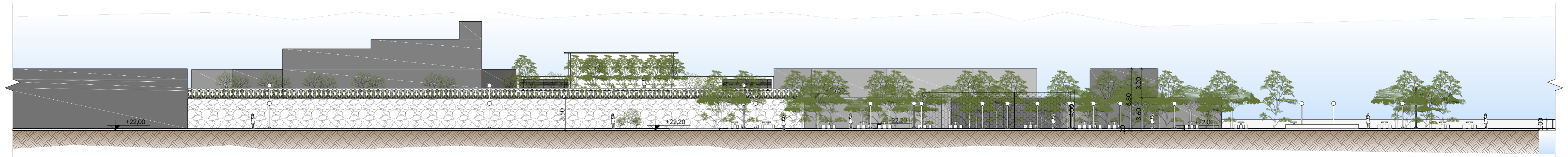
APÊNDICE 3

MOSCA DA CAPELA; PLANTA BAIXA

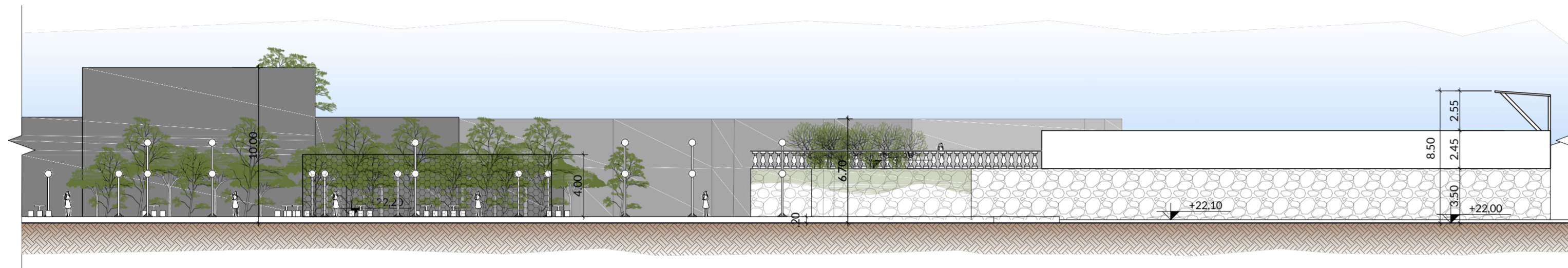
INDICADA MAR 2021

01/05

PROF. ORIENTADOR: DR. CLAUDIO A. S. LIMA CARLOS



01 CORTE AA'
ESC.: 1/250



02 CORTE BB'
ESC.: 1/250



03 PERSPECTIVA 1
ESC.: SEM ESCALA



04 PERSPECTIVA 2
ESC.: SEM ESCALA



05 PERSPECTIVA 3
ESC.: SEM ESCALA



06 PERSPECTIVA 4
ESC.: SEM ESCALA



07 PERSPECTIVA 5
ESC.: SEM ESCALA



08 PERSPECTIVA 6
ESC.: SEM ESCALA








09 PERSPECTIVA 7
ESC.: SEM ESCALA



10 PERSPECTIVA 8
ESC.: SEM ESCALA



LEGENDA:

-  EDIFICAÇÕES DE USO MISTO
-  MURO DE CONTENÇÃO EM PEDRA
-  MURO DE CONTENÇÃO EM PEDRA COM TREPadeira
-  TELA METÁLICA HEXAGONAL
-  CORTE DE TERRA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
MESTRADO PROFISSIONAL EM PROJETO E PATRIMÔNIO
PROARQ - FAU

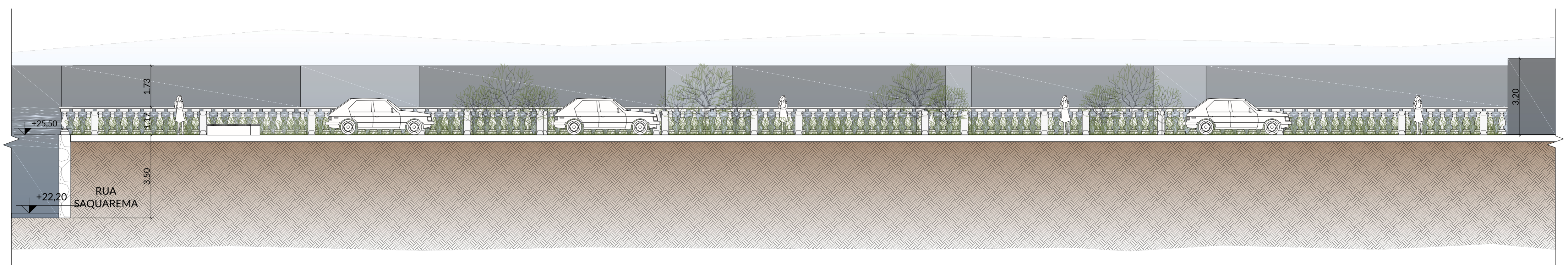
PROJETO DE CONSERVAÇÃO URBANA DA ÁREA
DE ENTORNO DA CAPELA DE SANTO ALEIXO

APÊNDICE 3

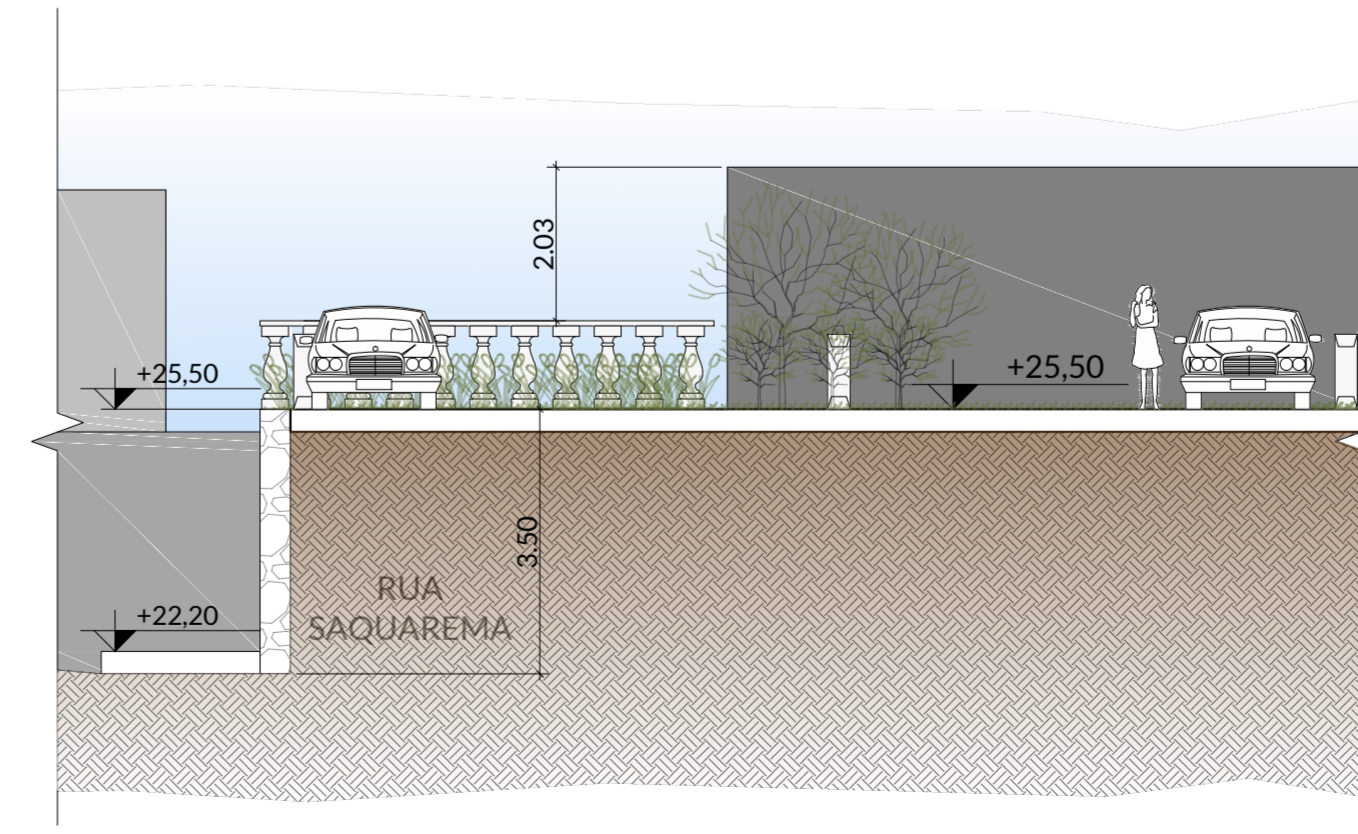
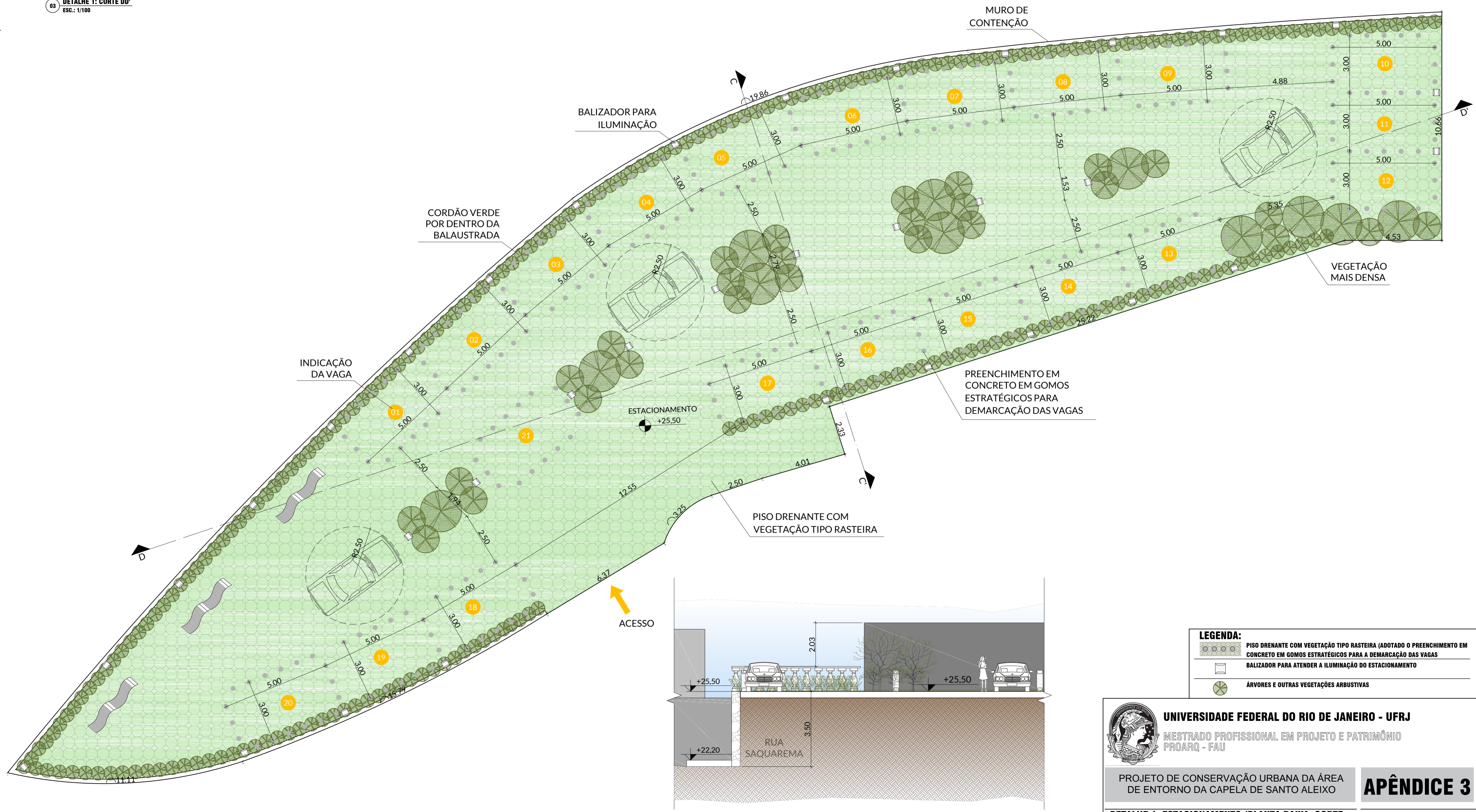
**CORTE AA'; CORTE BB' PERSPECTIVAS DO ENTORNO
(PRAÇA, ESTACIONAMENTO E QUADRA)**

FRANCA: **02/05**

ESCALA: INDICADA DATA: MAR. 2021
AUTOR DO PROJETO: TAINÁ DE CASTRO MARCHON
PROF. ORIENTADOR: DR. CLAUDIO A. S. LIMA CARLOS



03 DETALHE 1: CORTE DD'
Esc.: 1/100



02 DETALHE 1: CORTE CC'
Esc.: 1/100

- LEGENDA:**
- PISO DRENANTE COM VEGETAÇÃO TIPO RASTEIRA (ADOTADO O PREENCHIMENTO EM CONCRETO EM GOMOS ESTRATÉGICOS PARA A DEMARCAÇÃO DAS VAGAS)
 - BALIZADOR PARA ATENDER A ILUMINAÇÃO DO ESTACIONAMENTO
 - ÁRVORES E OUTRAS VEGETAÇÕES ARBUSTIVAS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
MESTRADO PROFISSIONAL EM PROJETO E PATRIMÔNIO
PROARQ - FAU

PROJETO DE CONSERVAÇÃO URBANA DA ÁREA DE ENTORNO DA CAPELA DE SANTO ALEIXO

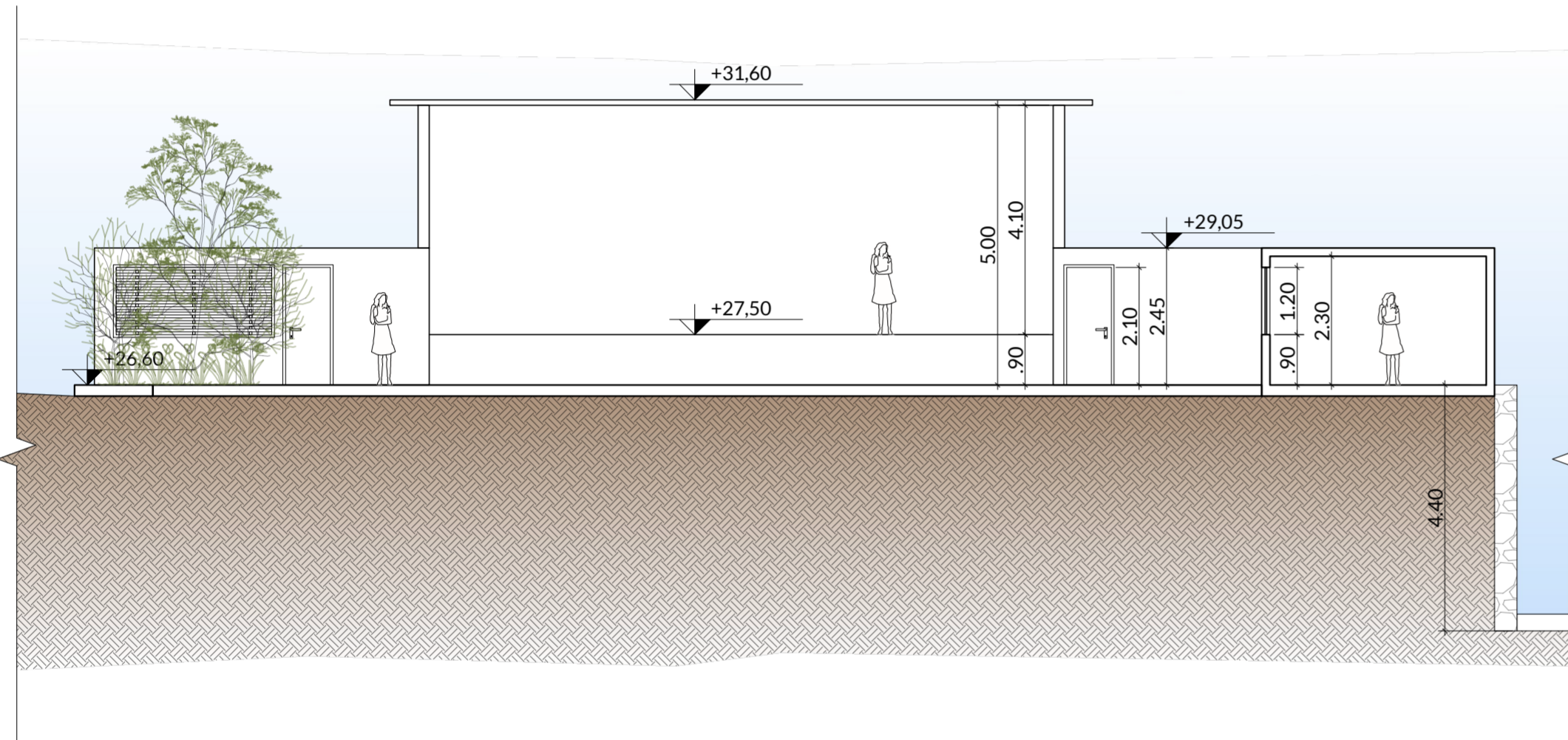
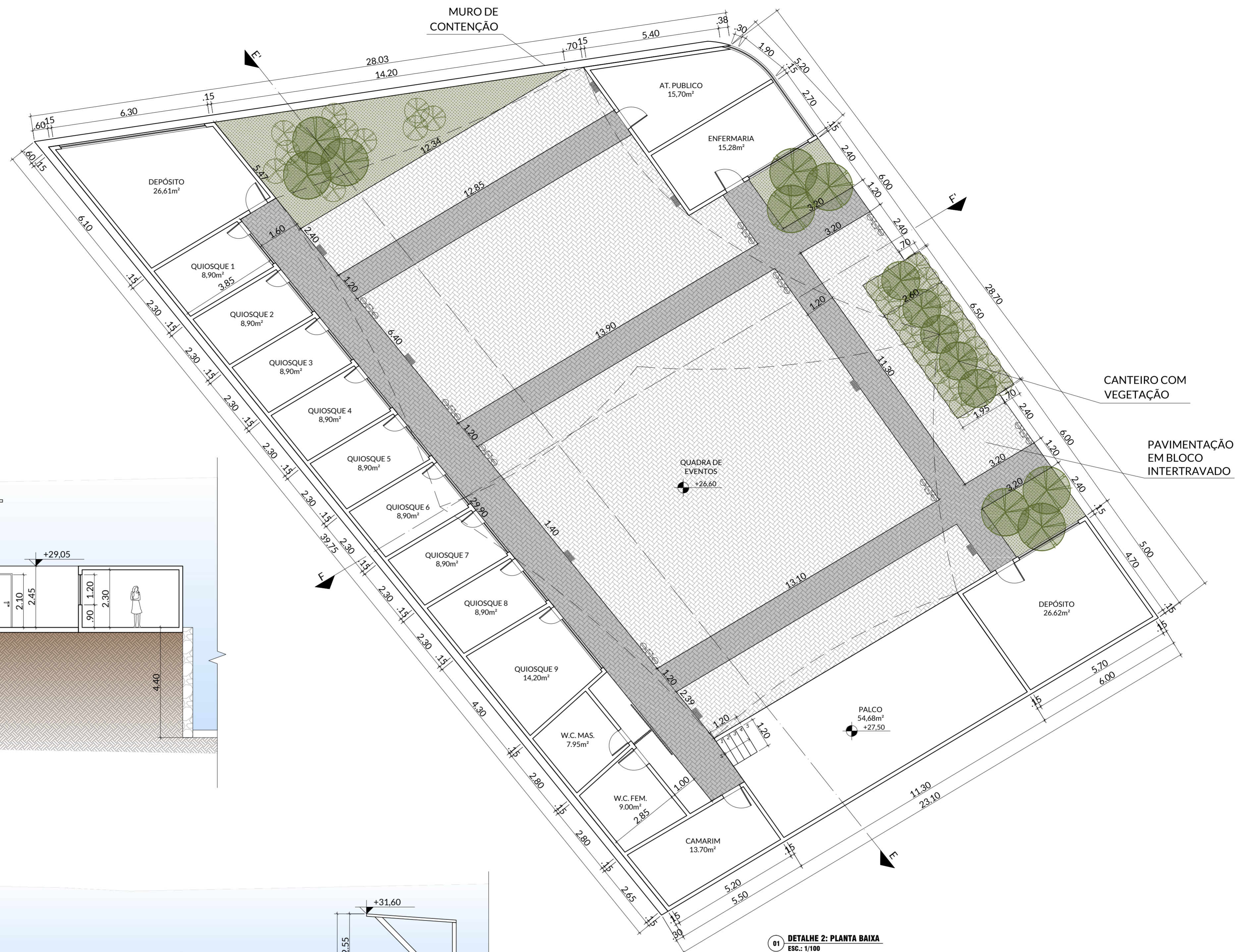
APÊNDICE 3

DETALHE 1: ESTACIONAMENTO (PLANTA BAIXA, CORTE CC' E CORTE DD')

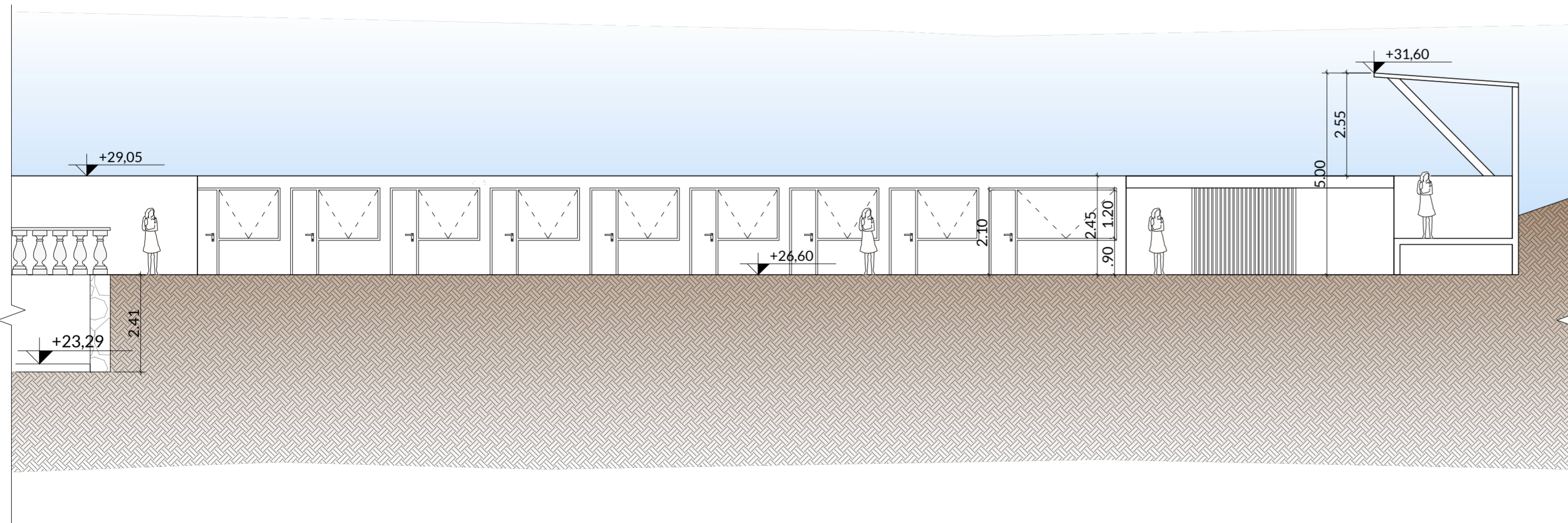
03/05

ESCALA: INDICADA
AUTOR DO PROJETO: TAINÁ DE CASTRO MARCHON
DATA: MAR. 2021
PROF. ORIENTADOR: DR. CLAUDIO A. S. LIMA CARLOS

01 DETALHE 1: PLANTA BAIXA
Esc.: 1/100



02 DETALHE 2: CORTE FF
ESC.: 1/100



03 DETALHE 2: CORTE EE
ESC.: 1/100

01 DETALHE 2: PLANTA BAIXA
ESC.: 1/100

LEGENDA:

- CALÇADAS COM PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO CIMENTÍCIO INTERTRAVADO CIMENTO NATURAL
- CALÇADAS COM PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO CIMENTÍCIO INTERTRAVADO COM PIGMENTAÇÃO NA COR CINZA ESCURO
- ÁRVORES E OUTRAS VEGETAÇÕES ARBUSTIVAS
- CAIXA COM GRELHA EM CONCRETO PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS
- POSTE DE ILUMINAÇÃO EM UM NÍVEL PARA ATENDER A ILUMINAÇÃO DA CALÇADA COM LIXEIRA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
MESTRADO PROFISSIONAL EM PROJETO E PATRIMÔNIO
PROARQ - FAU

PROJETO DE CONSERVAÇÃO URBANA DA ÁREA DE ENTORNO DA CAPELA DE SANTO ALEIXO

APÊNDICE 3

DETALHE 2: QUADRA DE EVENTOS (PLANTA BAIXA, CORTE EE' E CORTE FF')

FRANCHA: **04/05**

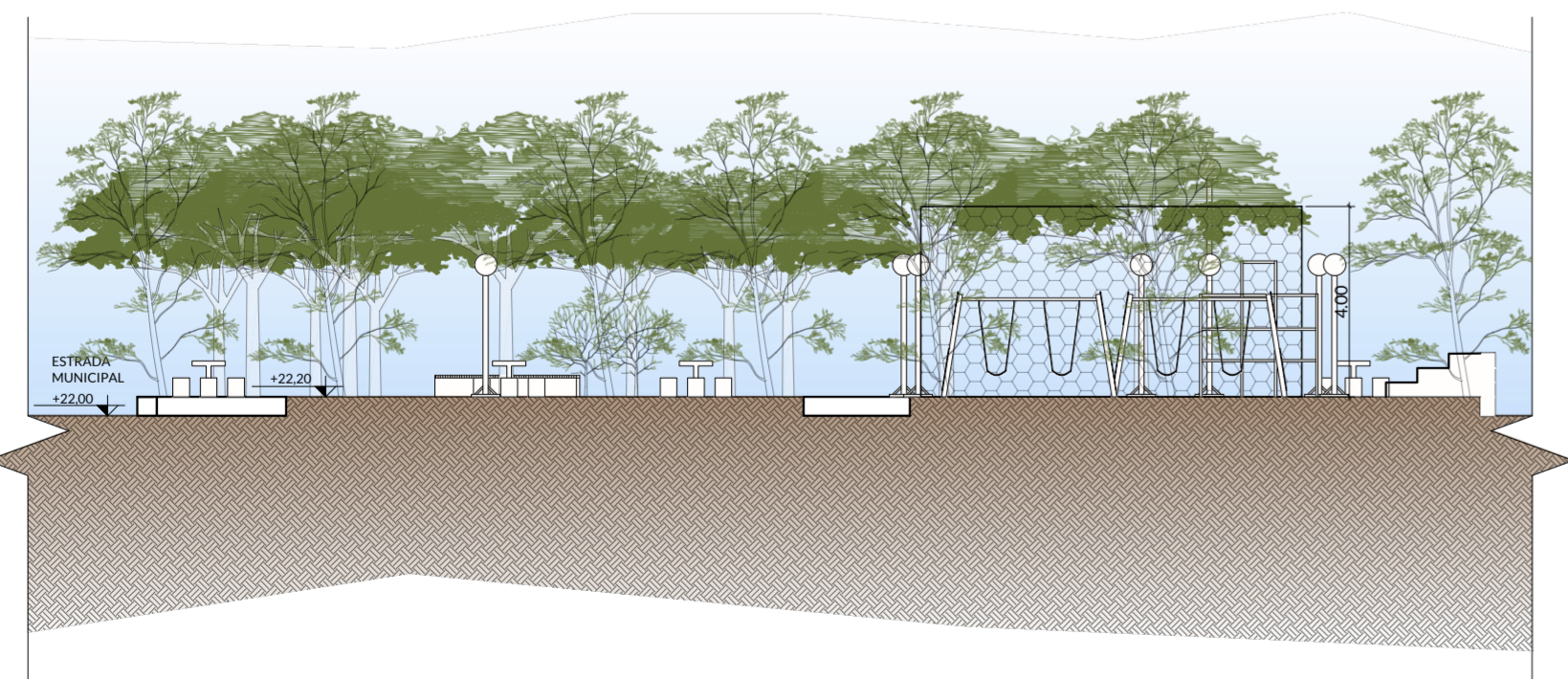
ESCALA: INDICADA
AUTOR DO PROJETO: TAINÁ DE CASTRO MARCHON
DATA: MAR. 2021
PROF. ORIENTADOR: DR. CLAUDIO A. S. LIMA CARLOS



02 DETALHE 3: CORTE GG
ESC.: 1/125



03 DETALHE 3: PLANTA BAIXA
ESC.: 1/125



04 DETALHE 3: CORTE HH
ESC.: 1/125

LEGENDA:

	CALÇADAS COM PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO CIMENTÍCIO INTERTRAVADO CIMENTO NATURAL
	ÁRVORES E OUTRAS VEGETAÇÕES ARBUSTIVAS
	VEGETAÇÃO TIPO RASTEIRA
	POSTE DE ILUMINAÇÃO EM DOIS NÍVEIS PARA ATENDER TANTO A ILUMINAÇÃO DA RUA COMO A ILUMINAÇÃO DAS CALÇADAS
	POSTE DE ILUMINAÇÃO EM UM NÍVEL PARA ATENDER A ILUMINAÇÃO DA CALÇADA COM LIXEIRA
	CAIXA COM GRELHA EM CONCRETO PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS
	ABRIGO PARA PONTO DE ÔNIBUS
	BANCO EM CONCRETO E MADEIRA
	BICICLETÁRIO
	MESA E BANCO EM CONCRETO E MADEIRA
	BALANÇO EM METAL E MADEIRA
	GAIOLA "TREPA-TREPA" EM METAL
	PLAY CENTER COM ESCORREGA EM METAL E MADEIRA
	GANGORRA EM METAL E MADEIRA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
MESTRADO PROFISSIONAL EM PROJETO E PATRIMÔNIO
PROARQ - FAU

PROJETO DE CONSERVAÇÃO URBANA DA ÁREA DE ENTORNO DA CAPELA DE SANTO ALEIXO

APÊNDICE 3

DETALHE 3: PRAÇA DA CAPELA (PLANTA BAIXA, CORTE GG' E CORTE HH')

PROJETO: **05/05**

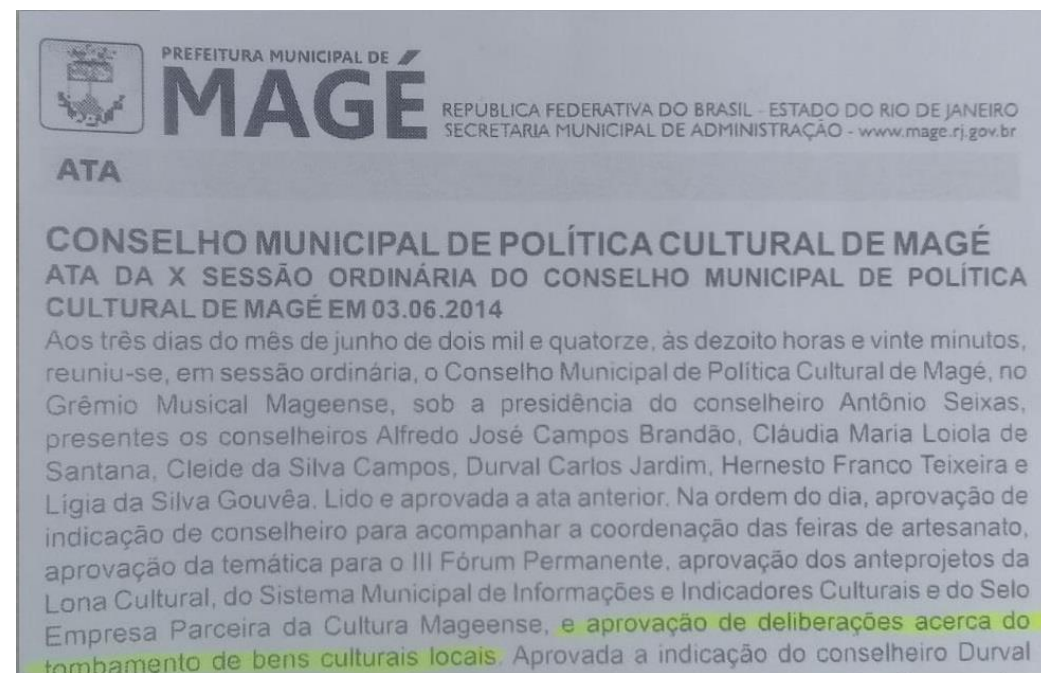
ESCALA: INDICADA DATA: MAR. 2021
AUTOR DO PROJETO: TAINÁ DE CASTRO MARCHON PROF. ORIENTADOR: DR. CLAUDIO A. S. LIMA CARLOS

05 DETALHE 3: PLANTA BAIXA
ESC.: 1/125

Anexos

Anexo 1: Ata da X Sessão Ordinária do Conselho Municipal de Política Cultural de Magé

Fonte: Boletim Informativo Oficial da Prefeitura Municipal de Magé nº 470.




Anexo 2: Ofício nº 39/2014 do Conselho Municipal de Política Cultural de Magé


Fonte: Acervo do IPHAN/IPHAN-RJ.

Conselho Municipal de Política Cultural de Magé


Criado pela Lei Municipal n.º 2.181, de 11 de janeiro de 2013, sancionada pelo Prefeito Nestor de Moraes Vidal Neto, publicada no Boletim Informativo Oficial da Prefeitura Municipal de Magé n.º 436, de 01 a 15 de janeiro de 2013, p. 03.

SECRETARIA TÉCNICA / IPHAN-RJ Magé, RJ, 23 de julho de 2014.
 EM: 04/07/14
 LIVRO: 1912
 Ass.: 

Ofício n.º 39/2014

IPHAN/IPHAN-RJ
 01500.002839/2014-18
 28/07/2014

 1015378

À
 Superintendência do IPHAN – Rio de Janeiro.



Referência: Comunicação de tombamento de bens culturais no município de Magé.

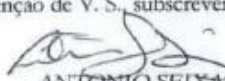
Prezado Senhor,

vimos, por meio deste, informar que foram tombados, a nível municipal, por iniciativa deste conselho, os seguintes bens culturais:

1. Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade de Magé;
2. Igreja de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim;
3. Igreja de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba;
4. Igreja de São Nicolau de Suruí;
5. Capela de Nossa Senhora dos Remédios;
6. Capela de São Francisco do Croará;
7. Capela de Nossa Senhora da Conceição de Suruí;
8. Capela de Nosso Senhor do Bonfim;
9. Capela de Santo Aleixo;
10. Casa sede da Fazenda Magepe-mirim.

As deliberações de tombamento foram publicadas no Boletim Informativo Oficial da Prefeitura Municipal de Magé n.º 470, de 1.º a 15 de junho de 2014, p. 9-11.

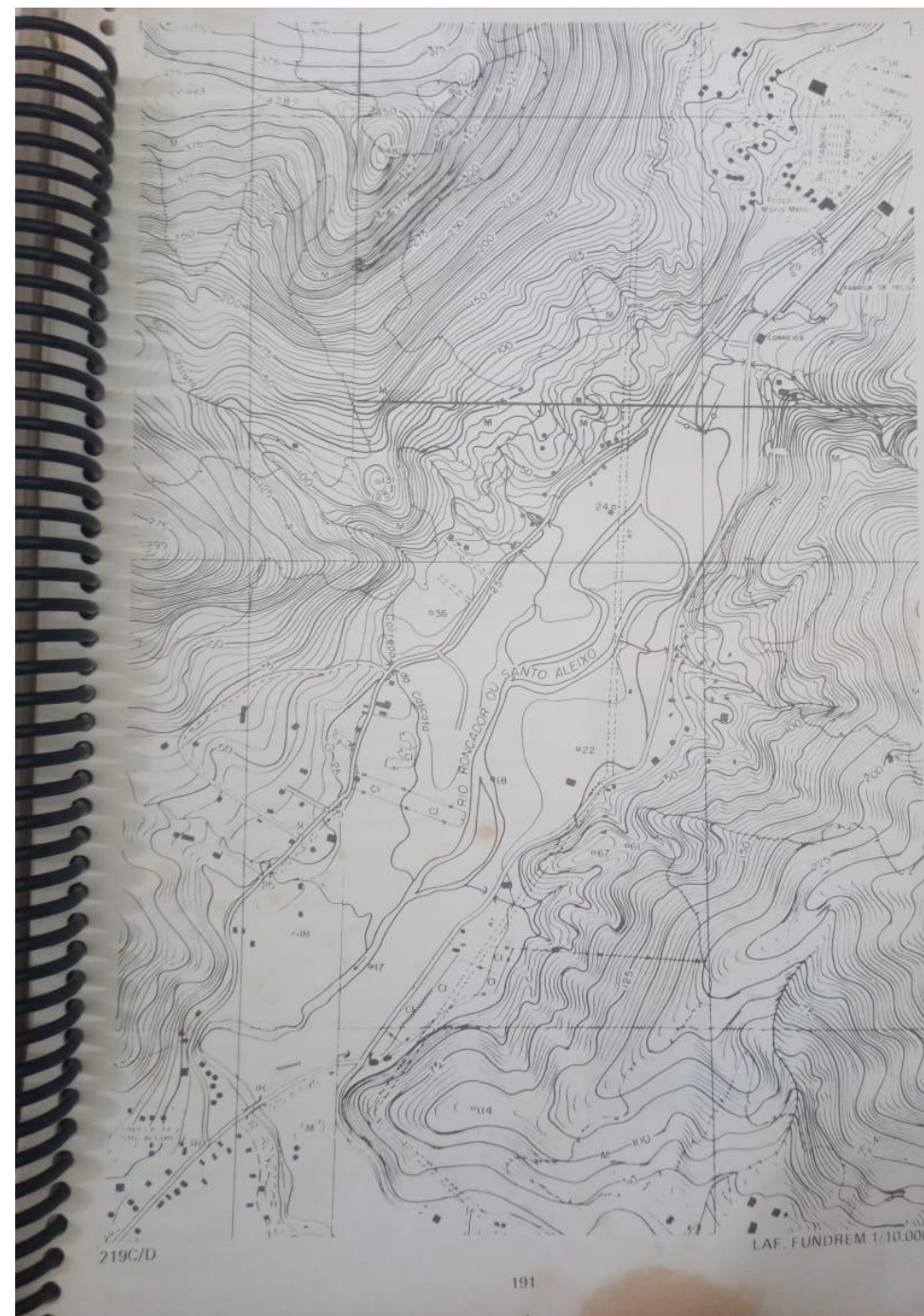
Certos de contar com a atenção de V. S., subscrevemo-nos, cordialmente,


ANTÔNIO SEIXAS
 Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural de Magé
 (Gestão 2013/2015)

Antônio Seixas
 Rua Dr. Eduardo Portela, 82, Figueira, Magé, RJ, 25.901-564
 E-mail: antseixas@bol.com.br
 Telefones: 2633-0228, 992315378 e 986399367

Anexo 3: Mapa do FUNDREM (1984) com topografia de Santo Aleixo

Fonte: FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO [FUNDREM]. **Inventário dos Bens Culturais do Município de Magé.** Rio de Janeiro, 1984, p. 191. Acervo: Fundação de Educação e Cultura de Magé.



Anexo 4: Folha 62 do processo de tombamento da Capela de Santo Aleixo

Fonte: Processo nº E-18/300.049 de 2 de maio de 1984.
Acervo: INEPAC/RJ. (Capela de Santo Aleixo).

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL			
Processo N.º	E-	18 / 300.049 / 84	
Data	02 / 05 / 84	N.º	62
Rúbrica	MVBM-MAT.117.834		

Senhor Diretor

Comunico a V.Sa. que em sua 298a. Sessão Plenária realizada no dia 12.11.91 o Colegiado aprovou, por unanimidade, o parecer do Conselheiro Marcello Moreira de Ipanema, constante de fls. 57 a 61, favorável ao tombamento definitivo dos imóveis objetos do presente processo, bem como a determinação ao INEPAC para delimitação da área de ambiência do mesmo.

Rio de Janeiro, em 20 de novembro de 1991

Maria Victória Barretto Machado
Maria Victória Barretto Machado
Mat. 117.834



INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL
PROCOLO nº 142/84
- saída em 20/11/1991 *m*

De O/S ao CET para aguardar tendo em vista a impossibilidade do órgão, no momento, de encaminhar técnico ao local.

Em 20 de maio de 1991.
Marielis Imperial Silva
MARIELISA IMPERIAL SILVA
Diretora de Divisão
6115898

Anexo 5: Ficha cadastral da Capela de Santo Aleixo feita pela FUNDREM

Fonte: Processo nº E-18/300.049 de 2 de maio de 1984.
Acervo: INEPAC/RJ. (Capela de Santo Aleixo).

PACATAMENTO, PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA EMERJ FICHA CADASTRAL DOS BENS INMÓVEIS	
MUNICÍPIO DE MAGÉ - 1º Distrito - Magé	
denominação e localização Capela de Santo Aleixo Localidade da Capela, Rua Saquarema	
época 1747	
estado de conservação regular	
<p>grau de caracterização modificado</p> <p>A capela está passando por alterações na parte posterior com modificação na sua volumetria. A cobertura foi substituída por telhas francesas sendo a sua estrutura, assim como a do coro, em concreto armado. Somente as esquadrias da fachada principal são originais.</p>	
<p>Situação e ambiência 219C Laf. FUNDREM 1:10.000</p> <p>A edificação está implantada em pequena elevação do terreno, voltada para norte-nordeste, destacando-se do arruamento que se desenvolve ao longo de um largo sem calçamento seguindo o traçado espontâneo do primitivo caminho que liga Guapimirim a Inhomirim. A leste localiza-se o Rio Roncador ou Santo Aleixo e a oeste os contrafortes da Serra dos Órgãos. Ao lado da capela foi construída uma escola e à sua frente existe um coreto.</p>	
<p>descrição</p> <p>Construção religiosa elementar que ainda guarda suas proporções originais de fachada. O programa é o mesmo do das capelas da região, porém a posição da sacristia atrás da capela-mor resultou na criação de galeria lateral de comunicação. A nave segue as mesmas proporções das outras edificações religiosas mas, estranhamente, a capela-mor foge ao habitual alinhando-se, pelo lado direito, com a parede da nave devido a sua maior largura.</p>	
	
uso atual religioso	filme 11
uso original religioso	foto 00
proprietário Diocese de Petrópolis	
cadastro imobiliário	

1. Histórico

Monsenhor Pizarro cita a capela de Santo Aleixo como filial da freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Magepe, fundada entre os anos de 1743 e 1747.



vista lateral
filme 11
foto 02

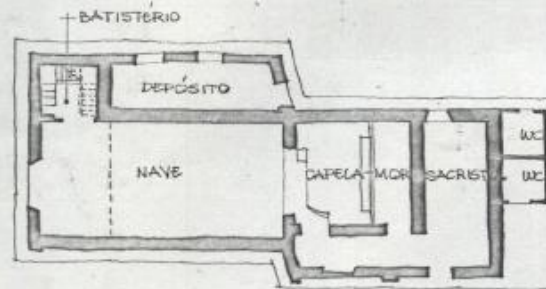
INEPAC/SILEC-RJ
LEVANTAMENTO, PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA RM/RJ
FICHA COMPLEMENTAR DOS BENS IMÓVEIS

MUNICÍPIO DE MAGÉ - 1º Distrito - Magé

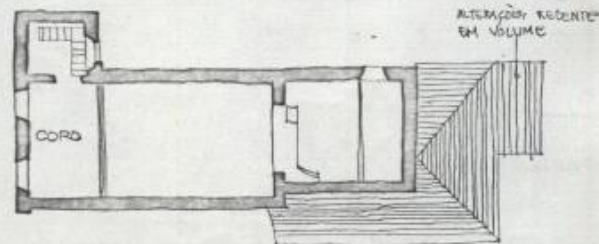
denominação Capela de Santo Aleixo



fachada principal
esc. 1:200



planta baixa
19 pavimento
esc. 1:200



planta baixa
29 pavimento
esc. 1:200

proteção existente nenhuma

proteção proposta

Bibliografia/fontes Pizarro e Araújo, José de Souza Azevedo - Memórias Históricas do Rio de Janeiro.
Cohen, Tamara Tania - restauração e agenciamento paisagístico na orla norte da Baía de Guanabara.
Levantamento arquitetônico - INEPAC.

levantado por Gustavo, Marcos, Mônica, Tamer data / 05 / 83

autorizado por data / /



